

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ROMINA BATISTA DE LUCENA DE SOUZA

**O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DA VENEZUELA, 1950/2006**

**Porto Alegre
2008**

ROMINA BATISTA DE LUCENA DE SOUZA

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA VENEZUELA, 1950/2006

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof^o Dr. Stefano Florissi.

Porto Alegre
2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

S729d

Souza, Romina Batista de Lucena de
O desenvolvimento econômico da Venezuela, 1950/2006 / Romina
Batista de Lucena de Souza. – Porto Alegre, 2008.
000 f. : il.

Orientador: Stefano Florissi.

Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-
Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008.

1. Desenvolvimento econômico : Petróleo : Venezuela. 2. Política
macroeconômica : Venezuela. 3. Crescimento econômico : Venezuela. I.
Florissi, Stefano. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em
Economia. III. Título.

CDU 338.1(87)

ROMINA BATISTA DE LUCENA DE SOUZA

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA VENEZUELA, 1950/2006

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em 05 de dezembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA



Profº Dr. Stefano Florissi
Orientador



Profº Dr. Júlio César de Oliveira (UFRGS)



Profº Dr. Paulo Renato Lessa Pinto (FURG)



Profº Dr. Nilton Clóvis Machado de Araújo (PUCRS)

Porto Alegre
2008

AGRADECIMENTOS

A Deus que me ilumina e guia a todo momento.

Ao meu marido Nali de Jesus de Souza, que me vem acompanhando e ajudando com seu conhecimento e incentivando-me em todos os momentos desta difícil jornada acadêmica, meus agradecimentos especiais.

Ao meu orientador Prof. Dr. Stefano Florissi, pela orientação e incentivo em todos os momentos, fazendo acreditar em meu potencial, meus sinceros agradecimentos.

Aos professores do Doutorado em Economia do Desenvolvimento da UFRGS, pelos ensinamentos e paciência.

Aos colegas do Departamento de Contabilidade da UFRGS por acreditarem em mim e terem concedido o meu afastamento integral para a dedicação deste doutorado; sem essa licença seria impossível vencer essa jornada; obrigada mesmo!

Aos professores Júlio Oliveira e Eduardo Pontual por terem sempre me incentivado a cursar este doutorado, obrigada pelo apoio.

À Banca de Qualificação do Doutorado, formada pelos Professores Stefano Florissi, Júlio César de Oliveira e Heloísa Lenz, pelas valiosas sugestões incorporadas nesta tese.

Às secretárias do PPGE/UFRGS, pela gentileza e boa vontade em atender-me.

Aos Consulados da Venezuela de Boa Vista/RR e de Belém/PA, por terem me recebido e oferecido o material bibliográfico para ajudar-me nesta pesquisa.

Ao Núcleo de Estudos da Venezuela da UFPA; em especial ao seu coordenador Prof. Dr. Josep Pont Vidal pelas valiosas sugestões sobre o país e a indicação do Consulado da Venezuela para efetuar importante pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Pública de Santa Elena del Uairén, na Venezuela, que se esforçaram em compreender-me e em atender-me, disponibilizando-me o valioso acervo bibliográfico, que me foi de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

À amiga Cássia Caliarí por me receber em sua casa, acompanhar e ajudar na busca de material bibliográfico no Consulado de Belém do Pará.

À amiga Cristina Azevedo que me acompanhou na viagem à Venezuela e que me ajudou a selecionar os materiais na Biblioteca Pública de Santa Elena del Uairén.

Ao Prof. Pedro Barros da PUC/SP, grande pesquisador da Venezuela, pelo envio de valioso material bibliográfico desse país.

Ao meu Pai, à minha Mãe e aos meus irmãos, por acreditarem sempre em mim e me darem todo o afeto quando volto à minha terra natal, Roraima; esse apoio familiar muito contribuiu para a realização deste sonho. Obrigada.

Às amigas daqui do Sul, em especial à Simone e à Marisa, por estarem sempre disponíveis em me ouvir, incentivando-me para a superação dos obstáculos desta jornada.

Enfim, agradeço a todos que participaram, de uma maneira ou de outra, na realização deste trabalho de pesquisa.

“O crescimento da renda de um país que descobre petróleo e fica limitado a essa produção não é nem crescimento nem desenvolvimento econômico, porque quase não muda estruturas, culturas e instituições – as três instâncias através das quais é possível analisar uma sociedade.”

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA,

Macroeconomia da estagnação.

São Paulo: Editora 34, 2007, p. 25.

RESUMO

O objetivo desta tese é avaliar a contribuição do petróleo no desenvolvimento econômico da Venezuela, entre 1950/2006. Investiga-se por que uma economia rica em petróleo ainda não conseguiu industrializar-se. Seguindo os diferentes períodos governamentais, examinam-se a contribuição das políticas macroeconômicas sobre o desenvolvimento e a questão da *doença holandesa* e do capitalismo rentístico.

Segundo a teoria da base econômica, as regiões crescem em torno de uma base exportadora, exercendo efeitos de encadeamento sobre o setor de mercado interno. A exportação de petróleo impulsiona a economia venezuelana ao comprar insumos e gerar rendas. A intervenção do governo transformou a Venezuela em um dos maiores exportadores de petróleo, cabendo à estatal PDVSA a extração, refino e exportação de petróleo. Contudo, o desenvolvimento da indústria venezuelana ficou prejudicado pelo capitalismo rentístico, paternalismo e populismos governamentais. A renda petrolífera acomodou as classes dirigentes e inibiu a formação do empresariado. Já a *doença holandesa* parece descartada pela tendência à desvalorização cambial e pela relação positiva entre crescimento das exportações e crescimento do PIB. Reduções dos preços internacionais do petróleo, evasão de divisas, inflação e aumento da dívida pública, entre outros problemas, dificultavam as finanças públicas e o desenvolvimento econômico do país.

Ao longo do tempo, a Venezuela deixou de investir em projetos de desenvolvimento. Nos últimos anos, sobretudo, o governo tem priorizado os gastos sociais, em detrimento de investimentos produtivos. Os indicadores sociais mostraram melhorias após 2004, mas o crescimento econômico baseia-se no consumo, gerando pressões inflacionárias. Crises internacionais poderão comprometer o desenvolvimento econômico. Sugerem-se políticas de diversificação produtiva: alimentos e matérias-primas (agroindústrias, petroquímicos), diversificação das exportações, investimentos em ferrovias, portos mais ágeis e de menor custo, saneamento básico, agricultura irrigada, construção civil, educação técnica, saúde, previdência social e segurança pública.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Venezuela. Petróleo. Doença holandesa.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to assess the contribution of oil to the economic development of Venezuela between 1950/2006. We try to understand why an oil-rich economy failed to industrialize itself. Following the different periods of government, we examine the contribution of macroeconomic policies to the development of Venezuela and the issues of Dutch disease and *rentístico* capitalism.

According to basic economic theory, regions grow around an export base creating chaining effects throughout the domestic market. In the case of Venezuela oil industrial drives the economy through inputs acquisition and incomes generation. The intervention of the Venezuelan government turned in one of the world's largest exporters of oil, leaving to state owned PDVSA the extraction, refining and export of oil the country. However the industry's development was hampered by the Venezuelan *rentístico* capitalism, government paternalism and populism. The oil income accommodated the ruling classes and inhibited the formation of entrepreneurial class. On the other hand we can shrug off the *Dutch disease* hypothesis due to observed currency devaluation and positive relationship between growth in exports and GDP growth. Finally, international oil prices, reductions foreign exchange evasions, inflation and increasing public debt, among other problems, hindered public finances and economic development in the country.

Over time, Venezuela has ceased to invest in development projects. In recent years, particularly, the government has prioritized social spending rather than engaging in productive investments. Social indicators have shown improvements after 2004, but economic growth is based on consumption, generating inflationary pressures. International crises can undermine economic development. We suggest some policy diversification: food and raw materials (agribusiness, petrochemicals), exports diversification, investments in railroads, more efficient ports, sanitation, irrigated agriculture, construction, technical education, health, social welfare and public safety.

Keywords: Economic development. Venezuela. Oil. Dutch Disease.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB da Venezuela a preços de mercado, 1908/1935 (Preços constantes de 1984).....	60
Gráfico 2 – Exportações de petróleo e exportações totais da Venezuela, 1920/1973, (em milhões de bolívares).....	81
Gráfico 3 – PIB da Venezuela a preços de mercado, 1935/1973 (Preços constantes de 1984).....	82
Gráfico 4 – Evolução do PIB, gastos do governo, exportações totais e formação bruta de capital fixo da Venezuela, 1950/1973 (milhões de bolívares de 1957).....	83
Gráfico 5 – Taxa de crescimento do PIB total e do PIB <i>per capita</i> da Venezuela, 1970/2007.....	130
Gráfico 6 – Índice de desenvolvimento humano da Venezuela, 1970/2006.....	134
Gráfico 7 – Taxa de alfabetização, taxa de matrícula e esperança de vida da Venezuela, 1995/2007.....	135
Gráfico 8 – Taxa de desemprego da Venezuela, 1984/2007.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação dos três principais produtos nas exportações totais da Venezuela, 1886 a 1920 (médias anuais em bolívares correntes).....	58
Tabela 2 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1900/1907 (Preços constantes de 1984).....	59
Tabela 3 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1908/1935 (Preços constantes de 1984).....	60
Tabela 4 – Composição das exportações da Venezuela, 1920/1935 (milhões de bolívares).....	61
Tabela 5 – Exportações de Petróleo em milhões de barris anuais e preços médios em US\$, 1920/1940.....	62
Tabela 6 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1936/1940 (Preços constantes de 1984).....	64
Tabela 7 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1941/1945 (em milhões de bolívares de 1984).....	66
Tabela 8 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1946/1948 (em milhões de bolívares de 1984).....	68
Tabela 9 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1950/1957 (em milhões de bolívares de 1984).....	70
Tabela 10 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1958/1963 (preços constantes de 1984).....	71
Tabela 11 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1964/1969 (preços constantes de 1984).....	74
Tabela 12 - Produção e preço do petróleo da Venezuela, 1969/1973.....	76
Tabela 13 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1969/1973 (Preços constantes de 1984).....	77
Tabela 14 - Participação das exportações de petróleo da Venezuela nas suas exportações totais, 1920/1973 (milhões de bolívares).....	80
Tabela 15 – Índice de crescimento do PIB, exportações totais, formação bruta de capital fixo e gastos do governo venezuelano, 1950/1973.....	83

Tabela 16 - Balança de Pagamentos, 1974/1986 em milhões de dólares.....	89
Tabela 17 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1974/1978.....	90
Tabela 18 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1979/1983.....	93
Tabela 19 - Evolução da Dívida Externa Total desembolsada na América Latina, 1982/1986 (milhões de dólares).....	94
Tabela 20 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1984/1988.....	96
Tabela 21 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1989/1992.....	99
Tabela 22 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1994/1999.....	102
Tabela 23 - PIB _{pm} , balança comercial e reservas internacionais da Venezuela, 1998/2006.....	119
Tabela 24 - Saldo em conta corrente da Venezuela como percentual do PIB, 1998/2006.....	119
Tabela 25 - Dívida Externa da Venezuela como percentual do PIB, 1998/2006.....	120
Tabela 26 - Formação bruta de capital da Venezuela como percentual do PIB, 1998/2006.....	121
Tabela 27 - Gasto social do governo da Venezuela como percentual do PIB, 1998/2006.....	122
Tabela 28 - Índices de pobreza da Venezuela, 1997/2007 (%).....	123
Tabela 29 - Evolução da condição de pobreza da população venezuelana, 1998/2007 (2º semestre).....	124
Tabela 30 - Evolução de indicadores sociais da Venezuela, 1950/2007.....	125
Tabela 31 - Indicadores do mercado de trabalho da Venezuela, 1998/2007.....	126
Tabela 32 - Taxa de natalidade e de mortalidade da Venezuela por quinquênios, 1995/2020.....	126
Tabela 33 - Distribuição de renda entre as classes sociais e coeficiente de Gini da Venezuela, 1998/2007	127
Tabela 34 - Exportações de petróleo, demanda interna e demanda total de petróleo da Venezuela em milhões de barris anuais, 1940/1989.....	132
Tabela 35 - PIB e exportações da Venezuela e preço do petróleo, 1990/2006.....	133

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ABORDAGENS TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	18
2.1 Visões do desenvolvimento econômico.....	19
2.2 Crescimento com economia fechada.....	33
2.3 Crescimento com economia aberta.....	42
2.4 Balanço das abordagens teóricas do desenvolvimento econômico.....	49
3 EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA VENEZUELA DA DESCOBERTA DO PETRÓLEO A 1973	53
3.1 Uma breve introdução à Venezuela.....	54
3.2 Formação da economia venezuelana da descoberta do petróleo a 1950.....	58
3.3 Período do crescimento acelerado: 1950/1973.....	68
3.4 Balanço da evolução econômica da Venezuela entre 1920 e 1973.....	78
4 EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA VENEZUELA ENTRE 1974 E 1998.....	87
4.1 Economia venezuelana no período populista e socializante (1974/1988).....	88
4.2 A economia venezuelana no período neoliberal (1989/1998).....	97
4.3 Balanço dos principais resultados econômicos do período 1974/1998.....	103
5 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA VENEZUELA NA ERA CHÁVEZ: AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DE SUA BASE EXPORTADORA.....	107
5.1 A economia venezuelana no período Hugo Chávez após 1999.....	107
5.2 Indicadores econômicos e sociais da Venezuela após 1999.....	118
5.3 Indicativos de <i>doença holandesa</i> na Venezuela.....	127
5.4 Comparativo da economia do período Hugo Chávez com o período 1974/1998	129
5.5 Balanço dos principais resultados econômicos do período Hugo Chávez.....	136
6 CONCLUSÃO.....	138
REFERÊNCIAS.....	146

1 INTRODUÇÃO

Com a repercussão do famoso artigo de Prebisch (1949), no qual ele mostra empiricamente a deterioração das relações de troca contra os países subdesenvolvidos, os países da América Latina tornaram-se muito protecionistas, fechando-se ao comércio internacional, procurando desenvolver-se com base no mercado interno. A industrialização veio para a ordem do dia e seu financiamento tornou-se crucial. A dependência comercial denunciada por Prebisch transformou-se em dependência financeira e tecnológica, pela necessidade de importação de novas tecnologias, em decorrência do funcionamento do modelo de substituição de importações.

O próprio Prebisch (1964) reconheceu que o principal erro seu e de seus seguidores foi de não ter visto a importância crucial das exportações para o financiamento das importações de máquinas e equipamentos industriais. Em relação ao capital financeiro, Prebisch e os cepalinos de um modo geral preferiam o capital de empréstimo, sobretudo aquele de governo a governo, pelos mais baixos juros e para evitar a dependência ao capitalismo internacional. Essa postura ele também considerou exagerada, pois os investimentos diretos estrangeiros podem ajudar, em muito, a industrialização. Também, ele passou a sugerir que os países em desenvolvimento procurassem incentivar, de preferência, as importações manufaturadas, porque, desse modo, eles estariam ao mesmo tempo gerando divisas e incentivando a industrialização.

Nem todos os países subdesenvolvidos conseguiram formar uma base industrial importante, até a ocasião da reavaliação de Prebisch. Na América Latina, somente Brasil e México alcançaram desenvolvimento razoável até 1965, época em que tanto a Coréia do Sul como Índia e China apresentavam uma estrutura industrial de pouca expressão. Com exceção da Argentina, os demais países da América Latina, como a Venezuela, possuíam uma base industrial bastante incipiente.

No Brasil, a economia da Venezuela é bastante desconhecida; aliás, excetuando-se os países do Mercosul e o Chile, as demais economias da América do Sul e América Central também o são. A Venezuela é um país que tem uma grande importância para Manaus e Roraima, tanto pelo petróleo e o fornecimento de energia como por sua proximidade geográfica, e por constituir local de passagem para produtos brasileiros escoados pelos portos venezuelanos em direção do Caribe, EUA e Europa. A Venezuela é um dos países em

desenvolvimento menos estudados no Brasil, embora esteja se tornando um importante parceiro do Brasil pelo petróleo e pelas potencialidades de seu mercado interno.

O que foi exposto parece ser suficiente para justificar um estudo aprofundado sobre a economia venezuelana. No entanto, existem outras questões muito interessantes que podem ser objeto de importantes pesquisas na área do desenvolvimento econômico. Pode-se perguntar, por exemplo, por que uma economia com abundantes recursos naturais, como petróleo, terras e minérios, não se industrializou, permanecendo nos dias atuais com indicadores de desenvolvimento pouco expressivos.

O objetivo geral desta tese é avaliar a contribuição do petróleo no desenvolvimento econômico da Venezuela entre 1950 e 2006, com ênfase nos anos pós 1973. A tese estudará como a exportação de petróleo tem contribuído para o crescimento econômico venezuelano, salientando-se os indicadores de desenvolvimento. Através de ampla revisão da literatura, envolvendo aspectos teóricos e estudos empíricos, além da análise de dados secundários, o trabalho procura identificar os fatores e os entraves do crescimento econômico venezuelano no período em estudo.

Especificamente, o objetivo desta tese é o de responder às seguintes questões:

- a) A Venezuela tem aproveitado racionalmente o petróleo, importante recurso natural, para alavancar maiores taxas de crescimento econômico?
- b) As políticas macroeconômicas adotadas pelo governo da Venezuela contribuíram ou entravaram, em determinados períodos, o crescimento econômico do país?
- c) O crescimento econômico tem gerado desenvolvimento, ou seja, melhoria dos indicadores sociais, como redução da pobreza, aumento do nível de emprego e melhoria dos índices de mortalidade, expectativa de vida, educação, saúde...?

Vale a pena ressaltar que a divisão dos períodos se deve ao fato de a Venezuela ter sido considerada até o início dos anos de 1970 como uma das economias mais prósperas do mundo. Seu PIB *per capita* de 1973 era superior ao da Itália; o país se situava entre os três maiores exportadores de petróleo do mundo; o investimento estrangeiro era maior do que a soma de todo o restante do investimento estrangeiro da América Latina; tratava-se de uma economia bastante aberta ao exterior.¹ Entre 1974 e 1976 ocorreu a estatização da indústria de petróleo, das empresas estrangeiras de mineração, de energia elétrica e de telecomunicações, assim como do Banco Central da Venezuela, que era uma *joint venture* entre a iniciativa

¹ O produto *per capita* da Venezuela, na década de 1970, era de US\$ 7.247 PPC, contra US\$ 4.987 PPC para a Argentina e US\$ 1.673 PPC para o Brasil (Medeiros *apud* Furtado, 2008, p. 138). Em 2007, o PIB *per capita* da Venezuela era de apenas 17% do PIB *per capita* da Itália (US\$ 31.000 PPC).

privada e o Estado. Todas essas medidas aprofundaram-se nos governos posteriores de Herrera Campins (1974/1979) e de Jaime Lusinchi (1984/1988). Essa experiência socialista provocou enorme queda do PIB *per capita*, aumentando a pobreza, a inflação e o desemprego. Seguiram-se dois governos neoliberais, de Carlos Andrés Pérez (1989/1993) e de Rafael Caldera (1994/1998). Nesse período ocorreram privatizações e implementação de planos de ajuste econômico, recessão e desemprego. Esses fatores contribuíram para a eleição de Hugo Chávez em 1999.

A economia utiliza recursos naturais e humanos para produzir bens e serviços e satisfazer as necessidades humanas. À primeira vista, sociedades com abundantes recursos naturais tenderiam a crescer mais rapidamente. Contudo, estudos mostram que a dotação de recursos naturais abundantes, como petróleo, pode implicar menores taxas de crescimento para o conjunto da economia, mantendo o subdesenvolvimento. Essa é a tese do *mal holandês* em que a descoberta de petróleo na Holanda afetou negativamente a economia.

Alguns estudos têm mostrado que países com abundantes recursos naturais tenderiam a crescer menos do que países com menos recursos, pela facilidade encontrada para importação de uma gama variada de bens e serviços de consumo final. Porém, no caso da Venezuela, a hipótese principal é a de que ela vem obtendo vantagens econômicas substanciais com a exploração do petróleo no período do estudo. Em outras palavras, a idéia é a de que esse país não vem sofrendo do chamado *mal holandês*. Esta hipótese, se confirmada, indicaria que a Venezuela deve continuar a crescer em economia aberta, aproveitando as divisas obtidas com as exportações de petróleo para implantar infra-estruturas, novas indústrias e demais setores, assim como para melhorar o nível de vida de sua população. Havendo o *mal holandês*, as divisas com as exportações de petróleo valorizam a moeda nacional, barateiam as importações e inibem a industrialização interna.

O crescimento econômico é uma condição necessária ao desenvolvimento econômico, que se completa com a melhoria dos indicadores sociais, ambientais, políticos e culturais. A manutenção de taxas crescentes, persistentes e sustentadas de crescimento econômico é fundamental para criar novos empregos e elevar a renda *per capita*. A grande questão é como financiar o desenvolvimento, tendo em vista que uma economia que se industrializa por substituição de importações tem uma tendência ao desequilíbrio externo (Souza, 2005, cap. 1). Torna-se crucial manter as exportações em expansão crescente, para financiar as importações necessárias à industrialização. Essas importações aumentam com o desenvolvimento e elas envolvem máquinas, equipamentos, insumos industriais e alimentos.

Encontrar e manter uma base exportadora dinâmica é um grande desafio para as economias em vias de desenvolvimento.

Políticas econômicas erradas e a corrupção (*rent seeking*) (ver SOUZA, 2005, cap. 10) reduzem a taxa do crescimento econômico, afetando negativamente a criação de empregos. No caso da Venezuela, a grande disponibilidade de petróleo pode constituir um entrave ao desenvolvimento da indústria local, pela abundância de divisas, o que facilita as importações e pode incentivar a corrupção em todos os níveis de governo.

Por outro lado, recursos não renováveis, como determinados tipos de minérios e petróleo, têm importância estratégica para o setor produtivo, pelo menos enquanto não se encontrarem substitutos. Estima-se que, dentro de algumas décadas, as reservas de petróleo no mundo irão desaparecer; enquanto isso, a extração desse importante produto precisa engendrar maiores taxas de crescimento econômico e reduzir a pobreza nos países produtores envolvidos.

A questão a ser respondida é se os frutos da extração dos recursos naturais são empregados efetivamente para gerar desenvolvimento econômico. Se os países ricos em recursos naturais não conseguem beneficiar sua população, no sentido de gerar maior nível de emprego e renda, é porque está havendo corrupção ou ocorrendo o *mal holandês*. Sugestões de política são sempre bem-vindas se ajudarem a melhorar as condições de vida das populações mais pobres, em países ainda atrasados como a Venezuela.

A teoria da base econômica forma o embasamento teórico deste estudo, por sua ênfase nas relações entre o crescimento das exportações e o crescimento do resto da economia. Ela afirma que as regiões crescem em torno de uma base exportadora, o que ajuda a desenvolver o setor de mercado interno (NORTH, 1977; Souza, 1980, 2002, 2005). Alguns países, como o Brasil, somente obtiveram a arrancada para o crescimento auto-sustentável com o surgimento de uma base exportadora dinâmica. Contudo, nem sempre a presença de uma base exportadora importante é suficiente para gerar crescimento econômico; ela precisa exercer efeitos de encadeamentos duradouros e significativos sobre o resto da economia. Neste último caso, constitui complemento indispensável para o desenvolvimento a existência de políticas econômicas coerentes, como investimentos em infra-estruturas e em educação, que reduzam os custos de transação. Há necessidade do bom gerenciamento da economia quando os problemas se apresentam. Estas são questões que serão analisadas ao longo deste trabalho.

Esta investigação pretende contemplar respostas às questões que surgirem a partir dos componentes aqui especificados. Com o objetivo de corroborar a hipótese do *mal holandês*,

torna-se necessário compreender os domínios envolvidos, identificando suas prioridades, características, conceitos básicos e, principalmente, a natureza do conhecimento em análise; esta compreensão é a que permite a visualização das funcionalidades básicas requeridas para estes elementos. No sentido de sedimentar esta compreensão, serão revisados os principais autores que abordaram o assunto e estudadas as seguintes variáveis: PIB, importações, exportações (destacando-se as exportações de petróleo), nível de emprego, indicadores sociais, etc.

Esta tese contém quatro capítulos, além da Introdução e da Conclusão.

O capítulo 2, *Abordagens teóricas do desenvolvimento econômico*, contém quatro seções. Na seção 2.1 apresentam-se as visões do desenvolvimento econômico, estabelecendo-se os conceitos pertinentes, incluindo subdesenvolvimento, a nova economia institucional e a teoria do crescimento baseado no produto principal. A revisão da abordagem de grandes economistas sobre a questão do desenvolvimento econômico enfatiza as implicações distributivas desse crescimento entre as classes sociais. As abordagens referentes à empresa, enquanto instituição, são aquelas apresentadas pela nova economia institucional. A base teórica insere também a explicação do crescimento econômico dentro da *staple theory* (teoria do produto principal), de autoria de Walkins (1963).

Na seção 2.2, focaliza-se o crescimento com economia fechada, que é a visão cepalina do desenvolvimento econômico, que se baseia no crescimento econômico por substituição de importações. Discutem-se as críticas a esse modelo, desembocando mais adiante no modelo de crescimento voltado para fora, fundamentado na expansão das exportações, como explica a teoria da base exportadora. Na seção 2.3, aborda-se o crescimento com economia aberta, onde se insere a apresentação da teoria da base exportadora e a questão dos recursos naturais, *doença holandesa* e capitalismo rentístico. Na seção 2.4, faz-se um balanço das abordagens teóricas do crescimento e do desenvolvimento econômico.

O Capítulo 3, *Evolução econômica da Venezuela da descoberta do petróleo a 1973*, também possui quatro seções. Na seção 3.1, apresenta-se uma breve introdução, contemplando dados gerais sobre a Venezuela e uma abordagem histórica do petróleo. Na seção 3.2, estuda-se a evolução econômica da Venezuela desde a descoberta do petróleo, no início do Século 20, até o ano de 1950, culminando com a política econômica petrolífera no pós-Guerra. Na seção 3.3, continua-se com essa abordagem histórica, enfocando o período do crescimento acelerado, de 1950 a 1973, quando ocorreu o primeiro choque de preços internacionais do petróleo. Para isso, revisam-se alguns fatos históricos fundamentais,

procurando-se entender a dependência da política econômica do governo venezuelano em relação ao petróleo. O estudo efetua-se uma periodização segundo os diferentes governos, o primeiro, da origem do petróleo a 1950, depois, de 1950 a 1973. Na seção 3.4, apresenta-se o balanço da evolução econômica da Venezuela entre 1920 a 1973.

O Capítulo 4, *Evolução econômica da Venezuela entre 1974 e 1998*, possui três seções. Na seção 4.1, avalia-se a economia venezuelana no período populista e socializante (1974/1988). Neste capítulo, como no capítulo seguinte, avaliam-se os efeitos da principal base exportadora da Venezuela, o petróleo, para traçar as perspectivas para a economia. O período vai do populismo ao abandono da economia keynesiana, com queda da renda petrolífera, a introdução de programas de ajuste econômico, tendo profundos reflexos na economia, com recessão e desemprego. Na seção 4.2, examina-se como a Venezuela retorna a um período de governo neoliberal (no passado, alternado com governos ditatoriais e populistas), com pacotes de ajuste econômico, inflação e agravamento da dívida, já com aceleração de antes do período socialista. Na seção 4.3, efetua-se um balanço dos principais resultados econômicos do período 1974/1998.

O Capítulo 5, *Desenvolvimento econômica da Venezuela na era Chávez: avaliação dos efeitos de sua base exportadora*, possui cinco seções. Na seção 5.1, discorre-se sobre o início do governo Chávez, com mudanças constitucionais, greves, recessão e desemprego, depois com recuperação econômica, aumento do emprego e estabilidade financeira. Na seção 5.2, analisam-se os indicadores econômicos e sociais da Venezuela após 1999. Na seção 5.3, especula-se sobre a existência ou não de *doença holandesa* nesse país. Na seção 5.4, estabelece-se um comparativo da economia no período Chávez com o período 1974/1998. Na seção 5.5, efetua-se um balanço dos principais resultados econômicos do período Hugo Chávez. Finalmente, na Conclusão, efetuam-se as perspectivas econômicas e sociais da Venezuela.

CAPÍTULO 2

ABORDAGENS TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Este capítulo tem como objetivo abordar as origens e a questão do desenvolvimento econômico, estabelecendo os conceitos pertinentes, incluindo o de subdesenvolvimento. Após, faz-se uma revisão de importantes pensadores da economia sobre a questão do desenvolvimento econômico, enfatizando-se as implicações distributivas do crescimento econômico entre as classes sociais. Busca-se entender, portanto, como os diferentes enfoques da teoria do desenvolvimento econômico se relacionam com a economia venezuelana.

Na primeira seção do capítulo (*Visões do desenvolvimento econômico*), pretende-se vincular a teoria do desenvolvimento econômico com a evolução histórica da Venezuela; a idéia é, em cada período, estabelecer referências teóricas com os acontecimentos econômicos e políticos e identificar as origens das mudanças institucionais, salientando e sua importância para o desenvolvimento econômico do país.

Na segunda seção, *Crescimento com economia fechada*, discute-se a visão cepalina do desenvolvimento econômico, que se baseia na industrialização por substituição de importações. Salienta-se que, entre 1959 e 1973, na Venezuela, as políticas econômicas de desenvolvimento foram fortemente influenciadas pelas teorias da CEPAL.

Na terceira e última seção (*Crescimento com economia aberta*), discute-se o modelo de crescimento voltado para fora, fundamentado na expansão das exportações. A Venezuela baseia sua economia na exploração de seu principal recurso natural, o petróleo, que corresponde, hoje, a mais de 80% de sua base exportadora. A teoria da base exportadora constitui a base teórica do crescimento econômico com economia aberta. Assim, como já foi salientado, o presente estudo objetiva verificar a influência da principal base exportadora, o petróleo, na formação econômica da Venezuela, em cada período governamental.

Finalmente, o presente capítulo aborda a questão da disponibilidade dos recursos naturais, a *doença holandesa* e a presença de capital rentístico no país.

2.1 Visões do desenvolvimento econômico

2.1.1 Origens da questão do desenvolvimento econômico

A teoria do desenvolvimento econômico surgiu na França com os fisiocratas, por volta de 1650, e depois ela se difundiu na Inglaterra e conheceu grande expansão com Adam Smith. Até então, o grande interesse dos governantes era aumentar o poder militar dos soberanos, unificar o país e defender-se contra inimigos externos. Na visão mercantilista, a riqueza nacional decorre da expansão do comércio exterior (Souza, 2005, cap. 1).

William Petty, em 1676, deu um caráter quantitativo à economia; ele observou que a França estava crescendo muito rapidamente; em sua análise, ele foi além dos indicadores simples de crescimento, entrando em questões relativas a desequilíbrios e padrões de vida. Assim, ele teria sido o fundador do desenvolvimento econômico, e isso bem antes de Adam Smith (Sen, 1988).

Após a Segunda Guerra Mundial, os economistas estabeleceram uma diferença entre os termos crescimento e desenvolvimento econômico. O termo *crescimento econômico* compreende a expansão do produto real da economia, durante certo período de tempo, sem implicar mudanças estruturais e distribuição de renda; ele tem sentido quantitativo. Já o termo *desenvolvimento econômico* é um conceito mais amplo, pois, além de implicar no aumento do produto real *per capita*, significa mudança de estrutura, como crescimento da participação do produto industrial no produto total, e melhoria dos indicadores sociais e distribuição de renda; ele tem sentido qualitativo (Souza, 2000, p. 318).

Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 1992, defendeu a inclusão da liberdade no conceito de desenvolvimento econômico, para ele, o desenvolvimento vai muito além da liberdade de empreender e de produzir. O desenvolvimento depende das oportunidades econômicas, das liberdades políticas, da boa saúde, da educação básica.

Sen (2000) questiona a causalidade entre crescimento e desenvolvimento econômico, pois, para ele, uma sociedade bem dotada em saúde, educação está mais apta em gerar crescimento econômico. Nas palavras de Sen:

Isso não tem por objeto negar que a privação de capacidades individuais pode estar fortemente relacionada a um baixo nível de renda, relação que se dá em via de mão dupla: (1) o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; e (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas (Sen, 2000, p.34).

Os principais fatores do crescimento econômico são: acumulação de capital, altas taxas de poupança, educação geral e profissionalizante, política econômica favorável ao crescimento, geração de novas tecnologias e mentalidade social favorável aos negócios e ao progresso (Souza, 2000, p.319).

O desenvolvimento econômico deriva da expansão do produto real de uma economia, implicando mudanças estruturais e melhorias do bem-estar da população, medido por indicadores econômicos e sociais. Ao considerar-se, em primeira instância, a preocupação com o bem-estar humano, a concepção de desenvolvimento tornar-se predominante em relação ao crescimento econômico.

O crescimento econômico possui um sentido restrito, tendo por objetivo o aumento da capacidade produtiva de uma determinada economia. Pode ser mensurado, basicamente, pelos índices de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) total e *per capita*; pelo crescimento da força de trabalho; pelo crescimento da poupança e do investimento; e pelo grau do avanço tecnológico. O desenvolvimento econômico, por outro lado, implica mudanças de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população, com redução da população pobre e da população miserável, com melhorias de indicadores relativos ao meio ambiente. Nesta visão, a mera busca do crescimento econômico já não é mais aceita.

Se apenas crescimento econômico não basta para caracterizar o desenvolvimento, este também não se faz presente na ausência de crescimento econômico; neste caso, a arrecadação pública não cresce, e o governo não pode gastar mais em obras sociais para atender a população que está crescendo e para a melhoria da população existente. Com crescimento insuficiente, pioram os indicadores sociais, infra-estruturais e econômicos.

Portanto, pode-se concluir que as abordagens sobre o desenvolvimento econômico se diversificaram consideravelmente a partir dos anos 1940. Nesse sentido, Stern (1989) cita que, desde antes de Adam Smith, as abordagens do desenvolvimento sempre focalizaram: a) o papel do Estado: o governo desempenha um papel fundamental no sentido de elevar os padrões de educação, de saúde e de expectativa de vida da população; de aumentar a disponibilidade de infra-estruturas como fornecimento de água, saneamento, transportes e energia elétrica; estes são fatores essenciais para proporcionar desenvolvimento econômico; b) a importância da industrialização e do comércio externo no crescimento econômico, principalmente após a Segunda Guerra Mundial; c) relações assimétricas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, observando-se que os efeitos do crescimento econômico

não foram distribuídos equilibradamente entre os países não-desenvolvidos (idéia de crescimento com distribuição); d) ajustamentos estruturais e estabilização: a idéia de redistribuição da riqueza tem provocado a reação das elites dos países não-desenvolvidos; e) importância do planejamento econômico e de programas setoriais liderados pelo governo.

A idéia é a de que o desenvolvimento econômico torna-se induzido pelo crescimento, principalmente se ele for acompanhado por políticas redistributivas do setor público. O bem estar da população se reduz, levando a economia e a sociedade a retroceder ou a entrar em um processo de subdesenvolvimento.

Subdesenvolvimento define-se, portanto, por crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico; há concentração de renda e de riqueza entre as classes sociais e as regiões; aumenta tanto o número absoluto de pessoas pobres e miseráveis, como a relação população pobre/população total e população miserável/população total (Souza, 2007, p. 173).

A economia subdesenvolvida caracteriza-se pela instabilidade e pela dependência econômica, tecnológica e financeira em relação aos países desenvolvidos. Souza (2000) diz que: os países desenvolvidos diferenciam-se dos subdesenvolvidos por apresentarem elevados níveis de renda *per capita*; alto grau de industrialização; fortes superávits comerciais com o setor externo, que lhes permite obter recursos para investir ou emprestar para outros países; alto nível de vida, que se traduz por elevada esperança de vida ao nascer e baixa mortalidade infantil; alta produtividade industrial; distribuição de renda mais homogênea e baixa dependência à exportação de produtos primários (ou alta proporção de exportações de produtos manufaturados).

Em síntese, o desenvolvimento necessita de crescimento econômico contínuo e de políticas públicas coerentes com a expansão das necessidades da população, além de melhorias sociais. O *crescimento* não conduz automaticamente à redução das desigualdades, nem à maior justiça social, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida e não ser o acúmulo de riquezas, que se concentra nas mãos de uma minoria. O *desenvolvimento*, por sua vez, além de se preocupar com a geração de riquezas, tem como objetivo melhorar sua distribuição e incrementar a qualidade de vida da população, além de considerar a qualidade ambiental do planeta.

2.1.2 Principais visões teóricas do desenvolvimento econômico

Segundo *Adam Smith*, a especialização do trabalho, ao lado dos investimentos, é o que proporciona o crescimento econômico. Sua obra *A riqueza das Nações* (1776) foi um verdadeiro tratado sobre a economia do desenvolvimento. Contudo, ele acreditava na existência de um limite para o crescimento econômico: o estado estacionário. Nessa situação, tanto o crescimento demográfico, como a acumulação do capital e a variação do produto total tenderiam a zero. Seu problema era conhecer os fatores responsáveis pela formação da riqueza nacional e o que afetava a distribuição do produto entre as três classes sociais.

Em seu modelo de desenvolvimento, a acumulação de capital desempenha um papel crucial, pois o crescimento do emprego e o bem-estar do trabalhador dependem da acumulação de capital. Na sua análise, o trabalho é endógeno, sendo exógenos, pelos menos parcialmente, o estoque de capital e a produtividade dos fatores; sendo estas duas últimas variáveis a chave do crescimento econômico (Dorfman, 1991, p. 575).

Para Smith, o que explica a riqueza das nações é o aumento do emprego do trabalho produtivo, como também a elevação da produtividade e uso de mais capital. Ele diferencia trabalho produtivo (aquele que produz bens que podem ser adicionados ao estoque de capital) e trabalho improdutivo (aquele que, embora útil, desaparece de imediato). Ele explica que é no mercado de trabalho que os salários são determinados pelo tamanho da força de trabalho e pela demanda e emprego de trabalho e capital. Para que os salários se situem acima do nível de subsistência, é preciso que o estoque de capital cresça mais do que a oferta de trabalho. Esse crescimento será rápido pelo surgimento de economias de escala, geradas pela expansão dos mercados: redução dos custos médios, aumento dos lucros e expansão dos investimentos, do produto e da renda.

A grande questão seria manter a economia em expansão contínua, condição suprida pela expansão dos mercados; com isso, teriam-se economias de escala, redução dos custos médios, maiores lucros e novos investimentos que expandiriam incessantemente o produto nacional e o bem-estar de toda a população.

Portanto, a economia de Adam Smith conhece expansão contínua enquanto for possível ampliar a dimensão dos mercados e empregar trabalhadores produtivos. A acumulação de capital desempenha nesse processo um papel crucial ao aumentar a produtividade dos trabalhadores. O progresso técnico crescente permite aos empresários o pagamento de salários mais elevados, enquanto o crescimento demográfico e a concorrência

entre os trabalhadores exercem efeito oposto (Souza, 2000, p.46).

Smith foi um otimista ao considerar que os rendimentos crescentes provocados pela expansão do comércio externo promoveriam o crescimento contínuo. A distribuição de renda se operaria para os trabalhadores como a acumulação de capital sendo mais rápida do que o crescimento demográfico, o que elevaria os salários reais.

Para *David Ricardo*, principal discípulo de Adam Smith, o crescimento demográfico exerce efeito nocivo sobre a economia, ao elevar a demanda de alimentos. Ele considerava que o grande problema da economia estava na agricultura, pela existência de rendimentos decrescentes, e por considerar que a agricultura era incapaz de produzir alimentos baratos para consumo dos trabalhadores, fatores que provocariam o aumento do custo de vida e dos salários nominais, estancando a acumulação de capital e o crescimento econômico posterior.

Ricardo elaborou a teoria da renda da terra, segundo a qual, à medida que a população cresce, ocupam-se terras cada vez piores, aumentando os custos na margem de cultivo, enquanto a renda da terra, embolsada pelos proprietários, expande-se. Ele demonstra que, com o crescimento demográfico no longo prazo, caem os lucros dos arrendatários, os salários reais e a taxa de lucro; aumentam os preços dos alimentos, os salários nominais e a renda da terra dos proprietários. Portanto, os únicos a se beneficiarem desse processo caracterizado por rendimentos decrescentes são os proprietários. A queda da taxa de lucro reduz os investimentos na agricultura e em toda a economia. A solução apontada por Ricardo, além do progresso tecnológico, foi o controle da natalidade e a livre importação de alimentos para o consumo dos trabalhadores. Isso evitaria a elevação dos custos dos produtores e a queda da taxa de lucro, mantendo os investimentos e o crescimento do produto (Souza, 2000, p. 47).

A visão de *Malthus* na questão do desenvolvimento econômico justifica-se pela teoria da população, que diz que a população aumenta em proporções geométricas ao passo que, na melhor das hipóteses, a produção de alimentos cresce a taxas aritméticas. Para ele, a população cresceria em ritmo acelerado pela existência de estímulos, como ajuda financeira da Igreja, casamentos precoces e ausência de controle de natalidade. A idéia, para os clássicos, era a de que salários de mercado (w) acima do de subsistência (w^*) estimularia o crescimento demográfico; que a população se manteria estacionária quando $w = w^*$ (supondo ausência de ajuda extramercado); e que a população iria se reduzir quando $w < w^*$, em razão do surgimento da fome e de doenças. Para Malthus, as crises resultavam do subconsumo da população pela redução gradual dos salários reais.

Stuart Mill, seguindo a análise de Smith e de Ricardo, fez a síntese clássica. Para ele, o

desenvolvimento econômico se faz pela melhoria dos padrões de vida, que requer redução da taxa de natalidade e aumento da taxa de acumulação de capital. O crescimento econômico se manterá indefinidamente pela adoção de inovações tecnológicas poupadoras de trabalho e, sobretudo, de terra. Inovações viabilizam terras piores na margem de cultivo, ou evitam que a produção se desloque para a margem, com a melhoria do rendimento de terras melhores, já ocupadas. Com isso, a taxa de lucro não se deteriora, o que mantém o nível dos investimentos e o crescimento do produto, aumentando o nível de bem estar dos trabalhadores.

Mill enfatiza que a educação também seria essencial para o crescimento econômico, ao melhorar a produtividade dos trabalhadores. Ele recomenda a distribuição de terras entre as famílias pobres e o incentivo e assistência à emigração. Com isso, aumentariam os salários reais e reduziriam as rendas dos proprietários de terras. De outra parte, o declínio da taxa de lucro e o rigor da competição capitalista poderiam ser suavizados pela formação de cooperativas de produtores e consumidores. Finalmente, o autor também destaca que a redução do ritmo do progresso técnico, ou seu desaparecimento acabaria dando surgimento ao estado estacionário. No entanto, esta seria uma situação de máximo bem-estar para o conjunto da população, cujos objetivos seriam a busca do lazer e da cultura e não mais a acumulação de riquezas.

Na *visão marxista*, o processo de crescimento capitalista ocorre com desemprego crescente de trabalhadores e concentração de renda e de riqueza. Marx rejeita a teoria clássica da distribuição de renda, assim como a teoria da população de Malthus. Para ele, o desenvolvimento efetua-se de forma cíclica e com conflito distributivo entre capitalistas e trabalhadores, detentores da força de trabalho. Na visão marxista, o subdesenvolvimento aparece como uma consequência do desenvolvimento capitalista (Souza, 2005, cap. 4).

O subdesenvolvimento decorre do desemprego tecnológico e do subconsumo dos trabalhadores, que resulta da exploração capitalista. Os salários se deprimem pela existência de “um exército industrial de reserva” de desempregados, constantemente substituídos por máquinas e reforçados por crises periódicas. É o comportamento do capitalista, não do trabalhador, que reduz os salários nominais ao nível de subsistência. Os trabalhadores ficam cada vez mais fracos à medida que o capitalismo se desenvolve, na impossibilidade de se associarem em sindicatos.

Na concepção de Marx, as crises decorrem do próprio capitalismo ao se desenvolver, tendo em vista as condições internas do sistema. O desenvolvimento das forças produtivas é inseparável das mudanças nas instituições políticas e sociais. O progresso técnico e a

acumulação de capital desempenham um grande papel no crescimento econômico, mas são nocivos para os trabalhadores, pelo desemprego tecnológico que aumenta a massa dos excluídos. Para os marxistas populistas, as crises derivam da insuficiência de demanda, tendo em vista o achatamento salarial e o desemprego tecnológico.

Keynes em sua obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* procura encontrar soluções para a crise do mundo capitalista. Nessa obra, ele parte da crítica aos postulados da economia clássica, combate a lei de Say e centra sua análise no “princípio da demanda efetiva”. Ele argumenta que deficiência da demanda efetiva, rigidez de salários e baixa propensão a investir geram crescimento insuficiente para manter o pleno emprego.

Para *Kalecki* a oferta de crédito é requisito essencial para as economias com desemprego alavancar o desenvolvimento econômico. Ele também enfatiza que outro grande entrave ao desenvolvimento é o desinteresse dos empresários. Nesse sentido, a ação do governo é essencial para corrigir distorções e eliminar estrangulamentos, como oferta insuficiente de alimentos. A luta do governo contra a inflação leva a cortes dos meios de pagamentos e do crédito, o que eleva a taxa de juro interna e os serviços da dívida pública; com isso, aumentam o déficit e a própria inflação, gerando um círculo vicioso. Assim, é preciso incentivar os investimentos estrangeiros diretos para suprir a falta interna de poupança e estimular o crescimento econômico (Souza, 1997, p. 341).

A teoria do desenvolvimento econômico alcançou substancial importância, com a redescoberta do trabalho de *Schumpeter* (1982). Segundo esse autor, o desenvolvimento depende do ritmo da adoção de inovações tecnológicas pelo empresário inovador, com auxílio do crédito. O sucesso de uma inovação depende de três fatores: a) da possibilidade de explorar a descoberta com exclusividade, a despeito do surgimento de imitadores; b) que os investimentos induzidos pela inovação não desloquem em demasia outros investimentos; c) que os novos investimentos possam ser financiados amplamente pelo crédito bancário, o que pode provocar pressões inflacionárias.

Para *Schumpeter*, a vida econômica tenderia para uma posição de equilíbrio estacionário, sendo este rompido por mudanças significativas na esfera econômica, resultado do processo de desenvolvimento que o procede. Ele considera, ainda, que a principal locomotiva do crescimento seria constituída pela figura do empresário inovador; este é o agente econômico que traz novos produtos para o mercado, por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica.

A abordagem de Schumpeter influenciou fortemente os economistas do desenvolvimento, como Perroux no âmbito regional. Apesar da ênfase no empreendedorismo, nas inovações tecnológicas e no crédito, a visão neoclássica na simples acumulação de capital trazia contratempos devido à necessidade de certa escala para proporcionar custos médios compatíveis com uma rentabilidade mínima. Assim, devido à pequena dimensão do mercado interno dos países subdesenvolvidos, que gera altos custos médios e reduz a rentabilidade do capital, surgiu a necessidade da adoção de estratégias alternativas de crescimento em que cada nova indústria possa encontrar no local parte do mercado de que necessita; ou seja, o crescimento equilibrado ou diversificado, envolvendo várias atividades, em oposição ao crescimento concentrado em poucos setores mais dinâmicos, tem a vantagem de aumentar a dimensão do mercado interno, assim como a rentabilidade dos projetos em seu conjunto.

A estratégia de crescimento equilibrado ou diversificado foi apresentada por *Rosentein-Rodan* (1969), em 1943, para a industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental, no contexto do Plano Marschall. Sua idéia era a de que a realização de um conjunto de investimentos em uma gama variada de indústrias aumentaria a rentabilidade do capital, ao elevar a produtividade, o que estimularia a realização de novos investimentos. Segundo essa teoria, todos os setores devem crescer a mesma taxa para que o crescimento seja equilibrado, isso sendo obtido pela diversificação dos investimentos em uma gama ampla de atividades em consonância com a demanda dos consumidores locais.

Mais tarde, *Nurke* (1957) argumenta no mesmo sentido que o grande problema dos países subdesenvolvidos é a ausência de estímulos aos investimentos, decorrente da pequena dimensão do mercado interno; segundo ele, existe um círculo vicioso da pobreza que entrava o desenvolvimento econômico: um país é “pobre porque é pobre”; esse truísmo equivale a dizer que um país é “subdesenvolvido porque é subdesenvolvido”. Assim, para vencer o subdesenvolvimento e a pobreza seria necessário um “ataque frontal” em todas as frentes, de sorte que algumas indústrias seriam clientes de outras na mesma área.²

A realização do *big push* necessitaria de um grande volume de capitais, de empresários, mão-de-obra especializada e outros recursos que um país subdesenvolvimento não teria. De outra parte, a produção precisaria ser destinada também aos mercados externos, para poder amortizar a dívida externa que fatalmente subiria rapidamente. Assim, predominou a idéia do crescimento desequilibrado ou concentrado em poucos setores-chave; esta estratégia está ligada aos nomes de *Perroux* (1955) e de *Hirschman* (1958). Ela se fundamenta

² O termo “ataque frontal” (*big push*) é de *Rosentein-Rodan* (1969).

na escassez de recursos e na idéia de que alguns setores apresentam maiores efeitos de encadeamento sobre a produção e o emprego do que outros (ver Souza, 2005, cap. 8).

Hirschman (1958, p. 9) salientou que em sua maioria, as teorias existentes sobre o crescimento econômico não têm sido adequada aos países subdesenvolvidos, porque exigem muitas precondições impossíveis de ser preenchidas por eles. Para ele, a questão crucial da teoria do crescimento econômico é saber *onde* e *como* criar os desequilíbrios para gerar efeitos multiplicadores, ou de encadeamento sobre a produção e o emprego. Tais efeitos são produzidos mais intensamente a partir de algumas atividades do que de outras. A esse respeito, existem dois mecanismos de indução do desenvolvimento das atividades diretamente produtivas, que são, segundo Hirschman, os efeitos de encadeamentos verticais e os efeitos de encadeamentos horizontais (Souza, 1988, p.86).

A similaridade existente entre as abordagens do crescimento equilibrado e do crescimento desequilibrado estão nas complementaridades entre os diferentes setores,³ o que as diferencia são os casos extremos do *big push* ou da concentração dos investimentos em apenas um setor de atividade ou grande projeto.

Nos anos de 1950, a teoria do desenvolvimento econômico ficou muito vinculada à participação do Estado na economia, através do planejamento e do investimento direto na infra-estrutura e na produção. A maioria das economias em desenvolvimento não havia conseguido gerar automatismos próprios de crescimento auto-sustentado. Foi assim que, em 1959, Rostow publicou sua obra *As etapas do desenvolvimento econômico*, com destaque para as precondições para o arranco (*take off*) e o arranco propriamente dito, que se caracteriza por crescimento acelerado e auto-sustentado, rumo à etapa do consumo em massa. Para Rostow, a teoria do desenvolvimento por etapas pode se vista como um processo de evolução de uma economia primitiva, de subsistência, a uma forma mais avançada e de consumo em massa. Ele menciona cinco etapas do desenvolvimento econômico, conforme Souza (2005, p. 246-248): a) Sociedade tradicional de subsistência, em que a posse da terra é símbolo de poder; b) Precondições para a decolagem: ocorre progresso técnico na agricultura e expansão das exportações de um ou mais produtos básicos; c) Decolagem ou arranco: surgem novas indústrias e novos grupos empresariais; ocorrem inovações tecnológicas na indústria e na agricultura moderna; desenvolvem-se agroindústrias importantes e os agricultores consomem bens industriais; d) Marcha para a maturidade: ocorre crescimento continuado e auto-

³ Esses autores, principalmente Perroux e Hirschman, focalizam preferencialmente a indústria como sendo estratégica no encadeamento do crescimento econômico no interior da economia. Daí a categoria de “indústria-motriz” (Perroux) e de “indústria-chave” (Hirschman).

sustentado; implanta-se a indústria de bens de capital e crescem as exportações manufaturadas de tecnologia intensiva; e) Era do consumo em massa: expande-se a produção e o consumo interno de bens duráveis; ocorre a diversificação dos serviços; os preços declinam e os salários reais aumentam; a assistência social se desenvolve e aumenta o nível de bem-estar da população.

Apesar da contribuição dos economistas do desenvolvimento, continuou o predomínio dos modelos neoclássicos, em que o crescimento do produto continuava sendo explicado pelo crescimento populacional, pela acumulação de capital físico e pelo progresso tecnológico residual. Porém, nos anos de 1980, no próprio meio neoclássico surgiram novas teorias de crescimento, colocando o progresso técnico como variável endógena. A comunidade científica voltou-se, então, para outros fatores que contribuem para o crescimento econômico: capital humano, medida através da educação e treinamento da força de trabalho; acumulação de capital social, medida através da infra-estrutura e instituições; o capital natural, medido pelos recursos naturais.

A idéia é a de que a produção de conhecimento (educação, treinamento da mão-de-obra, gastos com pesquisa e desenvolvimento), correspondente a um investimento em capital humano, gera retornos crescentes; isso ocorre porque o conhecimento não é perfeitamente patenteável; algumas firmas podem gastar pouco com capital humano e beneficiarem-se das externalidades provocadas pelos maiores gastos efetuados por outras empresas. Assim, é de se esperar que os gastos públicos em capital humano acabem gerando maiores taxas de crescimento econômico ao longo do tempo.

Meier (2001) separa a velha geração de economistas do desenvolvimento (1950/1975) da nova geração, surgida após 1975. Segundo ele, a primeira geração enfatizava a industrialização, enquanto a segunda tem como foco de seus estudos a promoção do desenvolvimento rural e o desenvolvimento voltado para novas tecnologias. Ele ainda menciona que a primeira geração considerava o governo como força exógena decisiva do desenvolvimento, enquanto a nova geração torna endógenas as decisões dos políticos e burocratas.

Os economistas do desenvolvimento da segunda geração enfatizam também o aspecto moral e ético, o capital humano, os custos de transação, a seleção adversa, no contexto da nova economia institucional. As tarefas básicas para a nova geração são: (a) distribuição de renda; (b) criação de emprego; (c) identificação das fontes do crescimento; (d) influência das instituições; (e) papel da tecnologia e da capacitação social; (f) definição de capital social; (g)

evolução das instituições financeiras; (h) implicações da globalização; (i) complementaridade entre estado e mercado e (j) linhas da política econômica (Meier, 2001).

Por trás dessas tarefas essenciais para o desenvolvimento econômico após 1975, as novas teorias de desenvolvimento reconheceram as falhas de mercado, as falhas de governo e a necessidade de reformas políticas; também, para manter a eficácia da política econômica, precisa-se levar em conta o funcionamento dos mercados, os direitos de propriedade, o respeito aos contratos e os problemas de informação. A nova economia institucional emerge no cenário da análise econômica aferindo um importante papel no desenvolvimento econômico do século XXI.

2.1.2.1 Nova economia institucional

Em seu artigo *Transaction cost economics*, Williamson (1989) faz uma abordagem interdisciplinar do custo de transação, a qual é conhecida como “a nova economia institucional”. Esta teve como principal contribuição os estudos da teoria da firma, desenvolvidos por Coase (1937). Outro importante estudioso deste ramo da teoria econômica foi Douglas North, com a obra *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. Nesse trabalho, o autor procura demonstrar como o crescimento de longo prazo, a evolução histórica de uma sociedade, é condicionado pela formação e modificação de suas instituições (North, 1990).

A definição de instituição adotada por North nessa obra envolve um conjunto de atributos formais e informais, criados pelos homens ou surgidos espontaneamente de suas relações, incluindo também mecanismos para fazer cumprir obrigatoriamente seus acordos. As principais hipóteses da Nova Economia Institucional no que se refere à importância das instituições para o desempenho das economias referem-se à forma como as instituições mudam e evoluem ao longo do tempo, incluindo as causas dessas mudanças.

Para North, as instituições não são necessariamente criadas para serem socialmente eficientes, mais sim para servirem aos interesses daqueles que têm maior poder de negociação. Seguindo o seu raciocínio, as decisões políticas e econômicas dos indivíduos são tomadas levando em conta suas ideologias em resposta aos incentivos criados pelas instituições existentes.

A nova economia institucional aborda a análise dos atributos formais, envolvendo leis, política e justiça, e atributos informais em termos contratuais; ela diz respeito também às

estruturas de governança (mercados, firmas e agências) envolvidas nas transações e nas garantias à sua performance. O grande avanço dessa abordagem está no tratamento dos diferentes arranjos verticais, contidos entre a integração vertical das atividades e a contratação, onde a complexidade das relações contratuais e a racionalidade limitada dos agentes impedem a redação de contratos completos.

Williamson (1989) aborda a organização econômica como sendo um problema contratual. Nesta concepção, ele baseia o estudo nas suposições de racionalidade limitada e de oportunismo dos contratos, como contrapontos às suposições tradicionais de racionalidade ilimitada e de honestidade. As suposições de racionalidade limitada e de oportunismo são tão importantes neste contexto que formam a base para distinguir, por exemplo, entre os modelos de contratos factíveis e não-factíveis.⁴ A indústria do petróleo, por exemplo, apresenta altos riscos, principalmente no segmento *upstream* pela aleatoriedade da extração do produto, necessitando de grande volume de capitais, com grande período de maturação dos investimentos, de sorte que há uma tendência a redistribuir os riscos entre todos os segmentos da cadeia produtiva, apresentando alta propensão ao oportunismo. Macher e Richman (2006, p. 16) argumentam que, em razão da grande incerteza dessa indústria, acerca das condições geológicas e econômicas, elas estão sujeitas a risco moral.

Williamson (1989) salienta que o custo de transação determina a utilização dos contratos e o grau de verticalização das firmas. Os contratos são essenciais e a partir deles as firmas determinam a forma da produção e sua organização. A firma, para esse autor, assim como para Coase, é uma estrutura de governança, ao invés de uma função de produção como para os neoclássicos.

A suposição da racionalidade limitada elimina a possibilidade de que os contratos sejam feitos de forma completa *ex ante*; ou seja, de acordo com esta suposição, todos os contratos são incompletos; portanto, vale o comportamento *ex post* e os estudos das instituições e dos custos de transação, ignorados pela análise neoclássica tradicional, ganham importância fundamental nessa nova abordagem. A essência desses custos reside nos direitos de propriedade, que passam a balizar os contratos e as instituições. A proposta do autor é verificar como as instituições (englobando contratos, firmas e mercados) lidam com os problemas vinculados aos custos de transação, que envolvem, por exemplo, frequência, incerteza e especificidade dos ativos.

Com relação à especificidade dos ativos, o autor explica que estes são ditos específicos

⁴ Para maiores informações, consultar Williamson (1989, p. 139).

quando não podem ser reempregados para outro uso, sem que isso implique perda de valor. Williamson identifica quatro tipos de ativos específicos: a) especificidade locacional; b) especificidade de ativo físico; c) especificidade de ativo humano e d) ativos dedicados. No caso da indústria petrolífera, os ativos se concentram nos locais de extração petrolífera, estando condicionados à localização das jazidas; já no segmento *downstream*, nas atividades de refino, a tendência é a localização mais próxima possível dos consumidores. Com isso, minimizam-se os custos de transação.

Outra importante contribuição de Williamson foi a reflexão sobre os determinantes das inovações organizacionais em direção à integração vertical, que surgem para minimizar os custos de transação. A especificidade do ativo constitui o principal fator para a decisão de integração vertical. Quando ela for pequena (ou fraca), as relações através do mercado são preferíveis; quando ela for grande (ou forte), a integração vertical torna-se a melhor alternativa.

A nova economia institucional incorpora os fundamentos da análise neoclássica dos custos de transação derivados da informação incompleta e assimétrica dos indivíduos que realizam trocas. Ela reconhece a importância da análise histórica na explicação das decisões dos indivíduos e nas decisões do desenvolvimento econômico. Assim, para que se possam compreender as transformações históricas, será preciso que se compreendam, também, as mudanças institucionais e a forma como evoluiu a sociedade, já que tanto as instituições afetam a economia e as estruturas sociais como também são influenciadas por elas.

Como se sabe, a economia venezuelana tem sua economia baseada na exploração de seu principal recurso natural, o petróleo, que corresponde a cerca de 80% de sua base exportadora. Em função do papel-chave das exportações, torna-se necessário destacar a importância da teoria do produto principal (*staple theory*). A hipótese fundamental dessa teoria é a de que as exportações do produto principal constituem a base da economia e estabelecem o ritmo do crescimento econômico.

2.1.2.2 Teoria do crescimento econômico baseado no produto principal

É uma teoria de crescimento econômico de tradição canadense, de autoria de Walkins (1963), conhecida como *teoria do produto principal*, ou teoria dos *espaços vazios*, teoria da

vasão dos excedentes, ou *modelo de produtos básicos*.⁵ Por essa teoria, o crescimento econômico das regiões e países de colonização recente é explicado pelo dinamismo da produção de um produto exportável, o produto principal (*staple*), que apresente grandes vantagens comparativas em nível mundial (Lenz, 2004, p. 20).

Essa abordagem é apresentada como aplicável a países de colonização recente, que obtiveram grande crescimento nos séculos XIX e XX. Os principais exemplos são os Estados Unidos, Canadá, Austrália e demais países de domínio britânico. Podem ser citados também países como Brasil e Argentina, com suas exportações de café, trigo e carnes. Estes países apresentaram características comuns, pelos menos na fase inicial em que as exportações dos produtos primários constituíram o setor principal; esse setor estabeleceu o ritmo do crescimento econômico e deixou sua marca peculiar na economia e na sociedade. Por causa do papel-chave das exportações de produtos primários, essa abordagem pode ser chamada de “teoria do crescimento econômico baseado no produto principal”.⁶

A idéia central da teoria do produto principal, portanto, são os efeitos de encadeamento do setor exportador, isto é, o impacto da atividade de exportação sobre a economia e a sociedade locais. Logo, se a demanda do produto primário de exportação cresce, a quantidade ofertada pelo país jovem crescerá. Essa expansão da exportação significa um aumento da renda do setor exportador e da economia como um todo. Portanto, as exportações desse produto principal produzem encadeamentos para frente e para trás na economia em questão dentro da tradição de Hirschman (1961), gerando, assim, um crescimento auto-sustentado no longo prazo.

Conforme Lenz (2004, p. 20), a teoria do produto principal pode ser enunciada da seguinte forma: um país começa a exportar um produto de origem primária, que eleva a renda interna; isso promove o mercado para manufaturas, ao mesmo tempo em que financia o desenvolvimento do setor industrial, tornando a economia mais diversificada. A amplitude desse desenvolvimento dependerá muito do grau de distribuição de renda no interior do setor produtor de artigos básicos de exportação.

A principal crítica a essa teoria é a excessiva importância dada à exportação de produtos primários, muito sensíveis às flutuações periódicas de preços no mercado internacional. Quando os preços caem, a renda do setor exportador também se reduz e o

⁵ Verificar-se mais adiante que esta é uma outra visão da teoria da base exportação, ou base econômica, só que especifica a existência de um produto principal. Ver Souza (1974, http://www.nalijsoza.web.br.com/Diss_base.pdf).

⁶ O artigo de Watkins (*A staple theory of economic growth*) foi traduzido por *Teoria do crescimento econômico baseado no produto primário*. Ver Schwartzman (1977, p. 255-279).

multiplicador sobre o setor de mercado interno opera negativamente, gerando recessão e desemprego. Assim, uma economia que se fundamenta em um ou dois produtos principais de exportação é uma economia muito vulnerável às flutuações conjunturais externas. Assim, as exportações podem contribuir muito pouco para o desenvolvimento no longo prazo, a menos que os produtos tenham preços estáveis e em crescimento, como foi o caso do trigo para o Canadá, e o petróleo nos dias de hoje para muitos países. A grande questão é saber aproveitar os períodos de euforia e procurar desenvolver o setor de mercado interno, sobretudo a indústria e o setor de infra-estrutura.⁷

O crescimento com economia aberta pode inibir o crescimento econômico pela deterioração das relações de troca, como apontou Prebisch (1949). Assim, surgiu na América Latina no final dos anos 1940 e início dos anos de 1950 a idéia do crescimento por substituição de importações, com a economia fechada ao exterior.

2.2 Crescimento com economia fechada

No início dos anos de 1940, os países da América Latina estavam encontrando grandes dificuldades econômicas decorrentes do estrangulamento externo e da conseqüente escassez de divisas. Em todo o mundo, havia uma divisão internacional do trabalho, com alguns países ricos, industrializados, e grande número de países pobres na Ásia, África e América Latina, subdesenvolvidos, com base produtiva centrada na agropecuária e na extração mineral. Forças políticas internacionais pressionavam os países pobres condenando-os a uma permanente especialização na produção para a exportação de poucos produtos básicos. A base exportadora dos países subdesenvolvidos, centrada em um ou dois produtos primários, a maioria sujeita a flutuações periódicas de preços, parecia condená-los para sempre ao subdesenvolvimento.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, os EUA lançaram o Plano Marshall para a recuperação econômica da Europa, devastada pela guerra. A América Latina desejava algo semelhante para iniciar o seu desenvolvimento. Foram criados bancos de fomento para financiar o desenvolvimento e o sistema monetário internacional reestruturado. Na busca de soluções para a América Latina, as Nações Unidas criam a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A idéia era contribuir com o desenvolvimento da região. Os seus primeiros trabalhos procuravam diagnosticar os problemas de cada país em particular,

⁷ Outra crítica que tem sido apontada é a questão da *doença holandesa*, em que as rendas geradas no setor exportador podem inibir o crescimento do resto da economia. Esse tema será retomado adiante.

objetivando detectar os obstáculos ao desenvolvimento econômico. No entanto, faltava uma abordagem teórica e isso foi proporcionado por Raul Prebisch, que se tornou secretário geral da CEPAL.⁸

2.2.1 Abordagem da CEPAL e o subdesenvolvimento da América Latina

O núcleo básico da teoria cepalina do subdesenvolvimento latino-americano e periférico em geral foi formulado por Raúl Prebisch, por volta de 1949, chamando manifesto da CEPAL. O raciocínio central da teoria da CEPAL defendia o protecionismo partindo da premissa que não era mais possível crescer com base nas exportações de produtos primários, tal como antes da década de 1940.

O ponto de partida de Prebisch foi à existência de relações assimétricas entre um grupo de nações que formavam o “centro” (países desenvolvidos) do sistema capitalista e de um grupo que formava a “periferia” (países subdesenvolvidos). Para Prebisch, as relações econômicas entre o centro e a periferia, dentro da estrutura prevalecente da divisão internacional do trabalho, tendiam a perpetuar as diferenças observadas no desenvolvimento econômico e, até mesmo, a aumentar o grande fosso existente entre esses dois grupos de países.

Prebisch (1949), o precursor do modelo cepalino, mostrava que para mitigar o cenário de atraso e estagnação que estavam os países latino-americanos, seriam necessárias transformações estruturais para superar a insuficiência de acumulação de capital e o problema da distribuição da renda.

O ponto de partida da análise de Prebisch foi a crítica à teoria das vantagens comparativas de Ricardo, segundo a qual os países subdesenvolvidos não precisariam e não deveriam se industrializar, pois perderiam as vantagens que o comércio internacional proporcionava a eles. Essa teoria defendia a idéia que a periferia subdesenvolvida deveria produzir alimentos e matérias-primas para a exportação e importar produtos manufaturados dos países desenvolvidos. Sua análise empírica mostrou que a relação entre os preços dos produtos primários (P_P) e os preços dos produtos manufaturados (P_M), ou seja, P_P/P_M , caiu de 1 em 1880, para 0,687 em 1945 (Souza, 2005, p. 157). Essa era uma das razões da escassez de

⁸ A CEPAL foi criada pela Resolução nº 106 pelo Conselho Econômico e Social, em 25/02/1948, na qual tinha como objetivo contribuir para o desenvolvimento da América Latina, coordenar as ações para a sua promoção e reforçar as relações econômicas de seus estados-membros com as demais nações do mundo.

divisas, sendo a outra o protecionismo existente nos países desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos. A idéia era de que o progresso técnico dos países desenvolvidos, incorporados nas manufaturas, difundir-se-ia na periferia mediante a redução dos preços dos bens industriais importados.

Criticando a teoria das vantagens comparativas, a teoria cepalina do desenvolvimento defende que a industrialização seria o único meio que os países da América Latina dispõem para captar os frutos do progresso técnico e dar origem a um círculo virtuoso de crescimento da produtividade, do emprego e da renda; ou seja, que a diversificação industrial constituiria o principal meio através do qual seria possível a reversão dos efeitos negativos da especialização primário-exportadora da América Latina.

Na teoria cepalina, a dominância do setor primário-exportador conduz a um baixo nível de progresso técnico; pois sendo ele maior na indústria, seria de se esperar que os preços dos bens industrializados caíssem mais, melhorando a relação dos preços em favor da periferia. Na realidade, ocorreu o oposto: a relação dos preços moveu-se de forma adversa à periferia. A elevação da renda dos empresários e dos fatores foi maior que o aumento de produtividade no centro. Na periferia, a elevação da renda foi menor que o aumento de sua produtividade.

Pela teoria, a menor utilização de tecnologias pela produção primária e a maior procura dos países desenvolvidos, devido ao seu alto poder de compra, provocariam aumento dos preços dos produtos primários; logo, as relações de troca entre os países melhorariam para os países exportadores de produtos não industriais. Neste contexto, os países periféricos não precisariam industrializar-se para alcançar o desenvolvimento econômico. Contudo, no final da década de 1940, os economistas latino-americanos perceberam que a solução seria a industrialização e a diversificação dos mercados de exportação; pois o que estava ocorrendo era exatamente o contrário do que a teoria previa, ou seja, os preços dos produtos agrícolas estavam caindo em relação aos preços industriais; a deterioração das relações de troca contra a periferia foi considerada por Prebisch como a expressão visível de um fenômeno de concentração do progresso técnico nos grandes centros industriais.

A deterioração dos termos de troca pode ser explicada, segundo Prebisch, pela teoria dos ciclos econômicos. Na fase ascendente (*boom*), o lucro aumenta nos países desenvolvidos, através dos preços altos de novos produtos protegidos por patentes e grande poder de mercado das firmas; eleva-se a demanda de produtos primários, e os países periféricos aumentam sua oferta, o que ajuda a deprimir seus preços. Na fase descendente (*recessão*), o lucro diminui e

ocorre a baixa generalizada dos preços; a oferta agrícola tende a ter uma queda menos do que proporcional, por sua rigidez.⁹ Nas recessões globais, enquanto os salários e preços no centro se mantêm relativamente rígidos pela força dos sindicatos e o poder dos oligopólios, na periferia estes caem mais intensamente também pela rigidez da oferta (dificuldade de erradicar cafezais, por exemplo) e não voltam ao patamar anterior. A deterioração dos termos de troca opera como um elo entre a idéia de difusão desigual de progresso técnico e a distribuição desigual dos benefícios.

Em vista disso, a estratégia de Prebisch para o desenvolvimento latino-americano consistia nos seguintes pontos: a) compreensão do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados, por meio do estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações; b) incentivo ao ingresso de capitais externos, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, a fim de aumentar os investimentos, sobretudo para a implantação da infra-estrutura básica; c) realização de reforma agrária, para aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda de produtos industriais, mediante a expansão do mercado interno; e d) aumento da participação do Estado na captação de recursos e na implantação de infra-estrutura básica, como energia, transportes, comunicações etc. (Souza, 2005, cap. 7).

Para os intelectuais da CEPAL, o desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos só seria possível se fosse fruto de planejamento e de estratégia, tendo como agente principal o Estado. Numa visão ampla da CEPAL, o Estado deveria liderar a sociedade na superação das três tendências consideradas inerentes à industrialização periférica: o desemprego estrutural, o desequilíbrio externo e a deterioração dos termos de troca. Segundo eles, cabe ao Estado defender os interesses da nação em suas relações externas, frente ao capital estrangeiro e grupos internacionais, assegurando o caráter nacional do desenvolvimento econômico.

A indústria petrolífera na América Latina, por exemplo, exigiu atuação direta dos Estados nacionais. O modelo de desenvolvimento promovido pela intervenção do Estado possibilitou a retenção da renda petrolífera e, dessa forma, o desenvolvimento das economias regionais (Campos, 2005, p. 57).

Pode-se, agora, apresentar o conceito de desenvolvimento da CEPAL: trata-se de um processo de acumulação de capital, de incorporação de progresso técnico, com elevação dos padrões de vida da população do país, que se inicia com uma revolução capitalista em âmbito nacional; trata-se de um processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes do país

⁹ Naquela época, um pé de café levava quatro anos para produzir e igual tempo para criar e abater um boi.

sob a liderança estratégica do Estado nacional, tendo como os principais atores os empresários nacionais (Bresser Pereira, 2005, p.11).

Em suma, o subdesenvolvimento dos países periféricos decorria da dependência do mercado norte-americano, o que provocava a deterioração dos termos de troca; para Prebisch (1949), o crescimento dos países periféricos dependia: (a) do crescimento da renda externa e das cotações dos produtos agrícolas em mercados manipulados (*dependência comercial*); (b) das importações de máquinas e de outros produtos industriais essenciais, cujos preços eram fixados por oligopólios e que tendiam a se elevar (*dependência tecnológica*); (c) das importações dos Estados Unidos e, portanto, de sua política econômico-financeira (*dependência financeira*).

Segundo Bresser Pereira (2005, p.16), a característica essencial da teoria da dependência não é a de estudar as relações entre as nações, embora estas possam ser esquecidas, mas é a de fazer a análise das classes sociais no capitalismo dependente: o que interessava era o “movimento”, as lutas de classe, as redefinições de interesses, as alianças que, ao mesmo tempo em que mantêm as estruturas, abrem perspectivas para sua transformação.

A dependência dos países periféricos ao mercado norte-americano fazia com que os preços relativos dos produtos primários caíssem mais nas crises, deprimindo a capacidade interna de acumulação de capital. Os países periféricos, portanto, apresentavam capacidade de importar declinante, o que ajudava a explicar o estrangulamento externo das economias latino-americanas, gerando sucessivos déficits comerciais na periferia.

A mensagem cepalina era clara: o modelo agroexportador condenava os países latino-americanos à estagnação e ao subdesenvolvimento. Outra dificuldade encontrada nos países periféricos foi à escassez de poupança. Para Prebisch, a insuficiência de poupança na América Latina decorria da alta taxa de consumo das elites, dos gastos militares e do baixo nível de renda da maioria da população.

Outro problema era a falta de oportunidades de emprego. Segundo Rodríguez (1986, p.15), a criação de emprego decorria de dois aspectos: absorção do crescimento da população ativa em condições normais de produtividade e reabsorção da mão-de-obra ocupada em setores atrasados, dotando-a de capital, de forma que sua produtividade também alcançasse níveis similares aos prevaletentes nos centros industrializados. Assim sendo, a solução de tal problema não consistiria somente em ocupar toda a força de trabalho, mas em aproveitar, além disso, a fronteira tecnológica disponível.

As análises da CEPAL explicam que a tendência ao desemprego é atribuída às desproporções na transformação da estrutura produtiva: basicamente, entre o crescimento do setor moderno e o crescimento demográfico e o ritmo de expulsão de mão-de-obra do vasto setor atrasado.

A análise dos termos de troca foi também enfatizada por Hans Singer, no período de 1950 a 1977. Ele constatou a tendência à deterioração dos termos de troca contra as exportações de produtos primários (excluído petróleo, após 1973), em favor das exportações de produtos industrializados. Concluiu da mesma forma que os ganhos de produtividade dos países ricos não são repassados aos países pobres, na forma de preços industriais mais baixos (Souza, 2005, cap.7).

Para ele, uma política de industrialização necessita: a) de investimentos em educação e treinamento da mão-de-obra; b) de investimentos em infra-estruturas econômicas, como comunicações e transportes; e c) de disponibilidade de divisas estrangeiras para as importações necessárias ao desenvolvimento econômico.

O caráter estruturalista constitui a originalidade e o mérito principal das contribuições cepalinas. Elas podem ser resumidas através da interpretação das três tendências consideradas inerentes à industrialização das economias periféricas: desemprego, desequilíbrio externo e deterioração dos termos de troca.

A proposta básica da CEPAL, segundo Fonseca (2003), era reverter o subdesenvolvimento e obter industrialização acelerada; mas era necessário um Estado atuante, capaz de planejar, antever e investir para evitar pontos de estrangulamento.

Portanto, pode-se concluir que as economias subdesenvolvidas iniciaram seu desenvolvimento especializando-se na exportação de produtos primários. Para explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar a forma de superá-lo, a industrialização foi considerada o meio mais eficiente para alcançar tal objetivo. O desenvolvimento seria atingido, portanto, por um processo de substituição de importações, quando o país passasse a produzir internamente o que antes importava.

2.2.2 Crescimento por substituição de importações

A situação desfavorável em nível mundial para as importações de produtos primários fez com que os países adotassem uma política de defesa, isto é, uma política de contenção das importações e de manutenção dos salários e do emprego. Esta política incentivava o processo

de substituição de importações (PSI). O PSI serviu para aliviar a difícil situação do setor externo que afetava a América Latina (Haffner, 1996, p.72).

O PSI tinha como grande vantagem poder adotar processos de produção que já haviam dado certo em outros países, possibilitando a aprendizagem e a geração de técnicas endógenas, ao mesmo tempo em que a economia passava a produzir para um mercado já existente. Teve como objetivo equilibrar o balanço de pagamentos, através da redução das importações por meio de quotas, licenciamentos, elevação de tarifas e proibições, assim como pela política cambial (desvalorizações periódicas da moeda nacional).

Hirschman (1996) identificou quatro estímulos diferentes no processo de substituição de importações na América Latina: crises externas, como guerras; déficits no balanço de pagamentos; crises no mercado interno (como resultado do aumento das exportações, por exemplo) e políticas desenvolvimentistas oficiais. A única alternativa para desenvolver a América Latina era a industrialização por substituição de importações.

O processo de substituição de importações tinha como característica básica a flexibilidade e a capacidade de empregar recursos escassos para importar maior número de produtos possíveis. O protecionismo ainda ajudava o país a traçar de forma independente o rumo de sua economia. O PSI também ajudava a promover maior crescimento via aquisição tecnológica, fator indispensável nos estágios iniciais do processo de industrialização. Prebisch lembrava que a industrialização difundia novas tecnologias, aumentava o nível de emprego e da produtividade da mão-de-obra, além de reduzir a vulnerabilidade da região no cenário econômico internacional.

Souza (2005, p.154) argumenta que a substituição de importações é ainda mais necessária nos estágios iniciais do processo de industrialização; em fases posteriores, com o desenvolvimento do mercado interno e a diversificação da indústria, a economia passa a exportar produtos industriais e a importar alimentos, matérias-primas e insumos industriais, constituindo um importante aliado na redução de custos e na própria expansão econômica.

As formas mais comuns para economizar divisas, reduzir a concorrência externa e proteger a indústria são: a) aumento das tarifas alfandegárias para produtos concorrentes; b) estabelecimento de quotas máximas ou proibições para importar determinado produto; c) desvalorização cambial, para encareceu as importações; d) restrições à saída de turistas nacionais e de trabalhadores especializados; e) limitações ao investimento estrangeiro em setores específicos. Exemplos de países com intenso processo de aprendizagem por substituição de importações foram: Japão, Índia, Coreia do Sul e Brasil. Japão e Coreia do

Sul, principalmente, possuem hoje base tecnológica própria. Países exportadores de petróleo, com abundante fluxo de divisas, tiveram dificuldades de assimilação tecnológica, pela concorrência das importações.

O projeto de desenvolvimento para dentro, via substituição de importações, em meados da década de 1950, apresentou três principais justificativas (Fitzgerald, 1998, p. 49): a) restrição externa ao crescimento era atribuída à queda de relação de troca contra os produtos primários e às barreiras de acesso ao mercado para as manufaturas, que necessitavam de uma fonte interna de crescimento; b) necessidade social de aumentar rapidamente o emprego para absorver a força de trabalho excedente na agricultura de mercado interno que os setores primários de exportação não podiam alcançar; c) industrialização conduzida pelo Estado foi vista como a única forma de gerar rapidamente progresso tecnológico, porque os benefícios de um aumento na produtividade do setor primário de exportação seriam percebidos pelos importadores e não pelos exportadores.

O modelo cepalino de industrialização por substituição de importação está ligado à deterioração dos termos de troca desenvolvido por Prebisch na forma de dois setores com formação de preços endógena: o setor exportador primário e a indústria interna, ambos com livre concorrência, mobilidade de trabalho e rendimentos decrescentes.

2.2.3 Críticas ao modelo de substituição de importações

O modelo de substituição de importações tem sido criticado por levar ao protecionismo, à concentração de renda e a uma indústria ineficiente e com tecnologia defasada. As ineficiências no sistema econômico decorreram de se viabilizar projetos com altos custos médios e baixas taxas de retorno, muitas vezes em detrimento da agricultura e das atividades exportadoras.

A concentração de renda dá tendência à adoção de técnicas com alta relação capital/trabalho. A importação de técnicas de países desenvolvidos, com mão-de-obra escassa e capital abundante – realidade contrária a dos países em desenvolvimento – cria pouco emprego e pressiona a demanda de capitais, que são escassos, levando a uma tendência de elevação dos juros e pressões inflacionárias. Como a renda do capital em relação ao PIB tende a crescer mais do que a renda do trabalho/PIB, gera-se ao longo do tempo a concentração de renda, com prejuízo para a expansão do mercado interno para a indústria, o que acaba criando um importante ponto de estrangulamento para a sustentação do próprio modelo. A

acumulação contínua de capital é absolutamente necessária para criar empregos enquanto se implanta novos setores industriais. De outra parte, como os novos produtos importados substituídos tendem a ter menos mercado internamente, implantam-se indústrias com capacidade ociosa. Essa tendência de excesso de capacidade em alguns setores, característica desse modelo, representa desperdício de recursos escassos.

Como a lógica do modelo é substituir importações, não importando o setor, tende a se criar um modo de crescimento sem coordenação e planejamento. A falta de coordenação da política econômica elevaria os desequilíbrios, como capacidade ociosa, inflação, desemprego, déficits da balança comercial e, muitas vezes, desabastecimento por insuficiência do crescimento da agricultura. O modelo gera um empresariado acostumado a câmbio e tarifas alfandegárias favoráveis, avesso à concorrência e dependente de subsídios do governo.

O modelo de industrialização por substituição de importações foi aplicado na Venezuela. Maria da Conceição Tavares afirma que os problemas causados por esse modelo poderiam ter sido amenizados nos países petroleiros, como a Venezuela. De acordo com essa autora: “A partir de 1954, as condições externas voltaram a ser francamente restritiva (com exceção dos países petroleiros) e a capacidade para importar da região tendeu novamente à estagnação. A maior parte dos países não pôde manter seu ritmo de desenvolvimento pela via da substituição de importações” (Tavares, 1964, p.222). Ela complementa afirmando que “a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via da substituição de importações pode atribuir-se (...) a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência (Tavares, 1964, p.231 *apud* Barros, 2007, p.20)”.

Campos (2005, p.60) argumenta que a trajetória produtiva das empresas estatais de petróleo na América do Sul foi de certa forma interrompida pelo esgotamento do modelo de substituição de importação, após as crises provenientes dos choques do petróleo e dos juros. O autor ainda menciona que os governos da América do Sul, nas últimas décadas, mostraram-se incapazes de formular e implementar projetos nacionais e, até mesmo, de criar um novo modelo de desenvolvimento que substituísse o modelo de substituição de importações.

Na Venezuela, esse modelo foi altamente utilizado. O governo adotou a campanha “compre Venezuelano”, que consistia em produzir internamente produtos que antes eram importados. Para garantir tal campanha foi estabelecida uma forte proteção da concorrência externa, com a fixação de barreiras alfandegárias para defender a produção nacional; dessa

forma o produto importado ficava mais caro, enquanto o produto nacional tinha mercado cativo (Severo, 2003, p. 27).

Armando Córdova (*apud* Michelena, 2002, p. 68) afirma que, até 1950, a Venezuela foi o país da América Latina que menos recebeu investimentos estrangeiros; foi somente quando iniciou o processo de substituição de importações que o país passou a receber grande quantidade de capital estrangeiro. Isso decorreu da política econômica que facilitou a instalação de empresas estrangeiras produtoras de bens de consumo, principalmente nos anos de 1960. A instalação dessas empresas elevou os custos financeiros em divisas, pois era preciso importar máquinas e equipamentos, o que acabou elevando a dívida externa do país. Como praticamente todas as novas indústrias que se instalavam na Venezuela eram multinacionais, o país continuava a depender cada vez mais do capital estrangeiro.

Em todo o mundo, o modelo de industrialização por substituição de importação, que havia deslanchado nos anos de 1950, mostrava sinais de esgotamento em todos os países no início dos anos de 1960. No caso da Venezuela, os grandes desequilíbrios no balanço de pagamentos, por deterioração dos termos de troca, além da incapacidade de absorção da mão-de-obra excedente, concentração de renda, dependência externa e inflação, acabaram agravando o subdesenvolvimento (Severo, 2003, p.30).

2.3 Crescimento com economia aberta

O crescimento de uma economia aberta é aquele que não impõe barreiras ao comércio externo e aos fluxos internacionais de capitais. Em uma economia aberta, as exportações precisam crescer rapidamente para financiar as importações, principalmente quando o afluxo de capitais externos não está crescendo no mesmo ritmo da saída de capitais. Mas a experiência internacional indica que há forte correlação direta entre o crescimento das exportações e o crescimento do produto interno bruto dos países.

Desde a primeira metade dos anos de 1970, as economias que alcançaram expressiva expansão do produto interno bruto foram aquelas que dinamizaram suas vendas ao exterior. Estudos empíricos mostram correlação positiva entre exportações e crescimento econômico. Enquanto o crescimento econômico das economias fechadas ficou em 5% ao ano, entre 1973/1979, a taxa de crescimento dos países exportadores foi de 7,1% ao ano (Balassa, 1989, *apud* Souza, 1999, p. 366).

O comércio exterior fortalece o setor de mercado interno, pela busca constante de

competitividade, através do aumento da qualidade dos produtos e preços mais baixos. Assim, o dinamismo do conjunto da economia fica determinado pelo sucesso de suas exportações, como será visto na seção seguinte.

2.3.1 Papel das exportações no crescimento econômico

Países como a Inglaterra, Estados Unidos e Japão desde os séculos 18 e 19 desenvolveram-se tendo como principal fator o desempenho de suas exportações, que geraram economias de escala, redução dos custos médios, elevação da taxa de lucro e aumento dos investimentos. No final do século 20, da mesma forma, países do Sudeste Asiático também cresceram de modo acelerado sob o comando das exportações de produtos manufaturados.

Prebisch, em 1964, reconheceu a necessidade de incentivar as exportações industriais. Elas atingiriam três objetivos básicos: promoveria a industrialização, obteria divisas estrangeiras e geraria economias de escala na indústria. De outra parte, essa estratégia serviria para diversificar a base exportadora formada por produtos primários, sujeita à deterioração dos termos de trocas. Uma base exportadora com apenas um ou dois produtos primários deixa a economia muito vulnerável às oscilações conjunturais da economia internacional (Souza, 1980, p.128).

Uma base exportadora dinâmica e diversificada, historicamente, tem estimulado o crescimento de diferentes regiões e países, não apenas porque elas constituem parte do produto total, mas principalmente porque exercem efeitos multiplicadores sobre o crescimento do setor de mercado interno (Souza, 2005, p.273).

2.3.2 Teoria da base de exportação e o crescimento econômico

A teoria da base exportadora foi uma das primeiras teorias aplicadas na análise do crescimento regional. Ela surgiu porque, quando se tem à intenção de estudar uma região, um dos problemas fundamentais é compreender suas relações com as demais regiões do sistema nacional e com exterior. Verificou-se que o emprego nas atividades de exportação guardava uma relação positiva e significativa com o crescimento do emprego nas atividades de mercado interno, que se fundamentam no atendimento da população local. Desse modo, essas atividades passaram a ser consideradas básicas: uma variação no emprego básico (setor exportador) gera uma variação mais do que proporcional no emprego não-básico (não

exportador, ou pertencente ao setor de mercado interno). Com o tempo, esta teoria passou do nível regional para o nacional; em resumo, ela avalia os impactos dos fluxos de bens e serviços entre a região e o resto do mundo sobre a economia local (Souza, 1980).

Como se percebe, segundo a teoria da base, a atividade total de uma cidade, região ou país apresenta uma dicotomia bastante nítida, tendo-se, de um lado, as atividades básicas (de exportação) e, de outro, as atividades locais, ou de mercado interno. As atividades básicas independem do nível de renda interna e constituem o motor do crescimento regional, porque engendram um efeito multiplicador sobre as atividades de mercado local, que delas dependem. Os bens e serviços produzidos no setor básico são consumidos no exterior, dependendo, pois, dos gostos e do nível de renda existente no resto do mundo.

Assim, a região pode crescer mesmo se grande parcela de sua população tiver poder de compra reduzido, desde que haja um produto básico de exportação com demanda externa em crescimento. Portanto, região com um setor básico dinâmico crescerá mais rapidamente no tempo. O setor de mercado interno terá sua expansão induzida pelas rendas e demandas provenientes do setor exportador (pelas interdependências existentes entre as exportações e as atividades locais); esse encadeamento através do comércio interno fica, no entanto, limitado pela concentração interna da renda.

As atividades de mercado interno têm sido consideradas passivas e induzidas pela base exportadora. Contudo, nenhuma atividade exportadora pode se desenvolver sem o apoio de determinados serviços e sem uma infra-estrutura básica, como portos e outros meios de transporte e de comunicações eficientes. Assim, as próprias exportações induzem investimentos no setor de mercado interno que irão reduzir os custos de transporte e de comunicações gerando maiores exportações.

De outra parte, constatou-se que a base exportadora sozinha não explica integralmente o crescimento econômico global, principalmente quando a região se industrializa e aumenta de tamanho. No mundo como um todo não existe exportações, mas tem-se crescimento da renda (Tiebout, 1957). Isso indica a presença de outras variáveis explicando o crescimento da economia local, como investimentos em infra-estrutura, investimentos residenciais e gastos do governo federal na região.

Nesse sentido, Souza (2002) explica que base econômica é um conceito mais amplo do que o de base exportadora, por incluir outras variáveis exógenas, além das exportações. Ele cita o investimento autônomo interno, gastos do Governo Federal na área, ingresso de capitais externos, bem como todo tipo de renda externa que provoque efeitos multiplicadores sobre as

atividades de mercado interno (como gastos de turistas), ao expandir os meios de pagamentos internos, sem provocar sensíveis aumentos de preços. O problema consiste em verificar a relevância dessas variáveis, em cada caso. Seguindo essa linha, Kohler e Souza (2005) demonstram que todo afluxo externo de renda, a exemplo das divisas das exportações, como transferências de renda e investimentos diretos, também exercem crescimento local da renda e do emprego.

A teoria da base tem enfatizado que as exportações exercem um efeito multiplicador sobre o setor de mercado interno. Ela admite, implicitamente, que no início do processo a região possui um volume de produção que satisfaz plenamente as necessidades da população e das empresas exportadoras e que não há pleno emprego de fatores de produção. Assim, todo aumento das exportações dinamiza toda a economia local pelo uso de fatores desempregados e pelo efeito renda. Não havendo capacidade ociosa, por outro lado, a expansão das exportações ocasionará o deslocamento de recursos produtivos do setor de mercado interno para o setor exportador, não exercendo nenhum efeito positivo na expansão do produto regional (Souza, 1980).

Historicamente, as regiões que conseguiram inserir-se dinamicamente nas economias nacional e internacional obtiveram maiores taxas de crescimento ao longo do tempo. Como referiu North (1977), este foi o caso de muitas regiões de países desenvolvidos; nos Estados Unidos, as regiões que inicialmente exportavam grãos, carnes e madeiras, em seguida desenvolveram uma atividade industrial de mercado interno, em função da agricultura, que logo se transformou em atividade industrial exportadora. No Brasil, da mesma forma, muitas regiões se desenvolveram com base nas exportações de alguns produtos básicos, como produtos coloniais, abastecendo os mercados urbanos, sem falar no café, no caso da economia nacional.

Souza (1982) destaca que os impactos das exportações sobre a produção doméstica ampliam-se com maior consumo interno, repercutindo uma vez mais sobre a renda e o emprego. Esse dinamismo provoca também o crescimento das importações de insumos, máquinas e bens de consumo, que dependem da elevação do nível de renda. As interdependências com as importações exigem um cuidado particular com o balanço de pagamentos a fim de evitar os déficits sucessivos, apesar do crescimento das exportações e do afluxo de capitais externos.

Em resumo, os principais argumentos acerca das vantagens de um modelo voltado ao crescimento das exportações são os seguintes (Souza, 2002): a) complementa o mercado

interno, que pode estar trabalhando com capacidade ociosa; b) gera economias de escala: as exportações diluem os custos fixos, reduzindo os custos médios; c) aumenta a eficiência produtiva interna: a concorrência nos mercados externos leva à especialização e à manutenção de elevados padrões de eficiência e competitividade; d) melhora o aproveitamento dos recursos disponíveis: o aumento das exportações reduz a ociosidade da economia e aumenta o emprego dos recursos disponíveis, como terras, minerais, mão-de-obra, empresariado e capitais; e) expande o setor de mercado interno via efeitos de multiplicação da renda e do emprego, através das interdependências tecnológicas e econômicas. Isso ocorre pela demanda de serviços e pela compra de insumos e de bens de capital produzidos pelo setor de mercado interno.

Uma das críticas à teoria da base exportadora, além de uma possível deterioração dos termos de troca, como apontou Prebisch, diz respeito às flutuações conjunturais externas, internalizadas pela falta de diversificação das exportações; os efeitos de encadeamento das exportações aumentam ou reduzem o emprego e a renda no setor exportador e, portanto, no setor de mercado interno (Souza, 2005, cap. 12).

A Venezuela tem o petróleo como principal produto na sua base exportadora, que comanda toda a economia. Por essa razão, este trabalho examinara com detalhes a evolução da produção venezuelana de petróleo, produto que poderá ser exaurido no longo prazo, por sua exploração intensiva e prolongada. O país precisará, antes disso, diversificar a sua base exportadora e, sobretudo, industrializar-se. Isso foi enfatizado por North (1977), ao afirmar que as causas do crescimento de uma região estão intimamente vinculadas ao sucesso de suas exportações, seja dos produtos existentes ou pela introdução novos bens na pauta exportadora.

2.3.3 Recursos naturais, *doença holandesa* e capitalismo rentístico

Com a eclosão dos dois choques do petróleo, na década de 1970, a humanidade finalmente tomou consciência da necessidade de compatibilizar crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais escassos. Antes, a preocupação central entre a maioria dos pensadores estava centrada na busca do aumento da riqueza nacional, por meio do crescimento da produção e da produtividade. Na visão econômica, os recursos naturais eram apenas um mero suporte e fornecedores de insumos para a produção; não se percebia as conseqüências do crescimento econômico sobre o esgotamento dos recursos naturais. Sabe-se que os recursos naturais têm constituído a principal fonte de matéria-prima para garantir a

produção e a sobrevivência da espécie humana; ou seja, eles constituem a condição necessária para atender às necessidades básicas da sociedade.

Embora os recursos naturais contribuam com o crescimento econômico, sua existência não é condição necessária e suficiente para que ele ocorra. Estudos elaborados por Sachs e Warner (1995) mostram a relação existente entre abundância de recursos naturais e crescimento econômico. Porém, os autores salientam que a utilização em excesso dos mesmos, no longo prazo, pode inibir o crescimento econômico futuro pela falta de matérias-primas, energia e outros insumos. Assim, na visão destes autores, o importante para o crescimento econômico não é a abundância de recursos naturais em si, mas a forma como os frutos advindos dessa riqueza são empregados na preservação dos recursos naturais e na acumulação de capital físico, capital humano e capital social.

A conclusão de Sachs e Warner que mais chama a atenção é o fato de que uma das características do crescimento econômico recente seria a de que as economias com recursos naturais abundantes cresceriam mais lentamente do que aquelas menos dotadas a esse respeito, ou seja, os países ricos em capital natural sofreriam do chamando *mal holandês*.

Esse termo surgiu após a descoberta de grandes depósitos de gás natural na Holanda nos anos de 1970. A *doença holandesa* se fez presente quando as exportações de petróleo elevaram o volume de reservas cambiais, valorizando a moeda nacional e tornando as exportações de outros setores menos competitivas; em outras palavras, os demais setores da economia ficaram prejudicados pela valorização cambial, ao reduzir sua capacidade competitiva no mercado externo, diminuindo suas exportações. O barateamento geral dos bens de consumo importados, por outro lado, reduziu o mercado interno para a indústria nacional, através do aumento da concorrência de produtos vindos de outros países.

No trabalho referido, Sachs & Warner (1999) estudaram a *doença holandesa* para a América Latina, através de uma amostra de 11 países, com dados de 1960 a 1994. A pesquisa concluiu que apenas o Equador beneficiou-se da valorização de suas *commodities* no mercado internacional, no período analisado. Os demais países não tiveram nenhum benefício: a renda *per capita* desses países caiu em decorrência dos *booms* exportadores. Seria uma constatação de que, no caso desses países, os efeitos da *doença holandesa* estariam frustrando os esforços de desenvolvimento econômico da maioria dos países analisados. Eles concluíram que a abundância de recursos naturais pode transmitir um falso senso de segurança, levando os governos a gastarem mais e a perderem o objetivo da governabilidade eficiente, o que impediria o bom funcionamento da gestão econômica.

A Venezuela, um dos maiores exportadores de petróleo do mundo, poderia estar sofrendo da *doença holandesa*. Para analisar os problemas econômicos enfrentados por esse país, em decorrência da abundância de petróleo, julga-se necessário começar pelo estudo da teoria do “capitalismo” rentístico, abordagem similar a da *doença holandesa* e desenvolvida por Mommer (1985), com aperfeiçoamentos de Baptista (1997). Essa teoria segue o seguinte raciocínio: a renda petroleira é uma renda internacional da terra e não um produto do esforço produtivo interno. Essa renda é apropriada pelo Estado e então distribuída aos diferentes grupos sociais, que a destina à produção de outros bens e ao consumo. Por essa visão, a renda do mineral deve ser vista como uma transferência de recursos financeiros sem contrapartida de esforços produtivos. O modelo de economia rentística na Venezuela começou nos anos 1930, quando o Estado passou a ser distribuidor dos crescentes recursos gerados pela exportação de petróleo para o restante das atividades no setor de mercado interno.

O capitalismo rentístico é definido por três elementos: a) é uma forma de desenvolvimento capitalista; b) é uma forma de desenvolvimento capitalista nacional sustentado pela renda internacional da terra e c) essa renda da terra pertence, em primeira instância, ao Estado (Mommer *in* Baptista, 1997, p. XXV *apud* Barros, 2007, p. 46).

Para Baptista, as razões do capitalismo rentístico estão no crescente aumento da renda distribuída pelo Estado de maneira desconectada da produção, com má distribuição e aplicação desses recursos internamente. Segundo ele, a renda petrolífera se transforma, neste caso, em um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Nessa linha de raciocínio Lopez, acrescenta:

...a característica del “capitalismo rentístico” se habria convertido en obstáculo para la adopción de una estrategia orientada a las exportaciones y la posibilidad de continuar destinado la renta petrolera a la inversión doméstica (Lopez, 2001, p.78).

A economia rentista na Venezuela teve dois momentos distintos: a) entre 1920 e 1968, quando a renda petroleira exerceu impactos positivos no restante da economia; e b) após 1979, quando a economia nacional não teve mais capacidade de absorver os grandes afluxos de renda petrolífera, fortemente influenciados pelos dois choques do petróleo.

No primeiro período, a acumulação teve uma seqüência dinâmica, em que a capacidade produtiva era influenciada por variáveis exógenas, ou seja, com uma complementaridade entre setor exportador petrolífero e setor de mercado interno, via distribuição de renda entre os grupos sociais pelas políticas fiscais e subsídios do governo.

No segundo período, esgota-se o modelo rentístico, porque não se viabiliza mais a rentabilidade dos investimentos nos diferentes setores produtivos e a renda dos trabalhadores e funcionários públicos. A elevação dos salários viabilizada pela renda petrolífera elevava os custos do setor produtivo, produzindo estagnação a partir de um certo momento. Isso teria ocorrido com a bonança petrolífera a partir de 1979.

2.4 Balanço das abordagens teóricas do desenvolvimento econômico

Neste capítulo, constatou-se que a suposta identidade entre crescimento econômico e desenvolvimento não se verifica; em outras palavras, crescimento econômico não leva, necessariamente, ao desenvolvimento econômico. Com frequência, o crescimento econômico gera diferenças sociais injustas e relações políticas conflitivas.

Para Adam Smith, o trabalho produtivo, fecundado pelo capital, torna-se a principal fonte de riqueza. David Ricardo alertou para a questão dos rendimentos decrescentes dos fatores, o que leva à necessidade do desenvolvimento tecnológico para neutralizá-los. No mesmo sentido de manutenção da taxa de lucro e do crescimento econômico acelerado, Ricardo pregava o controle da natalidade e a liberalização comercial. Uma distribuição de renda mais justa das rendas entre capitalistas, proprietários e trabalhadores completava o seu quadro do crescimento com desenvolvimento econômico.

Contudo, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o termo desenvolvimento passou a ser empregado com mais frequência e sob o ponto de vista econômico e político. Apesar de o Estado ter começado a interferir mais diretamente na economia a partir da Grande Depressão nos anos de 1930, foi também por essa época e durante os anos de 1950 que ele passou a ter influência mais marcante no desenvolvimento econômico, exercendo uma função nova, a do planejamento econômico.

Grosso modo podem-se destacar duas estratégias principais de crescimento econômico e, então, de desenvolvimento ao se seguir políticas sociais: crescimento voltado para dentro (modelo de substituição de importações) e crescimento voltado para fora (teoria da base exportação). O modelo neoclássico de crescimento, baseado na acumulação de capital e elevação da produtividade, por fundamentar-se no livre mercado, está mais vinculado ao crescimento com economia aberta.

A teoria econômica neoclássica postula que o crescimento do emprego e da renda depende do nível dos investimentos, o qual depende da demanda agregada. Da mesma forma,

a teoria da base econômica coloca a ênfase principal no desempenho das exportações, um dos elementos da demanda agregada. No mesmo sentido, a teoria keynesiana afirma que os gastos públicos desempenham um papel relevante no crescimento do emprego e da renda.

Do lado da oferta, surgiram, a partir do final dos anos de 1980, as novas teorias do crescimento. Segundo estas, o capital humano seria o fator primordial do crescimento econômico. As novas tecnologias surgiriam pela aplicação de novas idéias, novos produtos e novos processos de produção gerados por pessoas treinadas, por técnicos, cientistas, engenheiros; os novos conhecimentos seriam gerenciados por pessoas treinadas e com grande conteúdo de conhecimento. Na ausência dessa mão-de-obra altamente especializada, a economia não poderia se desenvolver. Surge assim a idéia de que o capital humano, o capital social, é tão importante ou até mais importante do que o capital fixo.¹⁰

Além dessa visão do lado da oferta, dentro da teoria da base exportadora surgiu a idéia de que países ricos em recursos naturais, como petróleo, poderiam crescer menos no longo prazo no caso da existência de *doença holandesa*. Isso seria explicado pela presença de um excesso de divisas, que valorizaria a moeda nacional, estimulando as importações e sufocando a industrialização local nascente. Essa possibilidade também se explica pela ausência de planejamento, ou de políticas públicas erradas, levando à má alocação de recursos, deficiência de infra-estruturas e outros gargalos que retirariam a competitividade da indústria nacional.

O desenvolvimento institucional pode impedir o funcionamento da *doença holandesa*, através do planejamento setorial e regional, funcionamento de agências tecnológicas e de fomento da pesquisa e da indústria. A indústria nacional pode ficar também protegida da concorrência externa pelos custos de transporte e pelos custos de transação, possibilidades não consideradas pela teoria neoclássica. A nova economia institucional emerge, assim, no cenário da análise econômica aferindo um importante papel no desenvolvimento econômico neste início de século.

A visão cepalina do crescimento econômico foi no contexto de uma economia fechada, por substituição de importações. A CEPAL identificou uma série de tendências da economia de mercado que acompanhariam o processo de crescimento econômico dos países periféricos, a saber: deterioração dos termos de troca, estrangulamento externo, desemprego estrutural. A

¹⁰ Alguns estudos, no entanto, mostram uma fraca relação entre algumas formas de capital humano e crescimento econômico. Marquetti, Béni e Hickmann (2002, p. 112), apesar de encontrarem uma relação positiva entre capital humano e crescimento econômico nas microrregiões do Rio Grande do Sul, nos anos de 1990, constataram que “a acumulação de capital humano na forma de educação média e superior não mostrou o efeito esperado sobre o crescimento econômico” das mesmas microrregiões.

superação dessas tendências requeria a mudança estrutural das economias periféricas, através de reformas de base, intervenção do estado na produção direta, no planejamento econômico, no financiamento da produção e na importação de novas tecnologias.

Porém, o modelo de substituição leva à concentração de renda e ao esgotamento do processo de crescimento, pela escassez de importações a serem substituídas por produção interna. Essa escassez que surge gradativamente resulta uma indústria com altos custos médios e, portanto, com baixa competitividade nos mercados externos. As pressões no balanço de pagamentos constituem outro estrangulamento ao crescimento, um dos pontos que a própria CEPAL tanto combateu. Em função disso, em meados dos anos de 1960, vários países se abriram ao comércio internacional: Coreia do Sul, México, Brasil e, de certa forma, a própria Índia, entre outros países asiáticos.

Assim, surgiu com vigor a alternativa do crescimento com economia aberta. Os países do Sudeste asiático, notadamente a Coreia do Sul, passaram a crescer a altas taxas. Nos anos de 1970, o próprio Brasil cresceu de modo acelerado, constituindo o “milagre brasileiro”. Nesse período, no caso do Brasil, o crescimento com base no dinamismo das exportações era associado ao regime militar e à ideologia neoliberal. Contudo, diante do sucesso dos países exportadores do Sudeste asiático essa postura começou a mudar. No início dos anos de 1980 em diante a própria China abriu-se à economia internacional, procurando exportar cada vez mais, tornando-se uma grande receptora de empresas multinacionais e de capitais estrangeiros de risco, sobretudo. Anos mais tarde, a Índia passou a seguir os passos da China, ofertando uma mão-de-obra abundante e com grande conteúdo de conhecimento.

Assim, a teoria da base exportadora forma a base teórica do crescimento com economia aberta. Ela afirma que as exportações são básicas pelo encadeamento da produção e do emprego em setores interligados a elas e pelo afluxo externo de rendas, que podem ser usadas no financiamento das importações e dos investimentos no setor de mercado interno. Obviamente que se essas rendas forem dissipadas, mal aplicadas, ou desviadas pela corrupção, nenhum desenvolvimento irá se produzir. Se a base for formada por apenas um produto (como petróleo); a economia será vulnerável às oscilações externas de preços, com impactos negativos no setor de mercado interno. O excesso de rendas se traduzindo em excesso de importações acaba inibindo a industrialização interna. Esta é a chamada *doença holandesa*, que pode ser evitada por um planejamento eficiente, bem como pelo incentivo à consolidação de instituições sólidas e voltadas ao desenvolvimento do país. Aqui entra a idéia de North da importância das instituições para o desenvolvimento econômico. Pode-se

acrescentar que o gerenciamento da economia precisa ocorrer no dia-a-dia, para resolver impasses, extirpar estrangulamentos e criar condições para a correção de rumos do crescimento de todos os setores da economia nacional.

No capítulo três, estuda-se a evolução econômica da Venezuela desde a descoberta do petróleo, no início do Século 20, até o ano de 1973, quando ocorreu o primeiro choque dos preços internacionais desse produto. A idéia é estudar a influência da principal base exportadora desse país, o petróleo, na sua formação econômica, em cada período governamental. Assume-se que as forças políticas têm uma importância crucial no desempenho econômico de um país. Pretende-se também identificar as origens das mudanças institucionais que influenciaram ou dificultaram o crescimento econômico da Venezuela.

CAPÍTULO 3

EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA VENEZUELA: DA DESCOBERTA DO PETRÓLEO A 1973

Este capítulo tem como objetivo estudar a evolução econômica da Venezuela desde a descoberta do petróleo, no início do Século 20, até o ano de 1973, quando ocorreu o primeiro choque dos preços internacionais desse produto. Para isso, revisam-se alguns fatos históricos fundamentais, procurando-se entender a dependência da política econômica do governo venezuelano em relação ao petróleo. O estudo efetua uma periodização segundo os diferentes governos, primeiro da origem do petróleo a 1950, depois de 1950 a 1973.

O primeiro período começa com o governo de *Juan Vicente Gómez*, que iniciou em 1908 e terminou em 1935. Esse período marcou a transição de uma economia essencialmente agrícola para uma economia comandada pelo petróleo. O governo Gómez foi marcado pelas vantagens que ofereceu às companhias estrangeiras, que passaram a controlar a exploração do petróleo. No final da década de 1920, a Venezuela era o país que mais exportava petróleo no mundo.

O governo seguinte foi o do general *Eleazar López Contreras (1936/1941)*; esse período foi considerado como um dos mais difíceis da história desse país, pela grande depressão mundial e as grandes flutuações dos preços do petróleo. Os governos seguintes, desse primeiro grande período (descoberta do petróleo a 1950) foram: *Isaías Medina Angarita (1941/1946)*, Presidente da Junta Revolucionária *Don Rômulo Betancourt (1946/1947)*, Presidente *Rômulo Gallegos (fevereiro a novembro de 1948)*, *Carlos Delgado Chalbaud (1948/1950)*, *Germán Suárez Flamerich (1950/1952)*.

O segundo período (1950/1973), considerado de acelerado crescimento econômico, foi marcado pelos governos de: *Marcos Pérez Jiménez (1952/1958)* e a difícil e custosa transição de 23/01/1958 a 13/02/1959 *Vicealmirante Wolfgang Larrazábal e Edgar Sanabria*, *Rômulo Betancourt (1959/1964)*, *Raúl Leoni (1964/1969)* e o primeiro governo de *Rafael Caldera (1969/1974)*.

3.1 Uma breve introdução à Venezuela

3.1.1 Dados gerais da Venezuela

Acredita-se que se deve a Américo Vespúcio o nome dado à Venezuela. Ao encontrar as casas sobre estacas, em que viviam os indígenas, ao longo das margens do lago Maracaibo, veio à sua mente os palácios de Veneza; assim, ele denominou essa região de "pequena Veneza", que mais tarde transformou-se no termo Venezuela. Os recursos naturais, especialmente as grandes jazidas de petróleo, exploradas desde a terceira década do século XX, impulsionaram o desenvolvimento do país.



Os colonizadores espanhóis não encontraram ouro nem pedras preciosas nas terras venezuelanas; então começaram as atividades agrícolas e pecuárias. O principal produto de cultivo e exportação durante a colônia foi o cacau. Em 1775, esse produto representava cerca de 75% do valor do total das exportações (Esteves, 1995).

No ano de 1776 criou-se a Real Intendência de Exército e Fazenda, com sede em Caracas. Essa instituição servia de apoio para que, em 1777, se decretasse a criação da Capitania Geral de Venezuela. Desta forma, consolidou-se a nacionalidade venezuelana, ao fazer depender de Caracas a província de Maracaibo, a qual dependia antes à Santa Fé de Bogotá.

A libertação da Venezuela iniciou-se em Caracas, em 1810, e culminou com a

declaração da independência em 05/07/1811. Ela foi proclamada pelos membros da Sociedade Patriótica, que formavam o Congresso da República. Esse fato marcou a fundação do Estado venezuelano, tendo Simon Bolívar no comando da nova república.¹¹ As conseqüências econômicas da guerra da independência foram a suspensão dos direitos de alcabala,¹² a redução dos direitos de exportação e o aumento da dívida pública.

Hoje, a Venezuela é um dos maiores países da América do Sul, com quase 27 milhões de habitantes, concentrados em grandes cidades, como Caracas, Maracaibo e Valencia.¹³ Em 2005, o PIB do país alcançou US\$ 131 bilhões (Aladi, 2007). Cerca de dois terços do PIB, das exportações totais e das receitas fiscais, vêm da exploração de petróleo. As reservas de petróleo e gás da Venezuela colocam, hoje, esse país em quinto lugar entre os grandes produtores mundiais. Por sua grande participação, esse recurso natural explica a maior parte das oscilações da economia venezuelana (Marcano & Tyszka, 2006).

A Venezuela reivindica com a Guiana desde de 1962, no governo de Rômulo Betancourt, uma região rica em minérios da bacia do *Essequibo*, com cerca de 159 mil km² (à parte do mapa em traços hachurados). Até os dias atuais, essa área continua em litígio (Cervo, 2003, p.171).

A Venezuela é uma república federativa composta por 22 Estados, um Distrito Federal (inclui parte da cidade de Caracas) e 72 ilhas no Caribe. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, o chefe de Estado e de Governo; ele é eleito para um mandato de seis anos, com direito à reeleição.¹⁴ As eleições presidenciais venezuelanas são disputadas em um único turno.

3.1.2 Abordagem histórica do petróleo

Conforme Peterson (2004, p. 32), o petróleo já era conhecido na Antigüidade. Os primeiros contatos do homem com esse produto e com o gás natural aconteceram na China cerca de 1200 a. C. Os egípcios e os hebreus usavam o petróleo para embalsamar múmias e queimar animais nos sacrifícios religiosos. Porém, foi somente em 1859 que Edwin Drake

¹¹ Considerado pelo povo venezuelano, um herói, *El Libertador*, pois libertou o seu povo do domínio espanhol.

¹² Cobrança de um tributo pela autoridade municipal (Alcalde).

¹³ A Venezuela está localizada no extremo norte da América do Sul e abrange uma área de 916.445 km². Com uma costa de 2.800 km, esse país está limitado ao Norte pelo Mar do Caribe e pelo Oceano Atlântico; a Leste pela Guiana; ao Sul pelo Brasil (2.200 km de fronteira) e a Oeste pela Colômbia.

¹⁴ No dia 03/12/2007 ocorreu na Venezuela um referendo popular, para uma mudança na Constituição, permitindo a reeleição do Presidente da República por prazo indeterminado. Por uma votação de 50,71%, a população optou pelo *não*, ou seja, será permitida apenas uma recondução para o Presidente.

usou o petróleo para fins comerciais. A partir de então, esse produto tem sido utilizado cada vez mais pela indústria e pelo transporte como fonte de energia, em substituição ao carvão; nenhum insumo tornou-se tão essencial para o homem e nenhum gerou uma diversidade tão ampla de produtos como o “ouro negro”; nenhuma indústria foi tão essencial à economia mundial e tão vinculada à política internacional quanto à indústria petrolífera (Marinho Júnior, 1989, p.15).

Em 1870, a indústria de petróleo começou a se organizar como grande indústria, através da companhia *Standart Oil*, de John Rockefeller. Essa empresa introduziu uma grande mudança na forma de atuação da indústria, através da integração vertical. A indústria petroleira foi, portanto, uma das primeiras indústrias a atuar integrada na forma vertical.¹⁵ Nesse período, a *Standart Oil* controlava oleodutos e ferrovias, o que minimizava as flutuações de preços e mantinha altas margens de lucro. A estratégia de integração vertical da empresa, que ainda não atuava na exploração e produção de petróleo, foi fundamental para o sucesso dessa companhia na comercialização do produto. Com o controle comercial, a *Standard Oil* tornou-se a primeira grande empresa monopolista da época. Desta forma, projetaram-se os alicerces da estrutura dentro de características econômicas básicas, que ainda hoje regem a indústria petrolífera: a integração vertical e o monopólio.

Mesmo com o desmembramento da *Standard Oil*,¹⁶ o desenvolvimento da indústria americana de petróleo ainda prosseguiu com a presença das grandes *majors* do petróleo (as Sete Irmãs): Exxon, Royal Dutch-Shell, British Petroleum, Gulf Oil, Chevron, Móbil Oil e Texaco. Elas eram empresas internacionalizadas e integradas verticalmente a companhias menores, especializadas em apenas um dos segmentos da cadeia petrolífera. Essa internacionalização da indústria de petróleo aumentou a relevância da competição estratégica no oligopólio internacional das *majors* sobre o controle do mercado mundial, coordenando as atividades e aumentando as barreiras à entrada (Canelas, 2004).

A partir da formação do cartel das Sete Irmãs, considerado um modelo de regulação privada, ocorreu uma expansão relativamente estável do setor, interrompida pelo primeiro choque do petróleo de 1973. Com esse choque, declinou o controle da indústria pelas Sete Irmãs, pois, a partir desse momento, a indústria de petróleo passou a apresentar uma crescente

¹⁵ Emprega-se o termo *integração vertical* para indicar que uma empresa participa de todas as etapas do processo produtivo. A integração vertical pode ser enfocada por duas óticas: industrial (exploração e produção de óleo) e econômica (refino, transporte, petroquímica básica e distribuição de derivados). A integração permite diminuir os riscos da atividade empresarial (Petrobrás, *apud* Campos, 2005, p.31).

¹⁶ Em 1911, a Suprema Corte dos Estados Unidos obrigou a *Standart Oil* a desmembrar-se em 33 empresas distintas.

característica de desintegração, tanto horizontal quanto verticalmente.

O enfraquecimento das *majors* fortaleceu o poder da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), organização fundada em 14/09/1960 pelos maiores países produtores de petróleo.¹⁷ A OPEP constatou em seguida que, através de seu poder de mercado, poderia exercer grande controle sobre o setor petrolífero mundial. A estatização das empresas petrolíferas pelos países membros da OPEP e o primeiro choque do petróleo em 1973 representaram um ponto drástico de mudança de estrutura da indústria do petróleo. O controle da indústria pelas Sete Irmãs desarticulou-se gradativamente, tanto no nível nos segmentos para trás, como para frente da cadeia produtiva, representando elevação dos custos de transação, na avaliação de Canelas (2004, p. 26).

O segundo choque do petróleo de 1979 decorreu de razões políticas, agravando substancialmente os déficits comerciais dos países importadores, dada a quadruplicação do preço do petróleo. Esses dois choques foram dramáticos para esses países, provocando profundas modificações estruturais na economia mundial. Foi somente na década de 1980, pelo excesso de oferta, que os preços do petróleo começaram a cair no mercado mundial, limitando o poder de mercado da OPEP. Contribuiu, nesse sentido, a exploração de petróleo em outros países¹⁸ e o surgimento de energias alternativas (como álcool, carvão, energia eólica, entre outras).

De acordo com Zárraga (1986), o petróleo na Venezuela era conhecido desde a época pré-colombiana, pelos índios; eles utilizavam o produto para lambuzar-se, calafetar e impermeabilizar os cascos das velas de suas embarcações e também para fins medicinais.

Foi somente no século XIX que o petróleo despertou no país o interesse pela exploração na forma comercial. Isso ocorreu através da concessão a empresas petrolíferas internacionais. As primeiras concessões na Venezuela foram outorgadas pelo presidente Cipriano Castro em 1907; isso ocorreu às empresas americanas. Em 1912, iniciaram-se os primeiros estudos geológicos, atestando a existência de imenso depósito de petróleo na área de Mene Grande, na bacia de Maracaibo.

As decisões políticas adotadas pelos diferentes governos a respeito do petróleo e da indústria petrolífera constituem os fatores determinantes do desenvolvimento econômico da Venezuela, como será visto neste trabalho.

¹⁷ Foram membros fundadores da OPEP: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela. A organização tinha como objetivo coordenar e unificar políticas de petróleo entre os países membros, assim como fixar preços “justos” e estáveis para os produtores de petróleo.

¹⁸ A elevação dos preços do petróleo tornou rentável, por exemplo, a exploração de petróleo em águas profundas. Isso ocorreu no Mar do Norte, no Brasil e em outros países.

3.2 Formação da economia venezuelana da descoberta do petróleo a 1950

3.2.1 Petróleo: de sua origem a 1945

Até a primeira década do século XX, a economia da Venezuela baseava-se essencialmente na agropecuária, tendo como principais produtos de exportação o café, o cacau e o gado (Tabela 1). Os produtos alimentares faziam parte da agricultura de subsistência, pois 75% da população total residiam na zona rural; 70% da população eram de analfabetos e sofriam de doenças tropicais, como paludismo, febre amarela e malária.

Tabela 1 – Participação dos três principais produtos nas exportações totais da Venezuela, 1886 a 1920 (médias anuais em bolívares correntes)

Quinquênios	Valor do total (a)	Café, cacau e gado (b)		Índices b/a
		Valor	Variação	
1886/1890	-	81,0	100,0	-
1891/1895	102,5	88,6	109,3	86,4
1896/1900	83,7	68,5	84,5	81,8
1901/1905	69,9	56,0	69,1	80,0
1906/1910	68,5	52,9	65,3	77,2
1911/1915	129,5	101,0	124,7	85,4
1916/1920	153,1	103,4	127,6	67,5

Fonte: Datos originales de R. Veloz, *Economía y Finanzas de Venezuela de 1830 a 1944*, Caracas, 1495 *apud* Córdova (1963).

Na primeira metade da década de 1890, mais de 80% das exportações totais eram compostas por café, cacau e gado. Após uma pequena queda da participação na primeira década do Século XX, a participação aumentou até o início da Primeira Guerra, reduzindo-se para 67,5% entre 1916 e 1920.

Na primeira década dos anos de 1900 houve grande variabilidade do PIB total e do PIB *per capita*, como mostra a Tabela 2. Na maior parte do período, o crescimento foi negativo, mostrando as grandes dificuldades das economias essencialmente agrícolas para crescer. Todavia, a partir de 1908/1910, a economia começou um período de crescimento relativamente rápido, graças aos investimentos que começaram a ser efetuado na prospecção de petróleo por companhias estrangeiras.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1900/1907
(Preços constantes de 1984)

Ano	PIB total (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (em bolívares)	Taxa de crescimento (%)	
			PIB Total	PIB <i>per capita</i>
1900	4.321	2.200	-	-
1901	4.250	2.133	-1,6	-3,0
1902	4.623	2.288	8,8	7,3
1903	4.996	2.437	8,1	6,5
1904	4.879	2.345	-2,3	-3,8
1905	4.821	2.284	-1,2	-2,6
1906	4.500	2.100	-6,7	-8,1
1907	4.497	2.068	-0,1	-1,5
1908	4.809	2.178	6,9	5,3
1910	5.139	2.257	3,2	1,7
1915	5.915	2.402	3,1	1,4

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

O primeiro poço comercial de petróleo da Venezuela somente foi descoberto em fevereiro de 1914 pela empresa Caribbean Petroleum, em Mene Grande, a leste do lago Maracaibo. Por essa época, a Venezuela encontrava-se debilitada por uma guerra civil, em pleno regime militar iniciado em 1908, sob a presidência do *General Juan Vicente Gómez*, que durou até sua morte, ocorrida em 27/12/1935 (Marinho Jr, 1989, p. 94).¹⁹

À medida que o petróleo tornava-se importante, a economia passava a crescer mais rapidamente. A Venezuela deixava para trás uma economia baseada no café, cacau e gado, para tornar-se, a partir do final da década de 1920, o segundo maior produtor mundial de petróleo. A renda petrolífera contribuiu para a consolidação e expansão do Estado, assim como para a formação da infra-estrutura, imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo.

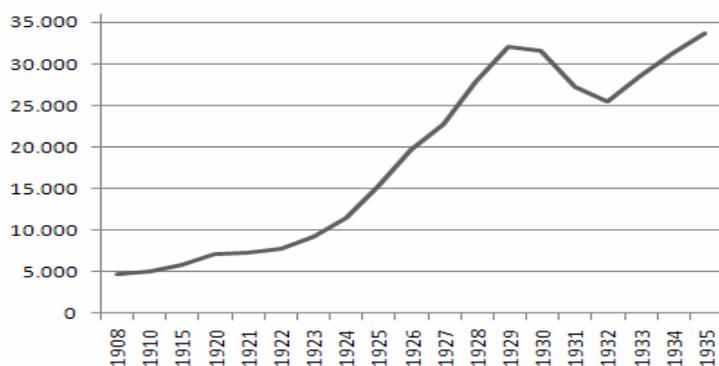
Em meados dos anos de 1920 e até a queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929, a Venezuela cresceu a altas taxas. Nos três primeiros anos da década de 1930, o PIB total e *per capita* desse país apresentou grandes quedas, mas a recuperação veio em 1933 (Tabela 3 e Gráfico 1).

¹⁹ Foram 27 anos de governo centralizador e autoritário. A dívida externa contraída pelos governos anteriores foi integralmente paga. O general Gómez ficou conhecido como um político que não gostava de dever.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1908/1935
(Preços constantes de 1984)

Ano	PIB total (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (em bolívares)	Taxa de crescimento (%)	
			PIB Total	PIB <i>per capita</i>
1920	7.260	2.718	20,0	18,1
1921	7.452	2.744	2,6	1,0
1922	7.863	2.847	5,5	3,8
1923	9.300	3.312	18,3	16,3
1924	11.535	4.040	24,0	22,0
1925	15.424	5.311	33,7	31,5
1926	19.787	6.699	28,3	26,1
1927	22.735	7.567	14,9	13,0
1928	27.987	9.158	23,1	21,0
1929	32.093	10.323	14,7	12,7
1930	31.548	9.974	-1,7	-3,4
1931	27.219	8.458	-13,7	-15,2
1932	25.529	7.797	-6,2	-7,8
1933	28.511	8.558	11,7	9,8
1934	31.282	9.228	9,7	7,8
1935	33.703	9.770	7,7	5,9

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.



Fonte: Tabela 3.

Gráfico 1 – PIB da Venezuela a preços de mercado, 1908/1935
(Preços constantes de 1984)

A Venezuela foi o primeiro país produtor de petróleo a enfrentar o cartel internacional do petróleo no sistema concessionário por ter iniciado, em 1920, uma política nacional de reivindicações em matéria dos interesses petrolíferos. Em junho de 1922, o Congresso venezuelano promulgou a Lei do Petróleo, que ditava os termos para as concessões, impostos e *royalties*. Em dezembro do mesmo ano foi descoberto pela Shell, na bacia de Maracaibo, um novo poço de petróleo com capacidade de produção de 100 mil barris diários (Campos, 2005, p. 179).

Desde a descoberta dos primeiros poços, a produção de petróleo na Venezuela cresceu de maneira extraordinária, passando de 1,4 milhões de barris anuais, em 1921, para 137 milhões de barris em 1929. Nos anos de 1920, esse produto começou a se consolidar como a principal fonte energética e como o principal fator do crescimento econômico da Venezuela. Esse crescimento da indústria petrolífera contribuiu para aumento do número de emprego. Porém, em julho de 1925, os trabalhadores promoveram a primeira greve petroleira no país, na qual reivindicavam melhores condições de trabalho e exigiam aumento salarial, na qual conseguiram 20%, o que fez a greve terminar uma semana depois. Este fato contribuiu para que no ano de 1926 se promulgasse a primeira Lei do Trabalho na Venezuela.

Em 1928, esse país apresentava-se como o maior exportador mundial de petróleo cru e se manteve nessa posição até 1970. A Tabela 4 mostra a evolução da produção de petróleo, que em 1920 representava apenas 1,7% das exportações desse país, passando para 86,1% em 1935.²⁰

Tabela 4 – Composição das exportações da Venezuela, 1920/1935 (milhões de bolívares)

Anos	Totais	Petróleo	%	Café e cacau	%	Outras	%
1920	173,3	3,1	1,7	100,7	58,1	69,5	40,2
1925	373,1	173,9	46,6	155,2	41,6	44	11,8
1935	528,9	455,3	86,1	37,7	7,1	35,9	6,8

Fonte: BAPTISTA, 1991 *apud* BARROS, 2007, p. 65.

Com a crise dos anos de 1930, as exportações venezuelanas caíram cerca de 20% nos primeiros anos, conforme Tabela 5. Com a morte de Gómez, assumiu a presidência o general *Eleazar López Contreras (1936/1941)*. Esse período foi considerado como um dos mais difíceis da história venezuelana, pela situação de miséria que se encontrava o país: altas taxas de desemprego, baixos salários e epidemias, que corroíam a saúde da população. A recuperação ocorreu lentamente entre 1933 e 1936, mas aceleraram-se nos anos seguintes. Em 1939, as exportações de petróleo alcançaram 189,2 milhões de barris, cerca de 89 milhões de barris acima do nível de 1928 (Tabela 5); as exportações de petróleo já representavam a principal fonte de renda do governo venezuelano.

No Gráfico 1 e na Tabela 5, pode-se observar três períodos de tendência diferenciados. O primeiro foi de 1920 a 1930, em que as exportações anuais passaram de zero a 134,5

²⁰ Em 1940, o petróleo já ocupava 94% das exportações totais da Venezuela, com a conseqüente redução das exportações de café e cacau (4%). Em 1960, esses percentuais se reduziram para 90% e 2%, respectivamente (FIQUEROA, 1974, p. 465, *apud* BARROS, 2007, p. 66). Observa-se o declínio da agricultura exportadora.

milhões de barris, representando o auge das exportações de petróleo. Em 1929 e 1930, o preço do barril de petróleo estava no máximo, ou seja, US\$ 1,15 e US\$ 1,16. O segundo foi de 1931 a 1934, quando a economia atravessou uma recessão devido à crise mundial, com os preços caindo para o nível mínimo em 1933, ou seja, US\$ 0,61 o barril. O terceiro período inicia-se em 1935, quando o nível da exportação (138,5 milhões de barris) ultrapassou o de 1930. Os preços, no entanto, pouco se recuperaram, permanecendo inferior a US\$ 1 até 1940. Apesar disso, esse último período representa a fase de recuperação econômica.

Tabela 5 – Exportações de Petróleo em milhões de barris anuais e preços médios em US\$, 1920/1940.

Ano	Exportações	Demanda Interna	Preço do barril
1920	0,0	0,01	2,69
1921	1,0	0,02	1,23
1922	1,8	0,03	1,31
1923	3,4	0,05	1,46
1924	8,2	0,10	1,74
1925	18,4	0,21	1,80
1926	37,8	0,37	1,77
1927	57,0	0,63	1,24
1928	100,6	1,50	1,02
1929	130,6	1,40	1,16
1930	134,5	1,40	1,15
1931	111,9	1,20	0,72
1932	110,5	1,20	0,81
1933	113,3	1,30	0,61
1934	130,2	1,40	0,88
1935	138,5	1,60	0,84
1936	150,4	1,60	0,88
1937	168,0	1,90	0,96
1938	178,5	2,00	0,93
1939	189,2	2,20	0,80
1940	157,0	2,60	0,93

Fonte: Asdrúbal Baptista. *Bases cuantitativas de la Economía Venezolana*, p. 67-68 *apud* Franceschi, 1998.

Córdova (1963) menciona os principais fatos ocorridos neste período: em 1924: os negócios são satisfatórios “...os pagamentos melhoram e muitas contas que vinham sendo arrastadas durante anos foram pagas”; em 1925: a construção de novas estradas e o rápido desenvolvimento dos campos petrolíferos proporcionaram emprego aos trabalhadores; em 1926: a expansão da indústria petrolífera, juntamente com as obras públicas, aumentaram a demanda de trabalho e elevaram os salários, fatores que estimularam a economia como um todo; em 1931: a produção petrolífera caiu e ocasionou a demissão de muitos trabalhadores.

Em novembro de 1939 foi firmado um Tratado de Reciprocidade Comercial entre a

Venezuela e os Estados Unidos²¹, permitindo o aumento das exportações petrolíferas para este país. Esse tratado constituiu para as décadas seguintes um instrumento jurídico de perpetuação em relação à dependência econômica, e foi um dos freios mais reais e influentes sobre o ritmo de desenvolvimento industrial do país, sobre o processo de acumulação de capitais.

López Contreras iniciou seu mandato constitucional no mesmo ano que John Maynard Keynes publicou sua obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, que influenciou o mundo inteiro, mais particularmente a Venezuela, pois aquele presidente tinha como grande objetivo estimular a demanda agregada, através de políticas fiscais expansivas pelo aumento dos gastos governamentais.

Ao fazer uso do modelo keynesiano (ênfase na administração da demanda agregada), o Estado começou a utilizar todas as rendas provenientes do petróleo visando aumentar o bem-estar da população. Foram feitos investimentos especialmente nas áreas de saúde, educação e obras públicas. Veja que as ações do governo Contreras estavam de acordo com a teoria das origens da questão do desenvolvimento econômico, conforme foi visto na seção 2.1.1.

Em se tratando de saúde, a Venezuela se transformou em um exemplo para todo o mundo naquele período. A incidência de doenças como paludismo, febre amarela e enfermidades gastrointestinais se reduziu notavelmente. Construíram-se grandes hospitais e maternidades, cujos serviços eram oferecidos de forma gratuita para a população. Como resultado dessas medidas, o crescimento demográfico passou de 2.992.468, em 1920, para 3.783.780 em 1940.²²

Seguindo Keynes, a política econômica centraliza-se necessariamente na intervenção do Estado como solução para retirar a economia da depressão originada por insuficiência de demanda. Essa é a ação fundamental para elevar o nível de emprego. O crescimento demográfico, similarmente, tem papel fundamental, pois induz ao consumo e aumenta a produção industrial.

O governo de López Contreras teve como base política: a) criação da ideologia nacionalista assentada no culto a Simon Bolívar e nos seus ideais anti-fascistas ; b) transição de um regime ditatorial para um regime democrático; c) liberdade de imprensa e do livre exercício dos direitos individuais, com o cumprimento dos deveres dos cidadãos; d) procedimentos legais para todos os atos da vida pública, como em todo regime jurídico (Morón, 1994, p. 258).

²¹ Por esse acordo, os Estados Unidos garantiam a compra do petróleo venezuelano e, em troca, a Venezuela removia as restrições sobre as exportações industriais americanas (Medeiros *apud* Furtado, 2008, p.141).

²² Fonte: Asdrúbal Baptista, *Bases cuantitativas de la Economía venezolana apud* Hardy Toro, 2003, p. 523.

A Grande Depressão dos anos de 1930 afetou a Venezuela, gerando altos níveis de desemprego, com empobrecimento progressivo da população; somente o aumento da demanda agregada poderia estimular o funcionamento das indústrias paralisadas pela crise e gerar novos postos de trabalho, ou seja, promover o pleno emprego.

Contreras criou a Lei do Trabalho em 1936, que concedia aos trabalhadores maior participação nos benefícios da indústria petrolífera, a Controladoria Geral da República, como órgão auxiliar do Congresso, para fiscalizar os gastos públicos, e o Banco Central da Venezuela, que iniciou suas atividades em 1940. Outro importante feito seu foi a promulgação de uma nova Lei de Hidrocarbonetos em 1938. Essa Lei possibilitou ao Estado explorar, manufaturar, refinar e transportar petróleo e seus derivados. Dessa forma, o petróleo tornou-se cada vez mais o principal produto da pauta exportadora venezuelana; o que veio a contrabalançar o declínio das exportações de cacau e café, atividades cada vez mais decadentes.

A Lei do Trabalho, de 1936, foi importante para os trabalhadores, pois representou grandes conquistas: jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, descanso semanal, direito de greve e de organização sindical, entre outras. O governo Contreras aboliu a tortura como método repressivo da oposição, característica marcante do regime anterior do governo Gómez.

O general López Contreras entregou ao seu sucessor, Isaías Medina Angarita, um país complementarmente dependente da renda petrolífera, inserido em uma difícil conjuntura internacional, como reflexo dos efeitos da Segunda Guerra Mundial. As exportações petrolíferas caíram de 189,2 milhões de barris, em 1939, para 157,0 milhões de barris em 1940 (Tabela 5). Estes fatos obrigaram o Governo Nacional adotar medidas restritivas nos gastos públicos. Isso se refletiu na desaceleração do crescimento econômico da Venezuela em 1940, quando o PIB total e *per capita* caíram 10,6% e 12,1%, respectivamente (Tabela 6).

Tabela 6 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1936/1940
(Preços constantes de 1984)

Ano	PIB total (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (em bolívares)	Taxa de crescimento (%)	
			PIB Total	PIB <i>per capita</i>
1936	35.761	10.102	6,1	3,4
1937	43.526	12.119	21,7	20,0
1938	48.205	13.218	10,7	9,1
1939	53.300	14.380	10,6	8,8
1940	47.669	12.639	-10,6	-12,1

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

Assim, o governo do general *Isaías Medina Angarita (1941/1945)*, iniciou com uma série de leis para incrementar a participação da Venezuela na atividade petrolífera e promover o crescimento econômico. Podem-se destacar as seguintes:

- Lei do imposto de Renda Progressivo, que permitia ao Estado uma maior arrecadação das empresas petrolíferas para impulsionar a industrialização;
- Lei do Seguro Social Obrigatório, que levou à criação do Instituto de Seguro Social;
- Novo Código Civil, aprovado em 1942, que se manteve vigente e sem alterações por mais de 40 anos. Ele representou um grande avanço no que se refere, especialmente, aos direitos de família;
- Reforma Constitucional, aprovada em 1945, que estabeleceu o voto direto e popular para as eleições da Câmara dos Deputados e do Presidente da República. Foi mediante esse instrumento que se outorgou pela primeira vez o voto feminino;
- Reforma do Poder Judiciário, para coibir a anarquia existente no mesmo;
- Lei Agrária, aprovada em 1945, estabelecendo as bases para a reforma agrária, sem agressividade, buscando melhorias para os camponeses.

Em março de 1943, o Governo Medina deu importante passo em direção do controle indireto da indústria petrolífera venezuelana, através da Lei dos Hidrocarbonetos, que permaneceu inalterada até a nacionalização do petróleo em 1976. Com essa lei, o Estado venezuelano aumentou sua quota nos lucros da exploração petrolífera, incluindo *royalties* estatais que passariam de 15% para 16,6%. Isso equivalia a dizer que de cada seis barris produzidos, um pertencia ao Estado. Era notório o caráter nacionalista dessa Lei. Ela recebeu apenas duas alterações ao longo de mais de 30 anos.

Essa lei beneficiou materialmente e moralmente o Estado venezuelano. Suas vantagens fundamentais foram: a) unificação do regime jurídico, de modo que todas as empresas fossem submetidas a um único ordenamento legal; b) possibilidade do governo intervir nos assuntos de caráter técnico, obtendo todos os dados das companhias petrolíferas; c) unificação do regime impositivo, de modo que as companhias passaram a pagar todos os impostos gerais, incluindo imposto sobre a renda; d) os oleodutos passaram a ter caráter de serviço público; e) o imposto de exploração não podia ser menor que 16,75%; f) obrigação do refino do petróleo no próprio país (Morón, 1994, p. 274).

Dentre as leis promulgadas pelo governo Medina, pode-se destacar a Lei do imposto de renda e a lei dos hidrocarbonetos. Por essas novas leis, as rendas e todos os benefícios da indústria petrolífera passaram a pertencer ao Governo Nacional.

O governo Medina destacou-se também pelo ambicioso programa de obras públicas, envolvendo a construção de várias estradas, obras de irrigação, saneamento e escolas. Nessa área, iniciou-se, em Caracas, a construção da Cidade Universitária e da Escola Normal “Miguel Antonio Caro”. Percebem-se, nesse governo, os esforços para melhorar a qualidade de vida da população e diminuir o analfabetismo. Ao lado das transformações sociais, também ocorreram mudanças econômicas, estas devido à alta dos preços internacionais do petróleo durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, partindo de taxas negativas de crescimento do PIB de 1940 e 1942, a Venezuela passou a crescer rapidamente a partir de 1944 (Tabela 7). Isso ocorreu, fundamentalmente, pelo desenvolvimento da indústria petrolífera, que permitiu a implementação do referido programa de obras públicas.

Tabela 7 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1941/1945
(em milhões de bolívares de 1984)

Ano	PIB total (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (em bolívares)	Taxa de crescimento (%)	
			PIB Total	PIB <i>per capita</i>
1941	53.992	14.045	13,3	11,1
1942	42.794	10.927	-20,7	-22,2
1943	44.199	11.062	3,3	1,2
1944	62.116	15.206	40,5	37,5
1945	73.098	17.437	17,7	14,7

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

No final dos anos de 1930 e início dos anos de 1940, o governo venezuelano criou algumas instituições visando o desenvolvimento econômico: Ministério da Agricultura e o Instituto Técnico de Imigração e Colonização (imigração européia e crescimento da agricultura); Banco Central da Venezuela (estabilização da moeda) e a Corporação Venezuelana de Fomento, esta visando aumentar tanto a produção agrícola como a extração de petróleo.²³ Em relação ao fomento agrícola, essa corporação iniciou uma série de programas relativos à produção de açúcar e arroz, a construção de silos e sistemas de irrigação, conjuntamente com a colonização e expansão do crédito agropecuário.

3.2.2 A política econômica petrolífera do pós-Guerra

Um golpe militar derrubou o governo Medina Angarita seis meses antes de seu término constitucional. Em 1945, uma junta militar revolucionária do partido Acción

²³ Esta corporação tinha como lema “*sembrar el petróleo*” (Batalha, 1965, p. 304).

Democrática (AC) tomou o poder e iniciou um programa populista de governo, encabeçado por Rômulo Betancourt. Essa junta criticou a política petrolífera do governo anterior. Sua plataforma política foi incentivar a geração de renda petrolífera para promover as reformas sociais e melhorar os indicadores de desenvolvimento do país.

Mesmo sendo contra a política petrolífera praticada pelo governo Medina, a Junta respeitou a lei dos Hidrocarbonetos aprovada em 1943; porém, ela decretou um imposto de 20% sobre todas as rendas petrolíferas e apoiou a sindicalização dos trabalhadores. E, em 30/03/1946, foi criada a Federación Sindical Petrolera de Venezuela (FEDEPETROL), uma das mais importantes federações da Confederação dos Trabalhadores de Venezuela.

No plano político, no final de 1946, uma Assembléia Constituinte introduziu o voto direto e secreto, sem distinção de sexo. A Junta elegeu um novo presidente, *Rômulo Gallegos*, no dia 14/02/1947; seu mandato foi curto, pois no dia 24/11/1948 ele foi derrubado por um novo golpe militar. Este período foi de grande instabilidade política na Venezuela. Uma nova Junta governou até 1950, tendo como presidente o coronel *Carlos Delgado Chalbaud* que foi assassinado em 13/11/1950. Assumiu a presidência uma nova Junta Militar de Governo, que tinha como presidente *Germán Suárez Flamerich* (1950/1952).

O grande marco da política econômica desse período ocorreu no governo de Gallegos com a reforma da Lei do Imposto de Renda. Em 12/11/1948 foi estabelecido um imposto adicional, segundo o qual os lucros da exploração petroleira seriam divididos em partes iguais entre o Estado e as companhias estrangeiras. Esta divisão igualitária dos lucros petroleiros ficou conhecida como *fifty-fifty*. A esse respeito, o Artigo 31 da Lei de Imposto de Renda de 1948, especifica que:

Si después de deducio el impuesto cedular y el complementario, la renta restante excede de la suma se los impuestos causados por razón de las actividades de la industria durante el año gravable, tal excedente estará sujeto a un impuesto adicional del cincuenta por ciento (50%) (Hardy, 2003, p. 556).

No ano de 1948, a Venezuela tornou-se o maior exportador mundial de petróleo. Isso resultou das novas medidas fiscais e do aumento da produção e dos preços internacionais do petróleo decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Como consequência, os gastos públicos do país passaram de 1.106 milhões de bolívares no exercício 1946/1947, para 1.315 milhões de bolívares no exercício de 1947/1948 (Luongo, 2005, p. 213).

Essas novas receitas foram investidas em educação, obras de saneamento, saúde, agricultura e indústria. Gallegos, em seu breve mandato constitucional, deixou claro sua preferência na intervenção do Estado no domínio econômico, como produtor e regulador. Em

matéria de política social, estabeleceu medidas para melhorar a qualidade de vida da população, através de maiores gastos em educação e saúde.

O período de 1947 a 1949 foi de grande instabilidade política na Venezuela, refletindo-se na queda das taxas de crescimento do PIB total de 20,2% em 1946 para 3,8% em 1949. Em virtude da elevada taxa de crescimento demográfico, na época, o PIB *per capita* do país foi negativo em 0,5% nesse último ano (Tabela 8).

Tabela 8 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1946/1948
(em milhões de bolívares de 1984)

Ano	PIB total (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (em bolívares)	Taxa de crescimento (%)	
			PIB Total	PIB <i>per capita</i>
1946	87.872	20.365	20,2	16,8
1947	103.040	23.134	17,3	13,6
1948	114.208	24.639	10,8	6,5
1949	118.601	24.520	3,8	-0,5

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

No ano de 1949 ocorreu forte confrontação política entre o governo e os trabalhadores da indústria petrolífera, gerando uma greve geral. Dirigentes sindicais foram presos e exilados. Os sindicatos foram obrigados a se reorganizarem e a elegerem novos dirigentes. Como conseqüência, a taxa de crescimento do PIB reduziu de 10,8% em 1948, para 3,8% em 1949, gerando queda do PIB *per capita* (Tabela 8).

3.3 Período do crescimento acelerado: 1950/1973

3.3.1 A ditadura de Pérez Jiménez (1952/1958)

A partir de 1950, a Venezuela deu “um grande salto econômico”, impulsionada pela produção de petróleo. Teve início o processo de industrialização proporcionado pela presença do Estado, influenciado pelas idéias da CEPAL. Intensificou-se o processo migratório procedente da Europa, aportando mão-de-obra especializada, novos empreendedores e capitais (Hardy, 2003, p. 562).

A fim de projetar a Venezuela no campo internacional como grande país petrolífero, o Governo Nacional promoveu em Caracas, em 1951, a “*Convención Nacional de Petróleo*”. Essa convenção mostrou ao mundo que a Venezuela era um importante país produtor de petróleo, com grande capacidade de extração.

As eleições de 1952 foram vencidas por Jovito Villalba; porém, o governo em

exercício adulterou os resultados das eleições, permitindo que o coronel *Marcos Pérez Jiménez* (1952/1958) assumisse a presidência. Calculista e autoritário Pérez baseou sua política econômica na doutrina revolucionária do *Novo Ideal Nacional* (doutrina “do bem comum”). Essa doutrina consistia em orientar a atividade da população no sentido de formar uma consciência nacional voltada para a grandeza e o desenvolvimento da pátria. O objetivo era construir um país digno, próspero e forte.

Segundo Pérez Jiménez,

Toda nuestra gestión obedeció al cumplimiento del Nuevo Ideal Nacional y que en resumen podría concretarse en tres índices de indiscutible aliento: Venezuela era la primera potencia económica de América Latina. Venezuela era el país de mayor crecimiento industrial en América Latina. Venezuela era el país de más alta tasa de crecimiento demográfico en el mundo (Rivas, 1994, p. 64, *apud* Cartay, 1996, p. 17).

Seu governo foi marcado por um ambicioso programa de infra-estrutura; pela construção de edifícios públicos, estradas, pontes e outras obras de grande envergadura que contribuíram para a modernização do país, como a cidade Universitária de Caracas, a Biblioteca Enrique Tejera Del Ateneo de Valencia, o Hospital Central de Valencia e a Maternidade Concepción Palácios em Caracas, hotel Humboldt, os teleféricos das cidades de Caracas e de Mérida. Essas obras foram possíveis de serem construídas graças às exportações de petróleo, que geraram grande volume de divisas e receitas para o governo.

Ainda, em seu mandato, organizou-se a educação primária, média e superior, criaram-se serviços nacionais de saúde, promovendo o atendimento médico gratuito e o serviço nacional de Malariologia, que contribuiu na erradicação do paludismo na Venezuela.

Em 1950, o governo Pérez lançou a idéia de cartel, para fortalecer os preços internacionais do petróleo. O apoio do governo aos interesses da indústria do petróleo levou as empresas do setor a se fixarem cada vez mais na Venezuela. Com isso, o PIB do país teve um substancial aumento, passando de 121,3 bilhões de bolívares em 1950, para 225,6 bilhões em 1957; em termos *per capita*, no mesmo período, ele subiu de 24.083 bolívares, para 33.724 bolívares (Tabela 9). Esse período de vigoroso crescimento econômico da Venezuela ficou conhecido como o do “grande salto econômico”. Os países produtores de petróleo acabaram sendo beneficiados pela crise no Oriente Médio em 1956, que fez aumentar o preço do petróleo, o que coincidiu com a elevação dos investimentos públicos na Venezuela e a outorga de novas concessões de exploração de petróleo por parte do governo.

Tabela 9 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1950/1957
(em milhões de bolívares de 1984)

Ano	PIB total (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (em bolívares)	Taxa de crescimento (%)	
			PIB Total	PIB <i>per capita</i>
1950	121.252	24.083	2,2	-1,8
1951	143.570	27.441	18,4	13,9
1952	149.549	27.546	4,2	0,4
1953	150.375	26.615	0,6	-3,4
1954	163.768	27.780	8,9	4,4
1955	178.833	29.050	9,2	4,6
1956	201.062	31.303	12,4	7,8
1957	225.574	33.724	12,2	7,7

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

Durante esse período, a Venezuela experimentou também um grande crescimento da formação bruta de capital fixo, que passou de cerca de 6 bilhões de bolívares em 1950, para mais de 10 bilhões em 1957, a preços de 1968. A população total do país, por seu turno, subiu de 5 milhões de habitantes para 6,7 milhões. Esse grande aumento populacional resultou do combate das doenças tropicais e pela intensa imigração após a Segunda Guerra Mundial, quando ingressaram no país cerca de 350 mil pessoas, atraídas pela renda petrolífera (Hardy, 2003, p. 566 e 567).

Em 23/01/1958, os populares conseguiram derrubar o governo de Pérez Jiménez, mas uma nova junta governamental, presidida por *Wolfgang Larrazabal* (1958/1959), tomou posse. Em 1959 o novo governo rompeu o acordo *fifty-fifty*. O Estado passou a ficar com parcelas maiores da renda petrolífera, abrindo espaço para a estatização de toda a indústria do petróleo. Diante disso, as concessionárias passaram a explorar predatoriamente os recursos petrolíferos do país.

Após o governo ditatorial de Pérez Jiménez, o novo governo procurou levar o país a um regime democrático, através do processo eleitoral. O governo de Larrazabal procurou intervir de forma ativa na economia, através de um plano de emergência para reduzir o desemprego e acelerar a conclusão das obras de infra-estrutura em andamento.

Em 1958, o Governo criou a Oficina Central de Coordenação e Planificação da Presidência da República (CORDIPLAN), com a qual elaborou o I Plano da Nação, que traçava as metas e instrumentos de desenvolvimento econômico do país, mostrando os objetivos que se queriam alcançar. Foi uma manifestação concreta dos marcos de planejamento e operação de políticas públicas oriundos da CEPAL.

O período 1959/1973 marcou os governos de *Rómulo Betancourt* (1959/1964), *Raúl Leoni* (1964/1969) e o primeiro governo de *Rafael Caldera* (1964/1974), todos fortemente

influenciados pelas teorias desenvolvimentistas da CEPAL. Nesse período, o Estado buscou executar um programa de industrialização por substituição de importações, com forte participação do capital nacional, ou seja, formado pelas divisas provenientes do petróleo. Procurava-se, ao mesmo tempo, via gastos públicos, implementar o mercado interno para a indústria.

Conforme visto, os anos de 1950 foram marcado pelos investimentos em obras públicas; no entanto, o governo não foi capaz de continuar mantendo acelerados esses investimentos; assim, entre 1958 e 1963, as taxas de crescimento do PIB *per capita* só não foram negativas em 1959 e em 1963, anos de boa recuperação da economia (Tabela 10).

Tabela 10 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1958/1963
(preços constantes de 1984)

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (em bolívares)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB <i>per capita</i>
1958	228.761	32.928	1,4	-2,4
1959	241.135	33.432	5,4	1,5
1960	232.460	31.010	-3,6	-7,2
1961	223.522	28.700	-3,8	-7,4
1962	221.178	27.358	-1,0	-4,7
1963	247.459	29.523	11,9	7,9

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

Entre 1950 e 1959, a economia venezuelana apresentou um crescimento relativamente elevado, expandindo o PIB *per capita*, salvo em 1950 e 1953, que ele foi negativo face à elevada taxa de decrescimento demográfico. Durante esse período, a Venezuela apresentava-se como uma economia subdesenvolvida com o mais alto PIB *per capita* da América Latina. Celso Furtado, referindo-se ao PIB *per capita* da Venezuela, diz que ele “*se aproximou em 1956 de 800 dólares, nível similar aos países altamente desenvolvidos como Alemanha Ocidental, e superior ao da América Latina*” (apud Batalha, 1965, p. 307). Essa elevada taxa de crescimento econômico se deveu ao grande ritmo da extração de petróleo, graças aos estímulos dados pela política governamental.

3.3.2 A volta da democracia após 1959

No final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, o desenvolvimento econômico da Venezuela, como de outros países, foi altamente influenciado pelo pensamento de Rostow, relativo às etapas do desenvolvimento econômico. O crescimento dos anos de 1950 havia dado sinais da decolagem para o crescimento auto-sustentado. Essa análise é feita na seção

1.1.2. Esse é o período que o país vinha cumprindo os requisitos prévios e necessários para a transformação de uma sociedade tradicional para uma de estrutura econômica e social capaz de aplicar com efetividade a tecnologia intensiva (Gómez, 1966).

Rômulo Betancourt assumiu no dia 13/02/1959. Sua política de desenvolvimento econômico foi marcada pelo aproveitamento das rendas do petróleo para o estabelecimento de um sistema de industrialização por substituição de importações, via protecionismo e participação estatal, além dos marcos de planejamento oriundos da CEPAL. Em agosto de 1959, Betancourt decretou o fim do Plano de Emergência, por seus altos custos, uma vez que o país encontrava-se em situação de déficit público acentuado. Entretanto, seu governo centrou-se no sistema político marcado pelo pacto de *Punto Fijo*, segundo o qual as desigualdades sociais seriam reduzidas pelos gastos sociais e por políticas assistencialistas do governo, permitidos pelas receitas do petróleo.

Esse pacto prevaleceu na Venezuela por quarenta anos (1958/1998), período em que apenas dois partidos se revezaram no poder: Ação Democrática, AD (social-democrata), e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente, COPEI (social-cristão). Nessas quatro décadas, esses dois partidos mantiveram políticas similares em quase todos os aspectos. O aspecto negativo foi a instituição na vida política venezuelana da cultura de corrupção, desperdício, improvisação e oportunismo (Barros, 2007, p. 81).²⁴

Foi criada em 19/04/1960, durante o governo Betancourt, a Corporação Venezuelana do Petróleo (CPV), empresa estatal que tinha como objetivo realizar novos desenvolvimentos no campo dos hidrocarbonetos. Rômulo Betancourt referia à política petrolífera de seu governo nesses termos:

...la creación de la Corporación Venezolana del Petróleo constituye el instrumento más eficaz, no sólo porque permite una participación más directa del Estado Venezolano en la actividad petrolera en los campos de la producción, refinación y distribución de los productos, sino porque brindará a los técnicos venezolanos mayores oportunidades para conocer, en beneficio de toda la Nación, las peculiaridades del negocio petrolero. Hasta ahora el potencial de producción que se ha evidenciado en los pozos perforados es apenas 20.000 barriles diarios, pero la actividad que realice permitirá que su potencial actual se incremente, gracias a las asignaciones hechas por el Estado de cerca de 300.000 hectáreas de reservas nacionales (Luongo, 2005, p.501).

Betancourt extinguiu algumas concessões estrangeiras; para melhor defender os preços do petróleo, participou ativamente da criação da Organização dos Países Exportadores de

²⁴ A instabilidade política e econômica, decorrente dos esquemas de corrupção, provocaram novas eleições na Venezuela em 1998. Elas decorreram do descrédito do público com os políticos vinculados à tradição política do Pacto *Punto Fijo*. Assim, surgiu uma nova ideologia política de caráter nacionalista-progressista na figura do Tenente Coronel Hugo Chávez Frias, como será visto adiante.

Petróleo (OPEP). Em seu governo, a Venezuela procurou intensificar a industrialização, mediante investimentos estatais na siderurgia, petroquímica e indústria açucareira, como também em infra-estrutura (energia elétrica, transportes), hotelaria, etc.²⁵ Essa intensificação do processo de industrialização colocava em ação o programa de substituição de importações recomendado pela CEPAL, conforme visto na seção 2.2.2. Porém, esses grandes investimentos estatais geraram grandes saídas de divisas. Para frear a fuga de capitais, o Governo Nacional criou em 1960 um regime de controle de câmbio. Durante os primeiros meses de 1961, modificou-se novamente o regime de controle de câmbios, estabelecendo mecanismos ainda mais severos de regulação.

A partir de 1962, a balança de pagamentos começou a registrar novamente saldos positivos. Iniciou-se um processo de estabilização do câmbio no mercado livre, que se refletiu no aumento das reservas internacionais do país, pela primeira vez desde 1957. Nesse ano, as reservas internacionais haviam atingido o pico de US\$ 1,4 bilhão, mas, no ano seguinte, elas caíram para US\$ 1 bilhão, reduzindo-se sistematicamente a menos de US\$ 600 milhões nos anos seguintes, para recuperar-se em 1963, quando alcançaram quase US\$ 800 milhões (Hardy, 2003, p. 579).

A melhoria da conjuntura econômica deveu-se à expansão da produção e das exportações de petróleo. Em 1958, a Venezuela extraía 2,6 milhões de barris de petróleo por dia, que vendia ao preço de US\$ 2,5 o barril. Em 1961, a produção subiu para 2,9 milhões/dia e o preço para US\$ 2,12/barril. Como a produção petrolífera continuava aumentando, os preços do petróleo declinaram, chegando a US\$ 2,03/barril naquele ano. O aumento da produção de petróleo ocorreu, nesse período, com inversões declinantes no setor desde 1957 e 1958, quando atingiram 1,8 bilhão de bolívares, chegando a menos de 600 milhões de bolívares no triênio 1961/1963 (Hardy, 2003, p. 573).

A situação externa favorável permitiu à Venezuela crescimento relativamente alto, com inflação baixa. Entre 1959/63, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 4,3% (medido a preços de 1957 e a inflação alcançou apenas 2,2% ao ano. Essa situação contribuiu para boas perspectivas para o ano de 1964 (Luongo, 2005, p. 512). Contudo, a taxa de desemprego manteve-se em alta desde 1957, quando atingiu 7,8%, chegando a 10,8% em 1959 e a 14% em 1963 (Hardy, 2003, p. 575).

²⁵ Em 1957, os gastos de capital do Governo venezuelano ultrapassaram os gastos correntes, caindo um pouco no ano seguinte. Naquele ano, a formação bruta de capital fixo esteve perto de 7 bilhões de bolívares, o maior volume do período de 1957/1963. Até 1959, a FBKF se manteve acima de 6 bilhões de bolívares, reduzindo-se sistematicamente até o final do período. Para isso, muito contribuiu o corte dos investimentos públicos, que caíram a 1/3 dos gastos públicos correntes (Hardy, 2003, p. 576 e 577).

Em 1964, o correligionário *Raúl Leoni* iniciou o seu mandato (1964/1969). A economia venezuelana parecia ter superado a crise que havia afetado o país durante o quinquênio anterior. Em janeiro de 1964, já se havia eliminado o regime de controle de câmbio, que havia provocando a desvalorização da moeda. Mesmo com o câmbio livre, manteve-se a obrigatoriedade de venda ao Banco Central da Venezuela das divisas provenientes das exportações. A recuperação econômica pode ser vista na Tabela 11.

Tabela 11 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1964/1969
(preços constantes de 1984)

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (em bolívares)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB <i>per capita</i>
1964	279.709	32.195	13,0	9,1
1965	302.142	33.556	8,0	4,2
1966	303.943	32.594	0,6	-2,9
1967	320.257	33.147	5,4	1,7
1968	345.511	34.543	7,9	4,2
1969	356.649	34.513	3,2	-0,1

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

O PIB total cresceu 13% em 1964 e a taxas menores, mas significativas, nos anos seguintes. Isso decorreu, em parte, do crescimento da produção de petróleo, que subiu de 3,2 milhões barris diários, em 1963, para 3,6 milhões de barris diários, em 1968. Apesar da situação econômica favorável nesse período, em 1966 ocorreu o aumento do gasto público, em particular em gastos correntes, que subiram de 8 bilhões de bolívares, em 1964/65, para cerca de 11 bilhões de bolívares, em 1968. Com pequeno crescimento do PIB total, o PIB *per capita* caiu 2,9 em 1966, configurando uma crise em nível de governo. Na impossibilidade de cortar gastos, o governo decidiu aprovar uma reforma tributária, em 01/01/1967, que se traduziu na elevação das receitas fiscais de origem petrolífera (Luongo, 20005, p. 594). Assim, já em 1967, as receitas públicas superaram os 10 bilhões de bolívares (contra 8,9 bilhões no ano anterior). Em 1968, apesar de essas receitas terem sido de 10,5 bilhões de bolívares, ocorreu déficit público, no valor de 41 milhões de bolívares (Hardy, 2003, p. 586).

No final dos anos de 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) tomou uma série de medidas que acabariam afetando drasticamente os preços internacionais do petróleo: a) criação de uma comissão econômica; b) aplicação dos preços de referência, com eliminação de descontos; c) declaração de princípios de política petrolífera exclusivamente para os países membros; d) regulamento sobre a conservação dos hidrocarbonetos (Luongo, 2005, p. 595).

Uma das grandes contribuições do governo Leoni ocorreu na área de geração de energia. Sua preocupação era gerar energia elétrica para abastecimento da população venezuelana; sua grande obra nesse setor foi à conclusão da primeira fase de represa de Guri, inaugurada em novembro de 1968.²⁶ O setor industrial apresentou, durante o governo Leoni, o crescimento médio de 7,5% ao ano, destacando-se os ramos metal-mecânico, automotriz, químico e eletrônico. Foi o prosseguimento da política de substituição de importações empreendida no governo Rômulo Betancourt, contribuindo para o desenvolvimento regional venezuelano.

No setor agrícola, o crescimento médio anual foi de 5%. Esse crescimento deveu-se à aplicação de uma reforma agrária, através de programas de assentamento de colonos. No setor educacional, ênfase ocorreu na educação primária e na alfabetização, aumentando 20% o número de matrículas em relação ao quinquênio anterior. A taxa de analfabetismo reduziu-se de 22% no quinquênio anterior para 16% em 1969.

A saúde também recebeu atenção especial do governo, assim como a seguridade social. Em 1968 foram realizados investimentos expressivos na implantação de hospitais. Uma nova lei de seguro social passou a vigorar a partir de 01/01/1967, a fim de proteger os segurados e seus familiares, com relação à invalidez, incapacidade parcial, velhice e morte. O número de assegurados cobertos por lei chegou a 533 mil em 1968, beneficiando quase dois milhões de pessoas (Luongo, 2005, p. 601).

Como foi visto na Tabela 11, o PIB venezuelano cresceu a taxas relativamente altas no governo Leoni, principalmente em 1964 (13%) e em 1968 (7,9%), quando o PIB *per capita* atingiu 34.543 bolívares, contra 32.195 bolívares em 1964. O PIB *per capita* cresceu 9,1% em 1964, acompanhando o bom desempenho do PIB global, mas desaceleraram-se nos anos seguintes, para retomar a uma taxa relativamente alta em 1968 (4,2%). O grande destaque foi a pequena variação do índice geral de preços do período, que se elevou apenas 2,4% ao ano, em média (Luongo, 2005, p. 604)

O bom desempenho econômico foi provocado por uma política econômica sensata e pela conjuntura internacional favorável, que estimulava a produção e a exportação de petróleo. Em 1967, as tensões no Oriente Médio, ocasionadas pela “Guerra dos Seis Dias”, provocaram aumento da produção petrolífera. Como resultado, as reservas internacionais da Venezuela passaram de 835 milhões de dólares, em 1964, para 939 milhões de dólares em

²⁶ É em relação a essa represa que os governos de Brasil e Venezuela firmaram, em março de 1994, o Protocolo de Guzmanía; ele faz menção à compra de energia pelo Brasil e à construção da linha de interligação elétrica Guri–Boa Vista-Manaus (Rosa, 2003, p. 17).

1968. O período 1964/1968 caracterizou, portanto, pela recuperação econômica, com estabilidade econômica e social (Hardy, 2003, p. 587).

O governo de *Rafael Caldera* (1969/1974) herdou, portanto, condições favoráveis de governabilidade. Ele caracterizou-se por três fenômenos fundamentais: pacificação, equilíbrio dos poderes públicos e disciplina fiscal. A política de pacificação empreendida pelo presidente Caldera teve grande influência na atividade econômica, pois o sistema político havia alcançado maior otimismo e maturidade. Em seu governo, ele prometeu:

Como el petróleo es la frontera más importante de financiamiento de los programas de desarrollo, me esforzaré en armonizar el ritmo necesario de expansión de la industria, el aseguramiento de los mercados y la defensa de los precios con los requerimientos immanentes de la nación y los derechos de las futuras generaciones (Luongo, 2005, p. 624).

No governo de Caldera havia uma preocupação em manter o equilíbrio político entre os poderes executivo e legislativo, como também, em manter equilíbrio nas contas públicas, a fim de promover um desenvolvimento econômico, mas harmônico e contínuo. Contudo, o ano de 1969 iniciou-se com um déficit herdado do governo anterior. O presidente Leoni havia contraído dívidas superiores a 3,5 bilhões de bolívares; considerando-se as obrigações já vencidas, a dívida pública chegava a 7 bilhões de bolívares (Hardy, 2003, p. 591).

O crescimento da produção e exportação de petróleo iria permitir ao governo Caldera (1969/1974) aumentar as suas receitas. Em seu governo, a produção petrolífera alcançou os mais altos níveis desde que havia se iniciado a exploração comercial de hidrocarbonetos na Venezuela (Tabela 12). Caldera aumentou o controle e a intervenção estatal nas atividades petrolíferas. Ele promulgou a *Ley de Reversión*, de 1975, dando o primeiro passo para a nacionalização da indústria petrolífera, que somente ocorreria no mandato de Carlos André Pérez (1974/1978).²⁷

Tabela 12 - Produção e preço do petróleo da Venezuela, 1969/1973

Ano	Produção petrolífera (barris diários)	US\$/barris (valor médio da exportação)
1969	3.594.061	1,90
1970	3.708.000	1,92
1971	3.549.057	2,48
1972	3.219.909	3,02
1973	3.366.011	4,42

Fonte: Banco Central da Venezuela. Ministério de Energía y Minas. Petróleo y otros datos estadísticos, *apud* Hardy (2003, p. 594)

²⁷ Essa lei autorizou o Governo venezuelano a identificar os campos petrolíferos inativos ou não econômicos, revertendo-os automaticamente ao domínio nacional (Calderón, 2006, p. 118).

Em 1969, a produção de petróleo chegou a 3,6 milhões de barris diários, a um preço médio de US\$ 1,90 por barril, gerando rendas fiscais de 5,5 bilhões de bolívares. No ano de 1970 se registrou a mais alta taxa de produção de toda história petrolífera da Venezuela, ao chegar a 3,7 milhões de barris diários, sendo o preço igual a US\$ 1,92/barril. A produção só não foi maior por incapacidade física. O mercado estava em alta por uma situação de conflito entre a Líbia e as companhias petrolíferas. Nesse ano, a receita fiscal petrolífera montou a 5,7 bilhões de bolívares (Luongo, 2005, p. 726).

Em 1971, mesmo com uma produção de petróleo inferior a do ano anterior (3,5 contra 3,7 milhões de barris diários), as receitas petrolíferas atingiram 7,9 bilhões de bolívares. Para isso, contribuiu, além da alta do preço do petróleo (US\$ 2,48 por barril, contra US\$ 1,92 no ano anterior), a nova lei de imposto de renda, que passou a fixar unilateralmente os preços de referência por parte do executivo nacional e aumentou as taxas e os preços das companhias petrolíferas.

No ano de 1972, a produção caiu para 3,2 milhões de barris diários, mas o preço do petróleo aumentou para US\$ 3,02 por barril. Assim, a receita fiscal caiu para 7,7 bilhões de bolívares. Em 1973, a guerra de Yom Kippur fez subir os preços do petróleo para US\$ 4,42 por barril. A produção de petróleo subiu para 3,7 milhões de barris diários, determinando uma receita petrolífera recorde de 11,2 bilhões de bolívares.

Como se pode observar, os conflitos externos contribuíram para aumentar os preços do petróleo, produção petrolífera e as receitas do governo venezuelano. Primeiro foi o conflito entre o governo líbio e as companhias petrolíferas, em 1970; depois, a guerra do Yom Kippur em 1973. Além disso, o governo da Venezuela adotou medidas que também contribuíram para o aumento de suas receitas com o petróleo. Dessa forma, o governo federal pode continuar aumentando seus gastos públicos. Eles tiveram um incremento substancial, ao passar de 356,6 bilhões de bolívares, em 1969, para 407,9 bilhões de bolívares em 1973 (Tabela 13).

Tabela 13 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1969/1973
(Preços constantes de 1984)

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (em bolívares)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB <i>per capita</i>
1969	356.649	34.513	3,2	-0,1
1970	377.781	35.425	5,9	2,6
1971	380.889	34.637	0,8	-2,2
1972	381.668	33.651	0,2	-2,8
1973	407.877	34.874	6,9	3,6

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

O governo Caldera iniciou seu mandato em 1969 com o PIB total crescendo apenas 3,2%; como a população total cresceu 3,4%, o PIB *per capita* decresceu 0,1%. Em 1970, contudo, a economia cresceu 5,9% e o PIB *per capita* 2,6%. Desse ano em diante, a economia venezuelana cresceu a taxas mais lentas, com o PIB *per capita* negativo em 1971 e 1972. No ano do primeiro choque do petróleo, 1973, o PIB total e *per capita* da Venezuela voltaram a apresentar taxas positivas de crescimento de 6,9% e de 3,6%, respectivamente (Tabela 13).

Com maiores receitas petrolíferas, o governo pôde aumentar a formação bruta de capital fixo, que duplicou de 1969 a 1973. Porém, foram os investimentos privados os maiores responsáveis pelo aumento do estoque de capital, que passaram de cerca de 8 bilhões de bolívares em 1969, para 10 bilhões em 1973. No conjunto, a formação bruta de capital fixo total subiu de aproximadamente 9,5 bilhões de bolívares em 1969, para quase 14 bilhões em 1973. Com a expansão da produção petrolífera, aumentaram os investimentos e as reservas internacionais, que passaram de apenas um bilhão de dólares em 1969/1970, para quase 2,5 bilhões de dólares em 1973 (Hardy, 2003, p. 601 e 602).

O bom desempenho do período também pode ser avaliado pela baixa taxa de inflação (média anual de apenas 2,7%) e pela redução da taxa de desemprego de 7,16% em 1969, para 5,59% em 1973. Contudo, a dívida pública nacional passou de 4,6 bilhões de bolívares para 8,4 bilhões de bolívares no mesmo período (Hardy, 2003, p. 597 e 598).

Após o primeiro choque do petróleo, a economia venezuelana ficou fortemente dependente dos recursos petrolíferos, marcando os governos de Carlos Andrés Pérez (1974/1979), Luis Herrera Campins (1979/1984) e Jaime Lusinchi (1984/1989).

3.4 Balanço da evolução econômica da Venezuela entre 1920 e 1973

Até 1925, a economia venezuelana baseava-se na produção e exportação de café, cacau e gado, com pequena participação do petróleo. O aumento da produção e exportação do petróleo passou a comandar toda a economia. Desde a descoberta dos primeiros poços, a produção de petróleo cresceu de maneira exponencial, passando de 1,4 milhões de barris ao ano, em 1921, para 137 milhões de barris em 1929. A partir de então, esse produto começou a se consolidar como a principal fonte energética e base do crescimento econômico nacional. Em 1928, a Venezuela apresentava-se como o maior exportador mundial de petróleo. No entanto, com a crise dos anos de 1930, as exportações venezuelanas caíram cerca de 20% nos

primeiros anos. A recuperação ocorreu lentamente entre 1933 e 1936; mas, a partir de então, a produção cresceu de modo acelerado, atingindo o apogeu de 3,5 milhões de barris/dia em 1970 (Cano, 2000, p.503).

Entre 1917 e 1935, o governo venezuelano aprovou diferentes leis para a exploração de hidrocarbonetos; porém, foi com a Lei dos Hidrocarbonetos de 1922 que a Venezuela consolidou o desenvolvimento do setor petrolífero; com isso, o governo assegurou uma receita importante para poder executar suas políticas de modernização do país. A história política da Venezuela se caracteriza pelas lutas políticas, alternando períodos de democracia e ditadura. Em todo o período do governo Gómez (1908/1935) prevaleceu o regime ditatorial. A democracia entrou em cena somente no governo Lopéz Contreras (1936/1941), permanecendo até 1948. Nesse ano, uma junta revolucionária assumiu o poder, e a ditadura durou até 1958, no governo Pérez Jiménez. Em 1959, assumiu um governo democrático, Rômulo Betancourt, que governou até 1964. Dessa data em diante, até 1973, o fim do período aqui analisado, prevaleceu a democracia. Por essa explanação cronológica, observa-se a existência da luta pelo poder entre os diferentes grupos sociais na Venezuela, estando naturalmente a renda petrolífera no centro das disputas.

Independentemente do regime político, a intervenção do Estado na economia se fez em torno do petróleo, com a lei já referida de 1922. Com a Grande Depressão e após 1935 o governo passou a intervir mais intensamente na economia, aproveitando o aumento dos recursos fiscais advindos da exploração petrolífera para ganhar autonomia no setor privado.

Os governos de Contreras (1936/1941) e de Medina Angarita (1941/1945), com os recursos crescentes do petróleo, ampliaram a infra-estrutura básica e social; criaram instituições de política econômica e de fomento à produção; permitiram a criação de partidos políticos e iniciaram a profissionalização das Forças Armadas.

O governo de López Contreras não se caracterizou por suas realizações, mas pela pacificação política; procurou investir na área social, como saúde e higiene pública, assistência social e educação. O governo de Medina ganhou simpatia popular, o que lhe permitiu conceder anistia a líderes políticos exilados por López Contreras e devolver a legalidade aos partidos de oposição.

A intervenção do governo na economia continuou em 1948, no efêmero governo de Rômulo Gallegos, através da Lei do Imposto sobre a Renda, que estabeleceu um imposto adicional sobre a renda petrolífera, chamado de “regime de 50-50 (*fifty-fifty*)”, o que proporcionou a realização de elevados gastos públicos financiados pela renda petrolífera.

O governo de Pérez Jiménez (1952/1958) foi privilegiado pelo aumento dos preços do petróleo que aumentou, conseqüentemente, as rendas petrolíferas que contribuíram para financiar um ambicioso programa de obras públicas.

Do ponto de vista econômico, o período de 1935/1958 marcou a transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia mineral-exportadora. Os recursos econômicos do Estado aumentaram consideravelmente pelas exportações petrolíferas, que passaram de 46,6% das exportações totais, em 1925, para 86,1% em 1935. Observa-se que esse percentual permaneceu praticamente o mesmo até 1960. Após, a participação do petróleo nas exportações totais ultrapassou 90%, exceto no ano de 1973, quando caiu para 87,7 (Tabela 14).

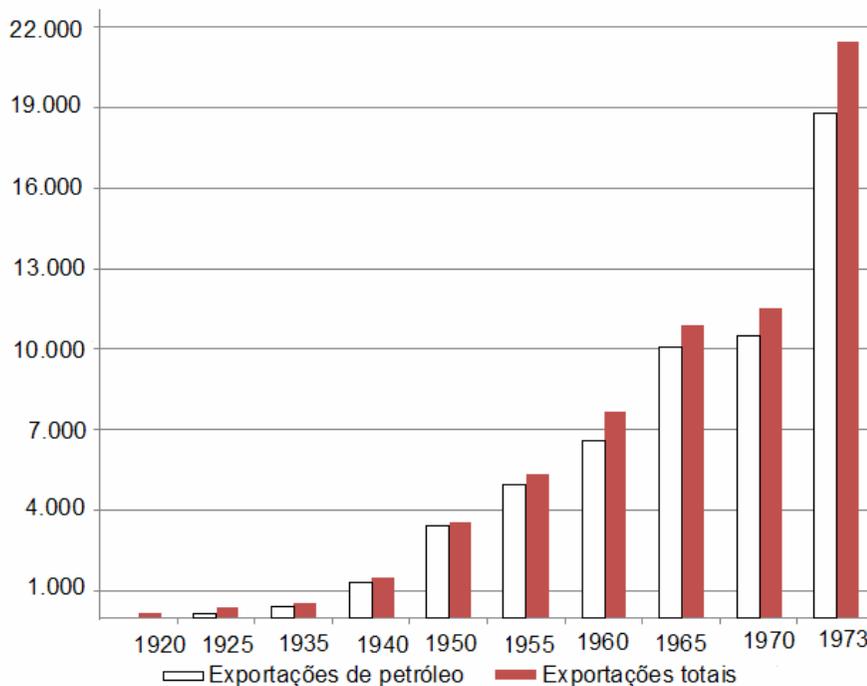
Tabela 14 - Participação das exportações de petróleo da Venezuela nas suas exportações totais, 1920/1973 (milhões de bolívares)

Ano	Taxa de crescimento anual do PIB <i>per capita</i> (%)	Exportações de petróleo	Exportações totais	Exportações de petróleo/Exportações totais
1920	18,1	3	173	1,8
1925	31,5	174	373	46,6
1935	5,9	455	529	86,1
1940	-12,1	1.316	1.501	87,7
1950	-1,8	3.474 ^a	4.039 ^a	86,0
1955	4,6	4.584 ^a	5.329 ^a	86,0
1960	-7,2	6.600	7.674	86,0
1965	4,2	10.100	10.872	92,9
1970	2,6	10.500	11.501	91,3
1973	3,6	18.800	21.437	87,7

Notas: ^a Estimado pela participação das exportações de petróleo ou das exportações totais na produção de petróleo, conforme participação de 1960 (86%);

Fonte: (a) Petróleo 1920 a 1935: Baptista (1991) apud Barros (2007, p.65); (b) 1940: Baptista (1991) *apud* Hardy (p. 542, 2003); (c) 1950 e 1955: estimado com base na fonte a seguir; (d) 1960 a 1973: Banco Central da Venezuela. Séries estadísticas de Venezuela. Tomo 1-A. Cuentas Nacionales (Serie 1950/1998); Ministério de Energia y Minas. Petróleo y otros datos estadísticos, <http://iies.faces.ula.ve/>;

A extraordinária expansão da produção e exportação de petróleo, após 1920, está retratada no Gráfico 2. Observa-se, nessa figura, o grande salto da produção e da exportação desse produto após 1965/1970, quando o valor exportado passou de 10,1 bilhões de bolívares, para 18,8 bilhões de bolívares em 1973. Entre 1970/1973, o valor das exportações totais da Venezuela praticamente duplicou, passando de 11,5 bilhões de bolívares, para 21,4 bilhões de bolívares (Tabela 14). Em nenhum dos anos anteriores houve tanto crescimento.



Fonte dos dados brutos: Banco Central da Venezuela. Séries estadísticas de Venezuela. Tomo 1-A. Cuentas Nacionales (Série 1950/1998); Ministério de Energia y Minas. Petróleo y otros datos estadísticos, *apud* Hardy (2003); <http://iies.faces.ula.ve/>.

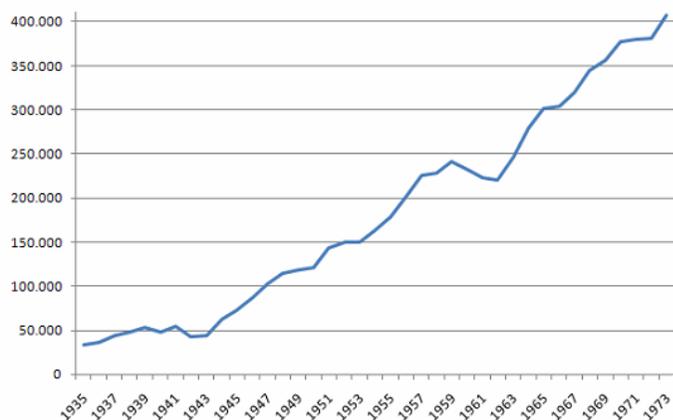
Gráfico 2 – Exportações de petróleo e exportações totais da Venezuela, 1920/1973 (em milhões de bolívares)

Como já foi referido, na década de 1950 em toda a América Latina, o desenvolvimento foi impulsionado pelo pensamento da CEPAL, que propunha a industrialização por substituição de importações, com base no dinamismo do mercado interno. Assim, entre 1950 e 1957, ocorreu o chamado “grande salto econômico”, com altas taxas de crescimento do PIB, principalmente em 1951, 1956 e 1957, e, sobretudo, com o aumento dos gastos públicos, permitidos pela elevação da renda petrolífera (Tabela 15 e Gráfico 3). Porém, a partir de 1958, o PIB caiu, desacelerando-se nos anos seguintes, contribuindo para o fim do período militar do governo Pérez Jimenez (Gráfico 3).

O governo de Rômulo Betancourt (1959/1964) interveio ativamente na atividade petrolífera na Venezuela, criando a empresa estatal CPV; internacionalmente ele também participou de ações que viria, no futuro, dar nascimento à OPEP. No primeiro ano do governo, os gastos públicos cresceram quase 20%. Eles vinham crescendo substancialmente no governo anterior, como pode ser visto pela elevação do índice de 111,9 em 1957 para 139,8 em 1958, com queda para 119,7 e redução maior ainda a partir de 1960 (Tabela 15).

O governo estabeleceu um regime de controle de câmbio para frear a fuga de capitais.

A partir de 1962, a economia começou a recuperar-se, apresentando saldo positivo na balança de pagamentos. Em 1964, o governo eliminou o controle de câmbio e formalizou a desvalorização da moeda, o que ajudou a reduzir a crise governamental. A partir de 1957, o PIB se desacelerou, o que contribuiu para a derrubada do governo ditatorial de Pérez Jimenez, com o retorno da democracia em 1959. A partir de 1960, a economia voltou a crescer, mas lentamente, com índices mais altos entre 1961 e 1964 (Tabela 15 e Gráfico 3).



Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, 2006

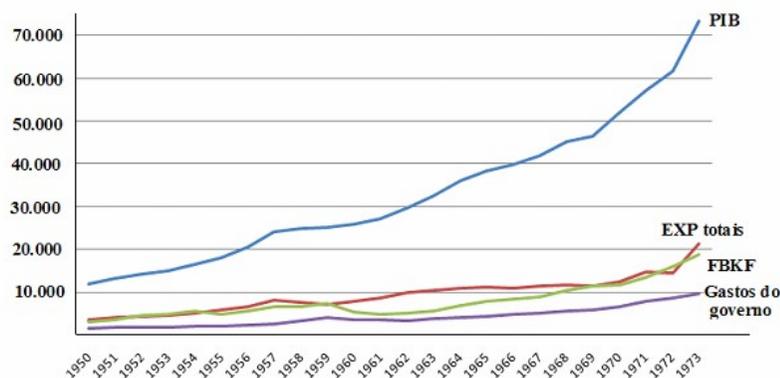
**Gráfico 3 - PIB da Venezuela a preços de mercado, 1935/1973
(Preços constantes de 1984)**

Em 1966, superada a instabilidade política, o governo de Raul Leoni (1964/1969) recuperou-se da crise fiscal, pela realização de uma reforma tributária que contribuiu para a recuperação econômica do país. Nesse ano, a produção de petróleo e as exportações totais se reduziram, implicando desaceleração do crescimento do PIB. Como os gastos públicos se mantiveram elevados, cresceu o déficit público. A recuperação veio em 1967/1968, com a retomada do crescimento da produção do petróleo e das exportações totais (Tabela 15).

O gráfico 3 mostra entre 1950 e 1973 uma boa correlação entre crescimento das exportações totais e a formação bruta de capital fixo. Com certeza, de um lado, a maior parte dos gastos com investimento ocorreu na extração de petróleo; de outro lado, as renda petrolíferas foram as principais fontes de recursos para investimentos.

O Gráfico 4 também mostra que o PIB segue a mesma tendência de crescimento das exportações totais e da formação bruta de capital fixo. Ela salienta também um crescimento menos acentuado para os gastos do governo, na maior parte dos casos limitado pelo nível das receitas públicas. De fato, na Tabela 15, observa-se que as exportações totais foi a variável

que apresentou o maior índice em 1973 (146,8), contra 119,1 para o PIB e 112,9 para os gastos do governo.



Fonte: Banco Central de Venezuela. Series estadísticas de Venezuela.
Tomo 1-a. Cuentas nacionales (Serie 1950-1998)

Gráfico 4 – Evolução do PIB, gastos do governo, exportações totais e formação bruta de capital fixo da Venezuela, 1950/1973 (milhões de bolívares de 1957)

Tabela 15 – Índice de crescimento do PIB, exportações totais, formação bruta de capital fixo e gastos do governo venezuelano, 1950/1973

Ano	PIB	Produção de petróleo	Exportações totais	Formação bruta de capital fixo	Gastos do governo
1950	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1951	110,0	113,8	115,6	114,6	108,6
1952	107,5	105,8	107,9	127,0	105,2
1953	105,9	97,8	104,4	106,7	104,9
1954	110,6	107,4	110,4	116,6	110,6
1955	109,3	113,8	113,8	88,3	105,6
1956	114,0	113,9	116,8	115,6	101,9
1957	116,9	113,1	123,4	116,7	111,9
1958	103,1	93,7	91,9	100,3	139,8
1959	101,3	106,4	92,5	112,7	119,7
1960	103,1	102,7	114,0	71,4	86,1
1961	105,3	102,6	109,8	89,3	98,5
1962	109,3	109,6	112,5	108,1	97,8
1963	109,0	101,5	107,0	107,8	116,5
1964	110,7	104,7	104,2	125,5	102,3
1965	106,4	102,9	102,3	111,2	110,7
1966	104,2	95,7	96,9	106,6	109,3
1967	105,3	104,8	106,2	106,7	106,2
1968	107,7	100,3	101,3	118,3	109,1
1969	102,5	102,1	98,9	109,7	106,2
1970	112,4	103,2	106,9	101,6	112,4
1971	109,8	95,7	118,8	115,4	117,0
1972	107,6	90,7	99,5	119,0	109,5
1973	119,1	104,5	146,8	117,5	112,9

Fonte: Banco Central da Venezuela. Séries estadísticas de Venezuela. Tomo I-a. Cuentas Nacionales (serie 1950-1998).

Entre 1920 e 1973, a Venezuela teve importantes avanços em matéria de construção de obras e prestação de serviços públicos, crescimento econômico e avanços de indicadores sociais. O crescimento do PIB não petrolífero ocorreu especialmente nos setores agrícola e industrial; isso foi possível graças às políticas protecionistas via aplicação do modelo de industrialização por substituição de importações. A implementação dessas políticas está de acordo com a teoria de Douglas North, visto na seção 2.1.2.1, segundo a qual as mudanças institucionais estão relacionadas com o processo de crescimento econômico de um país. A ação do Estado é importante também para garantir os direitos de propriedade, assegurando a livre iniciativa, corrigindo falhas de mercado e agindo no sentido da promoção da equidade, justiça e coesão social.

Até 1973, apesar dos baixos preços do petróleo, a economia venezuelana vinha crescendo rapidamente e sua renda *per capita* era uma das mais altas da América Latina.²⁸ Com os dois choques dos anos 1970, que quadruplicou os preços do petróleo, paradoxalmente, fez o país entrar nos anos 1980 com grandes dificuldades econômicas. Isso decorreu da política socialista do Governo Rafael Caldera, que empreendeu uma série de políticas econômicas adversas no sentido do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Como será visto a seguir, a Venezuela não conseguiu tirar proveito da abundância de divisas com petróleo para promover maior crescimento econômico com melhorias sociais, o que facilitou a chegada de Hugo Chávez ao poder, em fevereiro de 1999. A desaceleração do crescimento econômico após 1973 foi o resultado do agravamento dos desequilíbrios econômicos, sobretudo inflação alta, fato agravado pela queda da renda petrolífera. Isso ocorreu, sobretudo, pela redução das exportações aos EUA, seu principal mercado.

Outro importante elemento do desenvolvimento econômico da Venezuela entre 1950/1973 foi o aumento da produtividade do trabalho, impulsionado por uma população ativa com alto nível de educação formal. Esse dinamismo relacionou-se também com a urbanização acelerada e com a presença da renda petrolífera; como conseqüência, expandiram-se a indústria e os serviços pela presença de economias de escala (redução de custos e aumento da produtividade do trabalho). Pode-se concluir que até 1973 a renda petrolífera na Venezuela proporcionou estabilidade econômica e crescimento.

Villalobos (2001) conclui em seus estudos que, entre 1950 e 1973, houve aumento do

²⁸ Segundo Luís Henrique Ball, ex-ministro venezuelano, em 1973, o investimento estrangeiro na Venezuela era maior do que a soma total dos investimentos estrangeiros no conjunto da América Latina, e o PIB *per capita* desse país, nesse ano, era superior ao da Itália (Ball, 2007, p. 18).

bem-estar na Venezuela, pela expansão do salário real, que se refletiu na melhoria da qualidade de vida. Em suma, o país viveu um longo período em que se pôde observar tanto uma tendência para o crescimento, como uma tendência para melhorar os níveis de "bem-estar"²⁹ da população venezuelana. Nessa fase de crescimento acelerado, a Venezuela obteve importantes avanços em matéria de construção e de desenvolvimento humano.³⁰

Hausmann *apud* Guanipa (2002) aponta três regras que contribuíram para o crescimento acelerado da economia venezuelana entre 1950 e 1970: a) câmbio fixo; b) taxas de juros fixas e c) orçamento equilibrado.

Cano (2000) faz um balanço da economia entre 1940 e 1970: a participação do setor agropecuário no PIB caiu de 19% para 7,5%; a participação da mineração se manteve em torno de 20%; a participação da indústria de transformação subiu de 13,6% para 15% e a participação do setor terciário subiu de 43% para 54%, revelando o aumento do grau de urbanização do país. A taxa de mortalidade infantil regrediu de 92 por mil, em 1960, para 60 por mil no início da década de 1970; nesse mesmo período, o analfabetismo caiu de 37% para 23%; os domicílios com água potável subiram de 33% para 50% do total de domicílios.

Da descoberta do petróleo a 1973 a renda petrolífera exerceu impacto positivo no crescimento econômico da Venezuela; porém, como as exportações petrolíferas são vulneráveis às flutuações de preços no mercado internacional, e por constituírem a maior parte das exportações totais do país, e tendo em vista uma aplicação nem sempre criteriosa desses recursos internamente, a renda petrolífera nem sempre desempenhou um papel relevante e positivo no desenvolvimento econômico, principalmente a partir de 1973.

Como foi visto na seção 2.1.2.2, sobre a teoria do produto principal e suas críticas, a economia pode se desenvolver a partir de um produto principal. Como a teoria da base exportadora afirma, se ela for formada por um único produto torna-se uma base instável, com repercussões negativas sobre a economia de mercado interno, quando há redução de preços ou de quantidades do produto exportado. Assim, é preciso diversificar a base exportadora e desenvolver o setor de mercado interno (industrialização), através de investimentos em setores estratégicos, ao mesmo tempo em que o setor público procura melhorar indicadores

²⁹ O autor coloca o termo entre aspas, porque, seguindo Amartya Sen, conforme visto na seção 2.1.1, é preciso haver liberdade, o que não tem ocorrido em todo o período pela freqüente presença de governos ditatoriais. Intervenções diretas do Estado inibem as forças criadoras de riqueza, gerando um cidadão passivo e dependente da ação pública. Segundo ele, o desenvolvimento econômico de um país deve incorporar, de forma explícita, essa ampliação de liberdade, porque este é o mais poderoso meio de criação de riqueza (Purroy, 2001, p.214-215).

³⁰ De acordo com os estudos econométricos de Velázquez & Gutiérrez (2006).

sociais, para elevar o bem-estar do conjunto da população nacional.

Esse tema é retomado no próximo capítulo, quando se analisa a economia venezuelana a partir de 1974. Após o primeiro choque sobre os preços do petróleo, em 1973, a renda petrolífera tornou-se ainda mais importante na formação da base exportadora venezuelana e o setor de mercado interno mais sensível às medidas de política econômica. Com o segundo choque do petróleo em 1979, esse fato tornou-se ainda mais crucial, como será examinado em detalhes a seguir.

CAPÍTULO 4

EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA VENEZUELA ENTRE 1974 E 1998

Este capítulo tem como objetivo analisar a evolução econômica da Venezuela após 1974, avaliando os efeitos de sua principal base exportadora, o petróleo. Para isso, tornar-se importante analisar a atuação dos governos entre 1974 e 1988 e entre 1989 e 1998. No primeiro período, os governos foram de Carlos Andrés Pérez (1974/1979), Herrera Campins (1979/1983) e Jaime Lusinchi (1984/1988); no segundo, governaram Carlos Andrés Pérez (1989/1993) e Rafael Caldera (1994/1998).

A partir de 1973, os países membros da OPEP passaram a adotar uma série de embargos econômicos, acarretando freqüentes aumentos dos preços internacionais do petróleo. Esses embargos garantiram que o preço médio do barril do petróleo passasse de US\$ 3,71 em 1973, para US\$ 10,53 em 1974 e para US\$ 13,51 em 1988 (Baptista *apud* Franceschi, 1998).

O período de 1974/1978 foi marcado pelo ingresso maciço de divisas, em razão do aumento do preço do petróleo; esse período de grande *boom* do petróleo proporcionou à Venezuela novas condições para realizar gastos públicos e estimular a economia. Além disso, o país pôde projetar seu prestígio no cenário internacional, sobretudo na América Latina.

No período de 1979/1988, observou-se recessão econômica, apesar do segundo choque dos preços do petróleo em 1979 (com a alta dos preços ocorrendo entre 1978/1980). Contudo, o crescimento econômico foi de -0,3%, em média, no período acima. Isso decorreu da evasão de divisas em decorrência da crise mexicana, pois os recursos externos esgotaram-se rapidamente no financiamento das saídas maciças de capital por parte do setor privado.

O período de 1989/1998 foi marcado pelo modelo neoliberal, refletindo-se nos planos econômicos *El Gran Viraje*, de Carlos Andrés Pérez, e na Agenda Venezuela, de Rafael Caldera. Esses planos reduziram a intervenção do Estado na economia, através de várias privatizações, resultando inicialmente aumento de desemprego, com expansão do setor informal.

4.1 Economia venezuelana no período populista e socializante (1974 e 1988)

Antes de 1974, a renda petrolífera não chegou a gerar impactos significativos sobre a industrialização da Venezuela. As poucas indústrias existentes surgiram nos períodos em que a renda petrolífera e as políticas públicas, que incentivavam a industrialização por substituição de importações, encontravam maior espaço para serem implementadas.

Depois do auge econômico de 1974/1979, a Venezuela seguiu uma etapa crítica e austera, com anos de dificuldade na economia do país. Quando assumiu a presidência, *Luis Herrera Campíns* (1979) estabeleceu diversos programas de ajuste. O primeiro ocorreu em 1979/1982, quando implantou o controle dos déficits fiscal e externo e congelou as taxas de juros internas. Em 1980/1981 cresceu substancialmente a dívida pública interna e externa, na qual se somava a crise econômica produzida pela queda dos preços do petróleo, o que provocou desvalorização da moeda e queda do poder aquisitivo da população.

Com a queda do preço do petróleo, em 1988, cresceram os déficits da balança comercial, ao mesmo tempo reduziram as reservas internacionais. O presidente *Jaime Lusinchi* (1984/1988) se propôs reduzir as pressões inflacionárias, com corte dos gastos públicos. Essas medidas terminaram agravando a economia do país e minando a paz social.

4.1.1 O populismo de Pérez e o abandono da economia keynesiana: 1974/1979

O governo de Carlos Andrés Pérez (1974/1979) foi marcado pelo grande crescimento da renda petrolífera, o que ajudou a explicar o seu populismo. O ano de 1974 ficou marcado pela bonança petrolífera; o barril do petróleo havia passado de US\$ 3,71 no final de 1973 para US\$ 10,53 em 1974. O crescimento da arrecadação pública levou o governo de Pérez a pôr em ação um audacioso plano de desenvolvimento, que contemplava vastas inversões do Fundo de Inversões de Venezuela (FIV)³¹ em projetos de expansão para todos os setores da economia, sobretudo indústrias básicas (siderúrgica, alumínio, setor elétrico, etc). Durante o período de 1974 a 1977, os gastos do governo tiveram um crescimento médio na ordem de 26% (Hardy, 2003, p. 605).

No governo de Pérez criou-se a Lei Especial de Medidas Extraordinárias em Matéria Econômica e Financeira que permitiu ao Executivo Nacional reformar a Lei do Banco

³¹ Criado em 1974 com o objetivo fundamental de alocar as receitas excedentes que o país estava recebendo como consequência do aumento dos preços do petróleo (Hardy, 2003, p. 606/607).

Central, que tinha como objetivo estatizá-lo e modificar a composição de sua diretoria. A reforma do sistema financeiro permitiu limitar a participação do capital estrangeiro nos bancos, sociedades financeiras e companhias de seguro. Outras medidas foram: criação do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e do Fundo de Desenvolvimento Industrial; reforma da Lei do Imposto sobre a Renda;³² reforma parcial da Lei Orgânica do Crédito Público³³ e da Lei dos Trabalhadores. Esta tinha como objetivo ajudar nas decisões sobre os benefícios dos trabalhadores, como criação do salário mínimo e aumento de salários.

Entre 1974 e 1977, o gasto público estimulou a demanda agregada que contribuiu para uma fase expansiva da economia, refletindo no aumento dos salários, das vendas e da produção. O excesso de gasto público acabou se refletindo no balanço de pagamentos, pois após um superávit em conta corrente de US\$ 5,8 bilhões em 1974, passou-se a um déficit de US\$ 5,7 bilhões em 1978 (Tabela 16).

Tabela 16 - Balança de Pagamentos, 1974/1986 em milhões de dólares

Ano	Exportações FOB	Exportações Petrolíferas	Importações FOB	Balança Comercial	Balança em conta corrente
1974	11.290	10.762	3.876	7.414	5.760
1975	8.982	8.493	5.462	3.520	2.171
1976	9.324	8.802	7.337	2.005	524
1977	9.661	9.225	10.194	533	(3.179)
1978	9.174	8.705	11.234	(2.060)	(5.735)
1979	14.370	13.673	10.004	4.356	350
1980	19.275	18.301	10.887	8.398	4.728
1981	20.181	19.094	12.123	8.058	4.000
1982	16.516	15.659	13.584	2.932	(4.246)
1983	14.759	13.778	6.409	8.350	4.427
1984	15.967	14.794	7.262	8.705	5.418
1985	14.178	12.862	7.388	6.790	3.086
1986	8.686	7.218	7.700	986	(1.628)

Fonte: BCV, Anuário de Séries Estatísticas, Informe Econômico, *apud* Stella, 1988, p. 360.

O aumento dos investimentos permitiu a nacionalização da indústria petrolífera; isto se fez após a indenização das empresas concessionárias. Assim, em 1976, a Venezuela nacionalizou a indústria petroleira e criou a PDVSA pelo decreto lei de 30/08/1975, com vigência a partir de 01/01/1976, com objetivo de extrair petróleo e liderar o processo de

³² A nova Lei do imposto de renda tinha como objetivo contribuir como o desenvolvimento econômico do país, por incentivos, exonerações e isenções, além de medidas que evitavam evasão fiscal. As isenções que podiam ser concedidas são: a) indenizações recebidas pelos trabalhadores e seus beneficiários; b) indenizações por contratos de seguros; c) pensões por invalidez ou por aposentadoria; d) doações e heranças; e) contribuições da caixa econômica e cooperativa de trabalho (Luongo, 2005, p.871).

³³ Lei que autorizou o Executivo Nacional a realizar operações de crédito público nos estados, municípios e nos institutos autônomos e demais pessoas de direito público (Luongo, 2005, p.837).

crescimento econômico do país. Na época, ela constituía uma *holding* reunindo 14 subsidiárias; antes do final da década de 1970, o número dessas subsidiárias reduziu-se para três (Lagoven, Maraven e a Corpoven); isso fez parte de um processo de racionalização da estrutura corporativa.³⁴

Com a nacionalização, iniciou-se um período de aumento da oferta monetária, em função da alta do preço do petróleo, que garantiu a bonança petroleira até a década de 1980. Isso proporcionou a implementação do V Plano da Nação (1976/1980), que tinha como objetivos: a) defesa do capital humano; b) aumento do poder aquisitivo; c) melhoramento dos indicadores de saúde, educação e da seguridade social; d) otimização do uso dos serviços públicos; e) utilização e conservação das riquezas naturais não renováveis; f) utilização e conservação das riquezas naturais renováveis; g) produção interna, comércio exterior e independência econômica; h) substituição de importações de bens intermediários e de capital; i) valorização de exportações e reorientação das importações; j) integração latino-americana e a Nova Ordem Econômica Internacional; l) proteção e desenvolvimento de fronteiras; m) desconcentração industrial e n) proteção do meio ambiente (Luongo, 2005, p.819).

A Tabela 17 mostra que, entre 1974 e 1978, o PIB total da Venezuela somente cresceu a taxas elevadas em 1976 e 1977, permitindo elevação do PIB *per capita*. Apesar dos dois choques do petróleo, o país pouco se beneficiou em termos de crescimento econômico. Isso se deve, em grande parte, às políticas públicas adversas, ao populismo, acelerando o déficit público e o próprio déficit do balanço de transações correntes.

Tabela 17 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1974/1978

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (bolívares de 1984)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB <i>per capita</i>
1974	411.106	34.058	0,8	-2,3
1975	417.151	33.413	1,5	-1,9
1976	455.359	35.289	9,2	5,6
1977	481.607	36.171	5,8	2,5
1978	487.981	35.458	1,3	-2,0

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

Durante o primeiro semestre de 1977, a economia do país havia atingido um auge sem precedentes, com aumento dos investimentos nas indústrias básicas, gerando maior demanda de trabalho com aumento de salários. Essas medidas permitiram aumentar o poder de compra

³⁴ A PDVSA é, hoje, a 3ª maior empresa petrolífera do mundo, segundo o *ranking* da *Petroleum Intelligence Weekly*.

da população, com uma forte onda de consumo, estimulado pelo uso dos cartões de crédito, que facilitaram o pagamento de bens e serviços. Logo, entre 1974 a 1977, o consumo real mostrou uma taxa de crescimento média de 12%. Isso beneficiou o crescimento em um primeiro momento, mas depois haveria de reduzi-lo. Assim, no ano de 1978 a economia cresceu apenas 1,3%, com o PIB *per capita* declinando 2%.

A economia venezuelana estava cada vez mais dependente da renda petrolífera; no final de 1977, o país tenderia a pagar pelos excessos cometidos durante a bonança petrolífera, o que provocou déficits em conta corrente e elevou a dívida externa cerca de 224%, que precisava ser paga no curto prazo (Cupolo, 1996, p. 116). De acordo com estimativas da CEPAL, a dívida externa total venezuelana passou de US\$ 10,8 bilhões em 1977 para US\$ 16,4 bilhões em 1978, alcançado 40,9% do PIB (CEPAL *apud apud* Hardy, 2003, p. 613).

A política de incrementar a demanda agregada, através de políticas fiscais expansionistas, estimulou o consumo privado e público, a ponto de se tornar insustentável pelos déficits, inflação e aumento do desemprego. Foi o fim do modelo keynesiano de desenvolvimento econômico.

Andrés Pérez finalizou o seu governo depois da bonança petrolífera, deixando o país com uma dívida externa muito elevada; porém, pode-se citar como aspecto positivo de seu governo o *Programa de Becas Gran Mariscal de Ayacucho*. Foi um programa que proporcionou ao país a formação de profissionais nas melhores universidades do mundo; ele beneficiou em 1978 aproximadamente 19 mil jovens. Em suma, o populismo do governo de Pérez desvirtuou o ensinamento de Keynes, segundo o qual as medidas fiscais expansionistas devem ser aplicadas somente nos períodos de recessão; em períodos de expansão, torna-se necessária a adoção de políticas restritivas.

4.1.2 O governo Herrera Campíns e a queda da renda petrolífera: 1979/1983

Em 1979, o governo social-cristão de Luis Herrera Campíns tomou posse e logo pôs em prática o primeiro programa de ajustes baseado na austeridade fiscal e na liberação econômica. Estabeleceu como objetivos prioritários a redução do déficit fiscal e do déficit externo mediante contração do gasto público, liberação de preços e aumento dos impostos alfandegários.

No início dos anos 1980, a renda petrolífera começou a se reduzir pela internalização de fatores externos (queda do preço do petróleo e fatores políticos), o que agravou os

desequilíbrios macroeconômicos existentes. Estes foram provocados pelo plano de ajuste econômico, por transferências governamentais e subsídios para determinados grupos sociais, o que aumentou os níveis de pobreza da maioria da população nacional. Cabe lembrar que, em toda a América Latina, essa década ficou conhecida como a “década perdida”; nessa década, o crescimento médio anual do PIB venezuelano alcançou apenas 0,49%. Essas políticas provocaram, em 1982, uma queda significativa dos preços do petróleo, apesar do aumento do volume exportado (Clemente, 2004, p. 28).

Depois da bonança petrolífera do início dos anos de 1970, a Venezuela entrou em um período difícil, assim como os demais países da América Latina, devido a alguns eventos econômicos ocorridos principalmente nos Estados Unidos para reativar sua economia e manter sua estabilidade econômica: a) elevação das taxas de juros; b) queda dos preços das *commodities* dos países subdesenvolvidos, levando à deterioração dos termos de troca; c) forte redução do fluxo dos empréstimos externos e fuga de capitais; e d) supervalorização do dólar (Griffith, Stephany & Sunkel, 1990, p. 25 *apud* Severo, 2003, p. 48).

Ao iniciar o ano de 1979, as perspectivas da economia venezuelana eram muito ruins. A queda abrupta das receitas petrolíferas havia desacelerado a demanda agregada, o que contribuiu para reduzir o crescimento econômico, com deterioração do balanço de pagamento. Pela primeira vez desde 1930, quando o general Gómez pagou integralmente toda a dívida externa, o país voltava a enfrentar sério problema em relação à dívida externa.

Em março de 1979, o novo presidente Herrera Campíns mostrou-se preocupado com a situação econômica do país. Afirmou que a Venezuela era um país hipotecado pela política corrupta e extravagante do governo anterior e prometeu um ajuste econômico. O seu programa econômico incluía restrições ao gasto público e à liquidez interna, a eliminação de controles de preços sobre bens e serviços, cortes nos subsídios do Estado e mudanças das regras para investimentos estrangeiros. O grande objetivo do programa era frear o gasto público, reduzir o déficit do balanço de pagamentos e evitar a desvalorização da moeda.

A partir de 1981, o súbito aumento dos gastos do governo e dos recursos destinados ao Fundo de Investimentos passa a ter como objetivo abandonar as políticas iniciais de corte monetarista e adotar as tradicionais medidas de inspiração keynesiana, com o objetivo explícito de estimular a demanda agregada. Por outro lado, a situação do país agravou-se a partir de agosto de 1982, quando o México decretou moratória sobre os pagamentos do serviço de sua dívida externa, soando o alerta aos credores para que cortassem financiamentos aos países da América Latina. Na Venezuela, isso levou de imediato aumento ao do déficit do

balanço de pagamentos. Assim, nesse mesmo ano, o governo decidiu que divisas manipuladas pela PDVSA seriam centralizadas no Banco Central da Venezuela.

A *Sexta-Feira Negra*³⁵ de 18/02/1983 teve conseqüências na Venezuela, delimitando o fim da bonança e o início da crise petrolífera. Houve grande desvalorização da moeda nacional em função da saída de capitais em decorrência da crise internacional. Em 1982 o preço do petróleo estava mais baixo em relação ao ano anterior, e o volume das exportações caiu. O déficit dos Serviços duplicou em relação ao ano anterior, subindo para US\$ 6,5 bilhões. A crise mexicana se difundiu para os países em desenvolvimento e o medo de inadimplência exacerbou o clima de incerteza vigente no país: intensificou-se a fuga de capitais e reduziram-se os investimentos privados. Iniciou-se um período de controle de câmbio para evitar maiores desvalorizações da moeda nacional (Hardy, 2003, p. 633).

As causas desses desequilíbrios se devem aos seguintes fatores: a) clima de incerteza decorrente das políticas cambiais do governo; b) substancial aumento dos juros externos, que intensificou a fuga de capitais; c) repressão financeira (juros internos de 12% ao ano, enquanto nos EUA eles chegavam a mais de 20% ao ano); d) temor da implantação de controle de câmbio; e e) confusão dos agentes resultante de posições divergentes entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central de Venezuela (Hardy, 2003, p. 627).

De acordo com a Tabela 18, entre 1979 e 1983, a atividade produtiva apresentou um baixo dinamismo. O PIB *per capita* passou de -3,4% em 1979 para -8,6% em 1983. Essa substancial queda decorreu da crise econômica pela qual passava o país.

Tabela 18 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1979/1983

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (bolívares de 1984)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB <i>per capita</i>
1979	487.503	34.251	-0,1	-3,4
1980	465.698	31.656	-4,5	-7,6
1981	456.539	30.019	-2,0	-5,2
1982	450.119	28.723	-1,4	-4,3
1983	422.876	26.267	-6,1	-8,6

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

Ao término do governo Herrera Campíns, o país encontrava-se isolado financeiramente; encerraram-se as possibilidades de obtenção de novos créditos, inclusive para importação de insumos industriais. Cabe mencionar que o setor industrial foi o mais

³⁵ Termo utilizado para caracterizar o dia em que a grave crise econômica que o país enfrentava no início de 1983 tornou-se aguda, com intensa fuga de capitais. A idéia geral era de que a Venezuela quebraria naquele dia. A administração corrupta do governo Luis Herrera Campíns agravava ainda mais a crise pelo desperdício de recursos e aumento da incerteza e riscos.

afetado pelas políticas econômicas, o que elevou a taxa de desemprego de 5,4% em 1979 para 7,8% em 1983 (Baptista *apud* Hardy, 2003, p. 629).

4.1.3 O ajuste econômico e seus reflexos na economia: 1984/1988

Em meio a uma profunda crise econômica, Jaime Lusinchi assumiu a Presidência para o período de 1984/1988. Sua primeira preocupação foi adotar uma política de ajuste para reduzir o déficit público, mediante a contração de gastos; além disso, buscou refinar a dívida externa. Assim, entre 1982 e 1986, a Venezuela foi o único país, dentre as cinco principais economias da América Latina, a manter estável a sua dívida externa total (Tabela 19).

Tabela 19 - Evolução da dívida externa total desembolsada na América Latina, 1982/1986 (US\$ bilhões)

	1982	1983	1984	1985	1986
Argentina	43,6	45,1	46,9	48,3	50,3
Brasil	91,0	95,5	102,0	101,9	101,8
Chile	17,3	18,1	19,7	20,5	20,8
México	87,6	93,8	98,6	97,5	101,4
Venezuela	33,4	35,1	33,2	34,4	32,4

Fonte: Cifras oficiais de cada país, CEPAL, *apud* Stella, 1988, p.397.

De acordo com Rodríguez (1984, p. 381):

en teoría, la deuda externa de Venezuela en estos momentos podría ser cero, de no haber mediado la aplicación de pésimas políticas financeiras que provocaram lo que yo denomiño la exportación de la intermediación financeira nacional hacia el exterior.

A origem da dívida externa atribui-se principalmente às políticas financeiras, que levaram o setor privado a buscar no exterior recursos para seus investimentos, especificamente por empresas não petrolíferas. Essas empresas utilizaram tais recursos para financiar ativos financeiros e não financeiros, incluindo investimentos não produtivos, como condomínios em Miami, apartamentos em Manhattan e terrenos.

Em maio de 1984, um documento oficial, chamado *Adjustment Program and Medium-Term Economic Policies*, circulou entre os bancos credores da Venezuela. Segundo esse documento, o governo controlaria a expansão da liquidez, reduziria o déficit público e eliminaria gradualmente a sobrevalorização da moeda. Da mesma forma, o governo negociaria o refinanciamento da dívida externa, cuidando do nível das reservas internacionais no Banco Central da Venezuela, necessárias para saldar os compromissos da dívida.

Assim, em fevereiro de 1986, o governo assinou um acordo de renegociação da dívida externa pública; porém, ele foi modificado um ano depois devido à deterioração dos preços do petróleo. Esse acordo conseguiu aliviar o peso do serviço da dívida reestruturada, tanto por parte dos juros, como da amortização do principal. Ao realizar essa renegociação, o governo buscou reduzir o desemprego, diversificar as exportações e reduzir a dependência externa de insumos e bens finais. Ademais, essas medidas deveriam gerar recursos externos para cobrir os compromissos do endividamento e alcançar o crescimento econômico do país.

Entre 1984 e 1988, o governo do presidente Lusinchi manteve um regime de câmbio diferenciado (RECADI), que permitia manter câmbios fixos para distintos tipos de bens, e um câmbio livre para importações de bens e serviços não considerados prioritários. Mantiveram-se também taxas de juros fixas, apesar desta ser negativa em termos reais.

Em 1985, a fim de estimular a economia interna, o governo aprovou o Plano Adicional de Investimentos Públicos, que vigorou entre 1986 e 1988. Adotaram-se políticas fiscais expansivas, que deterioraram as contas públicas. Ainda em 1985 foi criada a Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE), que propôs a adoção de eleições diretas para prefeitos e governadores, e o VII Plano da Nação que tinha como estratégia a democratização política.

Essa estratégia imposta pelo VII Plano tinha como objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico e social, o que requeria ampla reforma do Estado para sair da crise econômica e financeira que passava o país. Conforme argumenta Damas (1988, p. 95):

El Estado debe transformarse para asumir la función estratégica de romper la inercia inicial, movilizar la liberación de las fuerzas productivas y lograr una sociedad más justa. Este proceso de transformación iniciará las reformas que habrán de culminar en resultados en un período que excede el Plan, y tendrá como objetivo construir un Estado moderno, eficiente, eficaz y capacitado para alcanzar las metas que se propone.

A necessidade dessas transformações era essencial para a Venezuela, que viveu uma transformação sóciopolítica. Os impactos da crise econômico-financeira estimularam a tomada de consciência acerca da necessidade e urgência de reformular o setor político, através da democracia, para aumentar a eficácia e a modernização do Estado, em uma perspectiva de fortalecimento da sociedade civil.

No ano de 1986, os preços do petróleo tiveram uma forte queda, mas o governo continuou utilizando o gasto público para expandir a economia por meio dos Planos Adicionais. Nesse ano ocorreu o refinanciamento da dívida externa, as receitas petrolíferas caíram 30,9%, reduzindo-se de 62,1 bilhões de bolívares, em 1985, para 49,93 bilhões em

1986 (Hardy, 2003, p. 646).

Neste contexto de instabilidade econômica, com dificuldade de acesso ao financiamento externo, pela necessidade de saldar o serviço da dívida e com a queda das receitas petrolíferas, as reservas internacionais caíram substancialmente e a moeda nacional desvalorizou-se.

Com a desvalorização da moeda, o governo manteve maior quantidade de bolívares por dólar, o que contribuiu para cobrir o déficit fiscal e para aumentar a oferta monetária na economia. A política monetária manteve uma orientação expansionista com os mesmos propósitos da política fiscal, ou seja, gastos públicos elevados e excesso de moeda em poder do público mantinham a economia aquecida, atuando sobre os componentes da demanda agregada. Como resultado dessas políticas, o PIB cresceu em termos reais a partir de 1984, com crescimento elevado em 1986 e 1987 acima de 6%, e PIB *per capita* quase atingindo 4% (Tabela 20).

Tabela 20 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1984/1988

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (bolívares de 1984)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB <i>per capita</i>
1984	407.291	24.647	-3,7	-6,2
1985	412.810	24.368	1,4	-1,1
1986	439.005	25.289	6,3	3,8
1987	458.990	25.802	4,6	2,0
1988	487.139	26.729	6,1	3,6

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

A situação econômica da Venezuela voltou a se deteriorar no final de 1988. O sistema de preços era artificial, o câmbio múltiplo mostrava-se ineficiente, o déficit orçamentário chegava a 9,4% do PIB, a taxa de juros real estava negativa e o desemprego industrial em contínua elevação. Com a pobreza crescente da maioria da população, a situação estava insustentável. As reservas internacionais haviam caído de US\$ 11,7 bilhões em 1986 para apenas US\$ 7 bilhões apenas em 1988 (Michelena, 2002, p. 90).

Com a substancial redução das reservas internacionais, a situação tornou-se preocupante, pois aumentou a vulnerabilidade externa da economia, ficando a Venezuela cada vez mais dependente das exportações de petróleo. Cabe ressaltar que o único recurso certo que o país tinha para enfrentar situações adversas do mercado petrolífero eram as reservas internacionais.

Em resumo, os desequilíbrios macroeconômicos desse período decorreram dos seguintes fatores: a) da extrema dependência do país às exportações petrolíferas; b) de erros

cometidos nas negociações da dívida externa; c) de erros cometidos na condução da política econômica, que levaram ao déficit fiscal, à existência de taxas de juros negativas e à fuga de capitais; d) da constante desvalorização da moeda.

No final do governo de Jaime Lusinchi, em 1988, a situação econômica da Venezuela era quase falimentar, apesar de ainda crescer 6,1%, mas com base no consumo. Os preços do petróleo estavam caindo, o endividamento externo crescendo, as reservas internacionais exaurido-se; a inflação atingia quase 100%, e a dívida externa aproximava-se de US\$ 35 bilhões. A deteriorização do salário real entre 1981 e 1992 também contribuiu para o aumento da pobreza (Mayobre, E, p. 136 *apud* Severo, 2003, p. 53).

Para simplificar, pode-se afirmar que a grande causa dessa situação difícil deveu-se à política de grandes gastos por parte do governo Jaime Lusinchi. O modelo econômico aplicado na Venezuela nesse período havia perdido toda sua vitalidade, ou seja, estava completamente esgotado.

4.2 A economia venezuelana no período neoliberal (1989 e 1998)

Carlos Andrés Pérez assumiu o poder pela segunda vez no final dos anos de 1980. Sua campanha embasou-se na rejeição dos acordos com o FMI e sua promessa era que o país voltaria aos bons tempos da bonança petrolífera. O FMI exigia o aumento do preço da gasolina, para aumentar as receitas da PDVSA; a unificação do câmbio, a liberalização comercial e o controle dos salários pelo setor público. Porém, ao assumir o novo presidente esqueceu o discurso de campanha e adotou um programa econômico de cunho neoliberal. *El Gran Viraje* incluía o fim de vários subsídios, o aumento dos tributos e das tarifas públicas, a liberalização das taxas de juros, a flexibilização do câmbio, a abertura comercial e privatizações, conforme ver-se-á na seção seguinte.

Em 1989, a Venezuela abandonou o modelo de economia fechada (substituição de importações) e iniciou um processo de abertura econômica. Manteve-se o câmbio fixo, mas com minidesvalorizações periódicas, o que evitava a apreciação real do bolívar; isso permitia sua desvalorização sustentada no tempo e favorecia o crescimento das exportações não tradicionais, procurando, assim, reduzir a dependência do petróleo.

De outra parte, a desvalorização progressiva da moeda constituía-se num mecanismo ideal para aumentar as receitas das exportações totais e, portanto, das receitas fiscais. Com isso, reduzia-se o déficit fiscal, mesmo aumentando-se os gastos públicos. Simultaneamente,

evitava-se a emissão de moeda para o financiamento do déficit público. Desse modo, a desvalorização da moeda constituía um meio para combater a inflação. Porém, essa estratégia acarretava conseqüências indesejáveis, segundo Hardy (2003, p. 671):

a) as desvalorizações constituíam um “imposto indireto”, altamente regressivo, que se traduziam em elevada transferência de recursos do setor privado para o setor público, uma vez que encareciam as importações de bens de consumo e bens de capital, tendo em vista o baixo nível de diversificação do setor de mercado interno;

b) o crescimento nominal do gasto público não gerava crescimento da produção de bens e serviços, nem nos níveis de produtividade. Assim, o financiamento do gasto público via desvalorizações cambiais se traduzia em simples expansão monetária.

A década de 1990 iniciou com negociações para reestruturação da dívida externa junto ao FMI e o Banco Mundial, resultando a adoção de políticas econômicas liberais ortodoxas.³⁶ Em novembro de 1991, a Venezuela já vivia uma situação de crise: a inflação alcançava 100%, batendo o recorde nacional do século; o PIB diminuía drasticamente, com aumento do desemprego e, conseqüentemente, da informalidade.

4.2.1 Retorno de Pérez ao Governo e o pacote econômico: 1989/1993

Carlos Andrés Pérez, ao assumir o governo no início de 1989, abandonou o discurso de campanha e, de imediato, passou a implementar um pacote de reformas que visava a abrir a economia e a reestruturar o Estado de acordo com as regras do Consenso de Washington. O novo programa de ajuste estrutural ficou conhecido como *El Gran Viraje*.³⁷

No mandato (1974/1978), na fartura do petróleo, Carlos Andrés Pérez foi o político que melhor encarnou o *mito del progreso*, uma vez que a excepcional riqueza financeira da Venezuela permitiu que colocasse em prática seus planos de desenvolvimento. Na campanha eleitoral de 1988 ele resgatou novamente “o mito do progresso”, prometendo a mesma prosperidade do período de esplendor do petróleo.

O segundo governo de Pérez foi marcado pelo fim de vários subsídios, aumento de tributos, liberalização dos juros, flexibilização do câmbio, abertura comercial e privatizações. A população ficou mais revoltada ainda com o aumento dos preços dos combustíveis, o que

³⁶ Anteriormente, durante os governos de Luis Herrera Campíns e Jaime Lusinchi, o modelo de política econômica era “heterodoxo” (Chirinos & González, 2006, p. 32).

³⁷ Este constituía na implantação de um programa de liberação econômica que incluía medidas como a desvalorização da moeda, a unificação cambial, o incremento nos preços dos combustíveis, a liberalização dos preços, dos juros e a abertura comercial (Ruiz, 1997, p. 102-103, *apud* Loss, 2007, p. 44).

provocou a revolta conhecida como *Caracazo*.³⁸

Através das privatizações, o governo Pérez procurou reduzir o déficit público e a dívida externa. Elas iniciaram a partir de 1990 com a venda de seis bancos públicos. Em 1991 foram privatizadas a *Empresa de Transporte Aéreo* (VIASA), a *Compañia Anônima Nacional Teléfonos de Venezuela* (CANTV), a *Siderúrgica Del Orinoco* (SIDOR), sete centrais açucareiras, estaleiros, empresas alimentícias e de construção, o sistema de teleféricos de Caracas, dentre outras. Foi mantida como empresa pública a Petróleos da Venezuela (PDVSA), por motivos estratégicos (Barros, 2007, p. 97).

Em 1990, o PIB total recuperou-se em relação ao ano anterior, quando o crescimento havia sido negativo (-7,5%) (Tabela 21). Em 1991, a economia cresceu mais intensamente ainda (9,8%), apesar da redução dos preços do petróleo.³⁹ Isso parece indicar que a boa gestão da economia, indicada pelas privatizações, controle de gastos, pagamento da dívida, parece ter tido impactos mais significativos sobre o crescimento do PIB do que a renda petrolífera.

Tabela 21 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1989/1992

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (bolívares de 1984)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB <i>per capita</i>
1989	450.765	24.154	-7,5	-9,6
1990	479.755	25.116	6,4	4,0
1991	526.712	26.940	9,8	7,3
1992	559.927	27.991	6,3	3,9
1993	558.202	27.293	-0,3	-2,5

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, apud Baptista, 2005, p. 78-80.

Em 1992, a economia ainda apresentou taxa relativa alta de crescimento econômico, com o PIB *per capita* crescendo 3,9%. Porém, no dia 04/02/1992, o governo de Carlos Andrés Pérez sofreu seu primeiro grande golpe. Um grupo do exército, de média patente, formado por membros do *Movimiento Bolivariano Revolucionário – 200*,⁴⁰ liderado pelo tenente-coronel Hugo Chávez, quase conseguiu derrubar Pérez. Este movimento pregava que:

³⁸ O movimento iniciou em 27/02/1989 com protestos de trabalhadores e estudantes em bairros populares; logo cresceu até tomar proporções de motins e saques, espalhando-se por Caracas e por outras cidades do país. Em cinco dias, teriam morrido mais de 400 pessoas (Coronil, 2002 apud Loss, 2007, p. 46).

³⁹ Com a Guerra do Golfo, desencadeada em 02/08/1990, o preço do barril do petróleo subiu de US\$ 20,8 o barril (cotação do dia anterior), para US\$ 30,85 no dia 23/08; nos meses seguintes, o preço por barril subiu para US\$ 40; no dia 16/01/1991 ele ainda se encontrava em US\$ 30,2, mas no dia seguinte já era cotado a US\$ 19,7. Nesse período, o preço médio do petróleo foi US\$ 30,25. Nos meses seguintes, o preço do petróleo manteve-se nas cotações habituais da época, entre US\$ 17 a US\$ 22 (http://fgvdados.fgv.br/dsp_frs_pai_ferramentas.asp).

⁴⁰ Essa denominação foi uma homenagem aos 200 anos do nascimento do libertador Simon Bolívar; também para denunciar a situação de injustiça ainda existente no continente latino-americano, quase dois séculos após a independência de seus países (Maringoni, 2004, p. 129).

Los principios bolivarianos de justicia e soberania, acusaban una elite corrupta de apropiarse de la riqueza de la nación, socavar su soberania financeira, no proteger las fronteras, ampliar la brecha entre ricos e pobres, y emplear a los militares para reprimir los protestos sociales (Coronil, 2002, p. 419-420 *apud* Loss, 2007, p. 66).

As tentativas de golpe de Estado e os resultados eleitorais demonstram até que ponto Pérez havia perdido o apoio popular e o controle sobre os militares. Havia um sentimento coletivo crescente de que a estabilidade política e o bem-estar nacional dependiam da destituição de Pérez da Presidência (Coronil, 2002, p. 420, *apud* Loss, 2007, p. 77).

Guanipa (2002) utiliza as idéias de Douglas North como foi visto na seção 2.1.2.1, para analisar aspectos que considerou fundamentais para explicar o golpe de Estado de 1992: a) o manejo das contas fiscais na Venezuela desde a queda do ditador Marcos Pérez Jiménez, ocorrida em 1958; b) o programa de industrialização por substituição de importações abandonado em 1989; c) a percepção da vinculação dos partidos políticos com o aumento da pobreza e da corrupção administrativa durante o período democrático.

Com a instabilidade política e econômica, o ano de 1992 encerrou com um déficit em conta corrente de US\$ 3,7 bilhões; isso decorreu da queda das exportações petrolíferas de US\$ 880 milhões e do aumento das importações. As reservas internacionais caíram para US\$ 12,7 bilhões, e a inflação elevou-se para 32% ao ano (Hardy, 2003, p. 686). Assim, o Banco Central da Venezuela manteve a política de juros reais positivos, uma vez unificadas as taxas de câmbio, para evitar escassez de divisas, uma grande preocupação do governo. No ano de 1993, com os sérios traumas da desestabilização política pelos quais atravessou o país, o PIB experimentou uma queda de -0,3%, voltando à recessão econômica de 1990, mas com gravidade menor (Tabela 21). Os índices de pobreza aumentaram de 13,9% em 1988, para 29,6% em 1989, conforme Buxton (2003, p. 151). Em maio de 1993, no último ano de seu mandato, Pérez foi acusado de corrupção e afastado de cargo. O senador Ramón J. Velásquez assumiu a presidência, em caráter temporário, até a posse de Rafael Caldera, eleito presidente da república no final de 1993.

4.2.2 O governo Rafael Caldera: 1994/1998

Rafael Caldera já havia governado a Venezuela entre 1969 e 1974. Sua eleição, em dezembro de 1993, marcou o fim do bipartidarismo na Venezuela existente desde 1958.⁴¹ Ele tomou posse em março de 1994 e seu primeiro ato foi conceder anistia política aos líderes das

⁴¹ Na Venezuela, prevaleciam dois grandes partidos políticos, Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI).

rebeliões militares de 1992, entre eles, Hugo Chávez. A insegurança econômica provocou evasão de capitais, gerando prejuízos para milhares de correntistas. O governo precisou intervir em 13 bancos (37% do sistema financeiro), gastando 12% do PIB. Para bloquear a queda abrupta das reservas do Banco Central e normalizar a economia, o governo desvalorizou o bolívar, fixou o câmbio e controlou os preços (Maringoni, 2004, p. 156).

Em setembro de 1994, a CORDIPLAN publicou o Programa de estabilização e recuperação econômica, que tinha três objetivos fundamentais: a) restabelecer os equilíbrios macroeconômicos; b) fortalecer o aparato produtivo interno; c) melhorar a qualidade de vida da população. No que se refere ao último objetivo, o documento formulou uma estratégia, na qual assumiu o compromisso de solidariedade social como base do programa de estabilização e recuperação econômica (Vieira, 2004, p. 140-141). Especificamente, o programa visava a: a) reduzir a inflação; b) fortalecer o setor externo da economia; c) desenvolver as atividades não petrolíferas e d) diminuir o desemprego e a pobreza (González, 1997, p. 187).

Os resultados não foram os esperados pelo plano. Entre 1995 e 1996, a taxa de inflação subiu de 54% para 70% e a taxa de desemprego passou de 10,2% para 12,4% (González, 1997, p. 200). Cerca de 70% da população viviam na pobreza e 30% eram de indigentes (Coronil, 2002, p. 425 *apud* Loss, 2007, p. 96).

A situação era, portanto, crítica, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista social. As reservas internacionais minguavam, e em abril de 1996, Rafael Caldera recorreu ao FMI, adotando um plano econômico neoliberal, denominado a *Agenda Venezuela*. Em termos gerais, o plano implicava uma:

Política econômica que pretende solucionar el problema de la inflación y crear las condiciones óptimas para que la economía nacional pueda recuperar el camino del crecimiento. Estas medidas de ajuste van acompañadas por medidas sociales implementadas de manera eficiente, para promover un desarrollo social equitativo y justo en protección del entorno familiar. La Agenda Venezuela constituye por tanto una política integral, ya que no solo tiene como objetivo la estabilización y crecimiento económico, sino que está conformada por un conjunto de Programas Sociales dirigidos a satisfacer las insolencias sociales acumuladas en los últimos años y atender los requerimientos estructurales y coyunturales que se presentaron inmediatamente después de la implementación de las medidas económicas (aumento del precio de la gasolina, alza de los precios de los principales productos de la cesta básica, incremento de la inflación) (CORDIPLAN, 1996, p. 13 *apud* Vieira, 2004, p. 143-144).

Esse plano era composto por dez objetivos: a) reduzir o déficit fiscal; b) utilizar os recursos com mais eficiência; c) estimular a poupança e o investimento; d) diminuir o consumo interno; e) incentivar o investimento estrangeiro; f) reprogramar a dívida externa; g) reduzir a oferta monetária; h) aumentar a produção; e i) elevar a taxa de crescimento do

produto (González, 2001, p. 70 *apud* Barros, 2007, p. 97). Como o programa anterior, a *Agenda Venezuela* havia destinado recursos para a área social, preocupação iniciada a partir de 1989. Assim, o governo aplicou 362 bilhões bolívares em 1996 e 193 bilhões de bolívares em 1997 (Vieira, 2004).

Buscando ampliar os recursos para investimentos, no início de 1996, o governo reformulou o setor petrolífero. A PDVSA reestruturou-se, visando atrair investimentos do exterior. A empresa adquiriu, a partir de então, 19 refinarias, localizadas nos Estados Unidos, Alemanha, Suécia, Bélgica, Reino Unido, Ilhas Virgens e Antilhas Holandesas.

Caldera continuou com o programa de privatizações de Pérez ao vender a Companhia Nacional Siderúrgica (SIDOR) e ao reformar o sistema de seguros sociais, permitindo a participação privada nos subsistemas de saúde e pensões. No ano de 1998, ele criou o Fundo Macroeconômico de Estabilização, com o objetivo de alocar parte do excedente das rendas do petróleo, quando a média dos preços tivesse ultrapassado o nível orçamentário.

No discurso, os programas sociais de seu governo tinham como prioridade: a) compensar a receita familiar dos grupos sociais mais pobres; b) amortizar o impacto inflacionário de bens essenciais, mediante estratégias de solidariedade e c) acelerar o crescimento da economia, visando à geração de emprego (González, 1997, p. 195).

A Tabela 22, no entanto, mostra que os resultados econômicos não foram favoráveis. No governo de Caldera, a taxa de crescimento do PIB foi negativa em três anos, somente alcançando resultados expressivos em 1995 e em 1997, os únicos dois anos em que o PIB *per capita* apresentou crescimento positivo. Com desemprego em alta e salários reais em queda, foi quando o governo implantou, em abril de 1996, o plano econômico emergencial *Agenda Venezuela*; porém, o quadro recessivo continuou até 1999.

Tabela 22 - Produto Interno Bruto da Venezuela a preços de mercado, 1994/1999

Ano	PIB (milhões de bolívares)	PIB <i>per capita</i> (bolívares de 1984)	Variação anual (%)	
			PIB total	PIB <i>per capita</i>
1994	545.087	26.076	-2,3	-4,5
1995	566.627	26.525	4,0	1,7
1996	565.506	25.911	-0,2	-2,3
1997	601.534	27.003	6,4	4,2
1998	602.119	26.494	0,1	-1,9
1999	565.888	24.399	-6,0	-7,9

Fonte: Baptista, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, *apud* Baptista, 2005, p. 78-80.

A situação econômica do país estava cada vez mais aguda, porque a principal fonte de riqueza da Venezuela, o petróleo, não estava conseguindo sustentar a economia e atender às

demandas da população. A quantidade de recursos vindas do petróleo era grande, mas os recursos estavam sendo mal aplicados, e a economia muito mal gerida. Arturo Uslar Pietri salientou muito bem essa situação:

A venda de hidrocarbonetos rendeu ao Estado, entre 1976 e 1995, cerca de 270 bilhões de dólares. A título de comparação, o Plano Marshall que, após a Segunda Guerra Mundial, permitiu a reconstrução da Europa Ocidental, representava uma ajuda total de treze bilhões de dólares. Um pequeno país como a Venezuela recebeu, portanto, na qualidade de rendimentos petrolíferos, uma soma global equivalente a vinte planos Marshall...Esta cifra astronômica não permitiu, todavia, dotar o país com infra-estruturas mínimas, nem reduzir as escandalosas desigualdades sociais... (Azeredo, 2003, p. 118).

Desde a descoberta dos primeiros poços de petróleo, a economia venezuelana sempre dependeu dos recursos petrolíferos. No entanto, é importante a forma como essa renda é empregada na acumulação de capital físico, capital humano e capital social. Desse modo, uma das características do crescimento econômico recente é o fato das economias com recursos naturais abundantes crescerem menos do que as economias menos dotadas a esse respeito (*mal holandês*). Esse aspecto será mais bem abordado adiante.

Diante da crise econômica de mais de uma década, do descontentamento popular e da crise política decorrente, surgiu a figura do Comandante Hugo Chávez, candidato que fugia ao estereótipo do político tradicional e que havia liderado a tentativa de golpe de 1992. Ele acabou sendo eleito Presidente da República em dezembro de 1998.

4.3 Balanço dos principais resultados econômicos e sociais do período 1974/1998

O período compreendido entre 1974 e 1988, dos governos Carlos André Pérez, Luis Herrera Campíns e Jaime Lusinchi, foi marcado por forte dependência ao setor petrolífero e pela expansão da dívida externa. No governo de Pérez (1974/1979), a economia cresceu pouco, em função das políticas públicas adversas e do populismo, que geraram déficit público, inflação e desemprego. Um ponto positivo foi a implantação, em 1978, do Programa de Bolsas de Estudos, que beneficiou 19 mil estudantes.

O governo de Herrera Campíns (1979/1983) foi marcado pela liberação dos preços e diminuição das restrições às importações. O PIB continuou se desacelerando, fato que já ocorria desde 1978. Em 1983, a crise agravou-se, sendo a indústria o setor mais afetado pelas políticas econômicas. A taxa de desemprego elevou-se de 5,4% em 1979 para 7,8% em 1983. A dívida externa em ascensão (US\$ 22 bilhões) foi renegociada entre 1985 e 1986. O setor agropecuário manteve sua participação no PIB em pouco mais de 5%. A desvalorização da

moeda contribuiu para aumentar as exportações desse setor, que triplicaram na década de 1980. O setor de mineração cresceu quase 40%, enquanto a indústria de construção, afetada pela queda dos investimentos entre 1984 e 1989, caiu 54,4% (Cano, 2000, p. 518).

O baixo desempenho da economia entre 1979 e 1998 foi explicado pelo esgotamento do modelo de substituição de importações, acrescido dos seguintes fatores: aumento da dívida externa; excessiva dependência do setor petrolífero (muito instável); aumento do grau de estatização da economia; desequilíbrio fiscal; desvalorização da moeda e crescimento da inflação. Problemas políticos também contribuíram para o mau desempenho da economia, como corrupção administrativa e má utilização das receitas petrolíferas. As conseqüências foram deficiência das infra-estruturas por falta de investimentos, aumento do desemprego e da pobreza.

Chama a atenção como um país com abundâncias de divisas provenientes das exportações petrolíferas pode ter uma dívida externa tão elevada. Inicialmente, pode-se afirmar que a elevação das taxas de juros internacionais no início dos anos de 1970 teria sido um dos principais fatores. No entanto, Rodrigues (1984) explica que a origem da dívida externa da Venezuela está na necessidade de financiar a substancial saída de capitais provocada pelo setor privado. O bolívar valorizado e a repressão financeira teriam estimulado a saída de capitais a partir de 1980. Isso provocou a exportação da intermediação financeira. Deve-se acrescentar também que, entre 1979/1982, houve grande aumento do endividamento público na Venezuela, provocado pelo populismo.

Mahon (*apud* Medeiros, 2008) explica com mais detalhes esse fenômeno: em 1973, as importações venezuelanas explodiram, com o primeiro choque do petróleo. Em 1975, o governo decidiu acelerar os investimentos públicos com empréstimos externos em momento de queda de preços do petróleo, ao mesmo tempo em que havia fuga de capitais pelos motivos explicados por Rodrigues (1984). Sempre que os preços do petróleo cresciam, estimulavam-se as importações e o aumento do endividamento público, com intensa saída de capitais. Com o colapso dos preços do petróleo e a moratória de 1982, a Venezuela entrou na chamada “crise da dívida externa”.

Durante os governos de Luis Herrera Campíns e Jaime Lusinchi os planos de ajuste econômico foram de características “heterodoxas”, sem compromisso com organismos e agências internacionais de financiamento, principalmente o FMI. O modelo neoliberal foi aplicado a partir de 1989, no segundo mandato dos governos Andrés Pérez e Rafael Caldera.

Em 1989, o modelo de substituição de importações chegou ao fim, por uma série de falhas: a) as indústrias implantadas não contribuíram com a diversificação das exportações, pois a baixa competitividade não lhes permitiu participação nos mercados externos; b) o protecionismo industrial gerou indústrias com altos custos médios e baixa produtividade; c) a ausência de integração das empresas estatais básicas com as novas indústrias não permitiu a utilização de insumos nacionais (Duarte, 2003, p. 230).

Nos anos de 1990, a Venezuela adotou dois planos econômicos de natureza neoclássica, por acordo com o FMI. Primeiramente o *El Gran Viraje* de Carlos Andrés Pérez, continuado pela *Agenda Venezuela* de Rafael Caldera. Com os planos, reduziu-se o papel do Estado na economia, privatizaram-se empresas estatais, gerando eliminação de empregos, o que, por sua vez, expandiu o setor informal.

Entre 1993/1994 os preços do petróleo reduziram-se no mercado externo, afetando negativamente as exportações e o setor de mercado interno. Como consequência da valorização cambial, desde 1989, as importações ficaram muito baratas, o que deteriorou o setor produtor de bens de consumo, principalmente as pequenas e médias empresas do setor industrial. Elas dependiam do mercado interno de consumo, assim como de créditos do setor financeiro estatal. Ademais, os setores-chave ligados ao segmento exportador não vinham gerando empregos suficientes para absorver toda a mão-de-obra disponível; como resultado, cresceu o setor informal urbano, tornada a melhor alternativa para a absorção de mão-de-obra pouco qualificada. Com isso, aumentou ainda mais a concorrência para as empresas legalmente constituídas, que foram obrigadas a demitir trabalhadores, gerando um círculo vicioso de desemprego e mais informalidade.

Segundo Schliesser & Silva (2000, p. 82), apontam os fatores que podem explicar a tendência decrescente da renda *per capita*: a) crescimento acelerado da população; e b) diminuição dos preços do barril de petróleo. Este último fator foi provocado pelo surgimento de novas fontes de energia e pelo desenvolvimento de novas técnicas de exploração petrolífera; novos poços de petróleo surgiram em todo mundo, destacando-se a exploração em águas profundas. Esses fatores explicam que um modelo de crescimento econômico impulsionado exclusivamente por um recurso natural de natureza esgotável, acaba não se sustentando no longo prazo.

Sánchez, Balna & Esqueda (2000, p. 25) argumentam que o aumento da renda petrolífera, decorrente dos dois choques do petróleo, aumentou a burocracia estatal e os subsídios, gastos que não se reduziram nos momentos desfavoráveis da atividade petrolífera.

Com isso, veio uma série de distorções na economia, assim como na sociedade em seu conjunto: baixa produtividade, pressões inflacionárias, menor competitividade do setor produtivo; redução das exportações não petrolíferas, agravamento da concentração da renda e aumento da pobreza.

Diante desse quadro de deterioração econômica e social, as eleições da Venezuela em 1998 transcorreram caracterizadas pelo descrédito da população para com os políticos vinculados à tradição neoliberal; isso acabou originando uma nova ideologia política nacional-progressista, caracterizada na figura do Tenente Coronel Hugo Chávez Frías.

CAPÍTULO 5

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA VENEZUELA NA ERA CHÁVEZ: AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DE SUA BASE EXPORTADORA

Este capítulo tem como objetivo analisar o desenvolvimento econômico da Venezuela no governo de Hugo Chávez Frías, que se iniciou em 1999. Chávez prometeu retomar o crescimento econômico, o que faria pelo aumento dos gastos públicos. Desse modo, especial atenção será dada na análise do desempenho econômico da Venezuela na década de 2000, examinando-se os principais indicadores econômicos e sociais, a política fiscal e monetária, o setor externo, os gastos públicos e outras políticas governamentais.

Chávez assumiu o país com uma situação econômica difícil, uma vez que os preços internacionais do petróleo haviam atingido seu mais baixo patamar deste o choque de 1979. Ao assumir o poder, para reativar a economia, ele propôs mudanças constitucionais e programas econômicos. O primeiro deles, o Programa Econômico para 1999/2000 buscou a estabilidade econômica. A seguir, veio o novo Programa Econômico de 2001 e as discussões sobre as 49 leis habilitantes, que constituíram o embrião do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2001/2007), que teve como objetivo diversificar as exportações e melhorar as condições de vida da população nacional.

Além da discussão dos planos econômicos, este capítulo enfatiza o centralismo político de Chávez, tendo o petróleo como a principal base exportadora. Após 2004, o governo ficou favorecido pela estabilidade econômica, decorrente do aumento dos preços internacionais do petróleo, o que permitiu implementar as políticas sociais prometidas. O estudo continua com a análise dos indicadores econômicos e sociais da era Chávez; adiante, discute-se se a *doença holandesa* se faz presente na economia venezuelana. Para finalizar, efetua-se um comparativo do período Chávez com os governos do período 1974/1998.

5.1 A economia venezuelana no período Hugo Chávez após 1999

O novo presidente venezuelano, Hugo Chávez, tomou posse em fevereiro de 1999. A principal promessa de sua plataforma eleitoral foi a nacionalização da atividade petrolífera, a maior riqueza nacional, através do controle estatal completo da PDVSA. O novo governo

herdou de Rafael Caldera a economia em uma situação muito difícil, tendo em vista que o petróleo, a maior fonte de receita do país, estava com os preços muito baixos, igual a US\$ 10,88 por barril, em 01/02/1999.⁴²

Em dezembro de 1999, o Governo Chávez criou o *Fondo de investimento para la estabilización macroeconómica* (FIEM), composto pelos excedentes das divisas petrolíferas. Esses recursos serviriam de garantia para futuras quedas de preços ou das quantidades exportadas. Eles permitiriam manter as receitas petrolíferas nas crises; a situação, que era de déficit em 1998, em torno de US\$ 3,2 bilhões, reverteu-se em 1999, alcançando um superávit de US\$ 3,7 bilhões. Contudo, esse superávit não foi suficiente para estimular os setores de mercado interno. Nesse mesmo mês, através de um referendo popular, Chávez promulgou uma nova Constituição, com forte teor nacionalista e reformista (Severo, 2004, p. 14).

A partir desse referendo, Chávez iniciou a política externa do “renascimento” da OPEP, procurando, com isso, a valorização dos preços do petróleo. Ele conseguiu nomear um aliado político para a presidência da OPEP, que implantou a chamada “linha Chávez”. Pela atuação desse cartel, os preços do petróleo passaram de US\$ 23,87 em 29/12/00, para US\$ 28,66 em 31/12/02.

Em 2001, o Governo Chávez decretou a nova Lei dos Hidrocarbonetos, que entrou em vigor em janeiro de 2002, em substituição à Lei de Hidrocarbonetos de 1943. Naquela época, o petróleo venezuelano era explorado por empresas estrangeiras. Por essa nova Lei, a PDVSA passou ao domínio exclusivo do Estado. Da mesma forma, todas as atividades da indústria petrolífera passaram a contar, obrigatoriamente, com maioria acionária do governo venezuelano. Os *royalties* subiram de 16,6% para 30%. Pela nova lei, o refino do petróleo passou a ser feito no país, implicando maiores investimentos e aumento do emprego.

Em abril de 2002 ocorreu uma tentativa de *golpe* de Estado que afastou o presidente Hugo Chávez. Esse movimento originou-se de uma conspiração da cúpula de dirigentes da PDVSA; contudo, ele durou apenas 48 horas, pois manifestações populares garantiram a volta de Chávez ao poder. Ao reassumir fortalecido, o Presidente demitiu os diretores e altos funcionários da PDVSA que participaram do golpe e assegurou a efetiva estatização da empresa.

Em dezembro do mesmo ano, Chávez enfrentou outro grande obstáculo: uma *greve*

⁴² Um ano antes, em 10/12/1998, os preços do barril de petróleo (FOB) estavam ainda mais baixos (US\$ 9,64), sendo que em 31/01/1990 ele havia sido cotado a US\$ 20,06. Contudo, Chávez teve muita sorte porque em 30/12/1999 o barril de petróleo passou a custar US\$ 25,08 (http://fgvdados.fgv.br/dsp_frs_pai_ferramentas.asp).

geral comprometendo a atividade econômica, sobretudo a indústria petrolífera, por reduzir bruscamente a produção de petróleo. Nesse ano, a economia venezuelana apresentou os piores resultados, uma vez que a greve geral estendeu-se até fevereiro de 2003. Isso levou o governo a aumentar ainda mais sua intervenção na estatal PDVSA, com demissões em massa. Foi somente em março de 2003 que a crise política foi finalmente controlada.

Como se observa, o ano de 2002 foi repleto de dificuldades para a economia venezuelana. Mesmo assim, o Presidente Chávez procurava convencer o povo de que a situação econômica era favorável. Em um discurso aos trabalhadores da PDVSA, em dezembro de 2002, ele enfatizou que o país estava entrando em uma nova etapa de crescimento, com independência política e econômica. O petróleo seria utilizado como a principal fonte de riqueza para erradicar nos anos seguintes, de maneira definitiva, a pobreza do povo venezuelano (Frías, 2003, p. 16).

A seguir examina-se com detalhes a política econômica do governo Chávez de 1999 até os dias atuais. Na primeira seção analisa-se a política econômica através de seus programas de governo. Na segunda, aborda-se o centralismo político, ou seja, o controle do aparato estatal pelo governo Chávez, tendo o petróleo o papel estratégico para o crescimento econômico. Na terceira, analisam-se os indicadores econômicos e sociais desde 1999 aos dias atuais. Em uma das seções adiante, discute-se se a *doença holandesa* está presente na economia venezuelana. Para isso, recorre-se a estudos já realizados por diversos autores. Por último, faz-se um comparativo do período de 1974/1998, quando passaram vários governos com políticas diferenciadas, com o período de Governo Hugo Chávez, ou seja, de 1999 aos dias atuais.

5.1.1 Política econômica e os programas de governo de Hugo Chávez

Ao assumir a presidência, Chávez tinha como objetivos prioritários reescrever a Constituição e integrar as forças armadas na atividade econômico-social do país através do programa *Plano Bolívar 2000*.⁴³ Procurou também reativar a agricultura, para abastecer com alimentos o mercado interno e gerar emprego no meio rural. O objetivo era reverter o declínio da atividade agrícola provocado pelo êxodo rural em função da exploração do petróleo, e reduzir a dependência da Venezuela em relação a importações de alimentos.

Assim que assumiu a presidência, Chávez tratou de convocar um referendo popular,

⁴³ Este plano constituía alocar cerca de 20 mil soldados para suprir deficiências nas áreas sociais sob a responsabilidade do Estado.

para elaborar uma nova Constituição, sobre a qual se fundaria o seu partido *Movimento V República* (MVR). Seu primeiro ato político obteve enorme aceitação popular, uma vez que a vitória do “sim” no referendo alcançou mais de 80% dos votos. Entre as inúmeras alterações da nova constituição, podem ser citadas: eliminação do Senado e criação de uma Assembléia Nacional unicameral; ampliação do mandato presidencial para 6 anos, com possibilidade de reeleição; possibilidade de expropriação da propriedade privada, para uso social; fortalecimento do controle do Executivo sobre o Banco Central da Venezuela; redução da jornada semanal de trabalho, de 48 horas para 44 horas; garantia de saúde, educação e aposentadoria para toda a população; garante ao Estado a reserva do petróleo e de outras atividades estratégicas e proíbe o governo de vender sua participação acionária na PDVSA, podendo, contudo vender suas subsidiárias (Cano, 2003, p. 208-210).

A Constituição Bolivariana determinou novas eleições para julho de 2000, quando Chávez foi novamente eleito com 60% dos votos válidos, iniciando-se formalmente a V República. A aliança que o elegeu (*Pólo Patriótico*) garantiu 96 das 165 cadeiras da Assembléia Nacional. A nova constituição foi criticada pelos opositores, em função do aumento do poder presidencial e da mudança ao nome do país. Ela mudou o paradigma de Estado da Venezuela e criou as bases institucionais para a mudança de uma economia rentista, atrasada, para uma economia produtiva, moderna. Ela fortaleceu o controle do Estado na exploração da principal riqueza do país, o petróleo, uma vez que a PDVSA não poderia mais ser privatizada.

Chávez iniciou seu governo com programas econômicos, prometendo reformas institucionais e progressistas para impulsionar o desenvolvimento econômico do país, conforme prometera na campanha eleitoral. O *Programa Económico de Transición 1999/2000* abarcou o primeiro ano de governo de fevereiro a dezembro de 1999; ele tinha como objetivo geral promover o crescimento econômico sustentado e diversificado; reduzir a inflação para proteger o poder aquisitivo da população e aumentar o nível de emprego formal. Os objetivos específicos foram: a) reduzir o déficit público e as taxas de juros; b) manter o sistema de bandas para controlar o câmbio; c) mudar o perfil dos pagamentos da dívida externa; d) estimular iniciativas do setor produtivo, abrindo espaço para o investimento privado; e) diversificar as exportações não-petroleiras; f) recuperar o emprego através de investimentos públicos na construção civil; g) executar políticas de estímulo, promoção e apoio à pequena e média empresa (MPD, 2008).

O programa governamental concedia ao Estado a função de promover o

desenvolvimento econômico, através de políticas sociais de caráter integral (missões sociais, espécies de cooperativas de trabalho). O objetivo das missões é o de ampliar a capacidade produtiva da população, a fim de superar a pobreza. A conciliação do crescimento com redução da pobreza é financiada pela renda do petróleo e com recursos públicos, fazendo com que aumente a dívida interna. A política econômica de Chávez, antiliberal e contrária à abertura da economia ao exterior, vem desagradando os EUA. Em 1999, a Venezuela exportou US\$ 21,1 bilhões, sendo 47,8% destinados aos EUA. A Venezuela, principal fornecedor de petróleo dos EUA, recebe deste país a maior parte dos investimentos estrangeiros (Vizentini, 2003, p. 73).

No primeiro ano do governo Chávez houve recessão econômica, pela incerteza política, alimentada pelas preocupações com a reforma constitucional; houve fuga de capitais e queda dos preços do petróleo no mercado internacional. As dificuldades políticas e econômicas do primeiro ano de governo contribuíram para fortalecer a popularidade de Chávez junto ao povo venezuelano. Além dessas dificuldades, houve uma grande inundação um dia depois do referendo popular que aprovou a Constituinte, em dezembro de 1999. A tempestade deixou cerca de 150 mil desabrigados, 20 mil feridos e cerca de 250 mortos (*El Universal apud* Maringoni, 2004, p. 70).

No final de 1999, o governo adotou uma política fiscal ainda mais expansiva, em detrimento do pagamento da dívida externa; sua estratégia foi adiar o pagamento da dívida para o futuro, a fim de liberar recursos para o atendimento das necessidades sociais. Assim, o governo ratificou apenas nove dos 14 programas sociais da *Agenda Venezuela*, por considerar os demais com pouco alcance assistencial. Em função disso, criou o Fundo Único Social para substituir os planos assistencialistas da *Agenda Venezuela* do governo anterior.

Em relação à política monetária, em vez de simples emissão de moeda, aplicou-se uma política restritiva, incorporando papéis públicos ao mercado, juntamente com Títulos de Estabilização Monetária. Esses papéis também têm servido como mecanismo de controle de liquidez e equilíbrio monetário.

Em relação à política cambial, foram aplicados sistemas de bandas com paridade central ajustada à inflação para garantir a estabilidade do tipo de câmbio e como estratégia de defesa das reservas internacionais, política aplicada desde o governo anterior.

O ano de 2000 foi melhor para o governo Chávez, pela recuperação dos preços do petróleo no mercado internacional. Isso permitiu mais folga na execução do orçamento anual. Em fevereiro de 2000, Chávez enviou ao Congresso o projeto das Leis Habilitantes, que daria

ao governo poderes para governar por decreto em questões administrativas, monetárias, fiscais e setoriais, sem passar pelo parlamento. Essas leis foram promulgadas em novembro de 2001 pelo executivo nacional.

Essa lei permitiu ao governo Chávez decretar um pacote com 49 leis, que incluía leis muito polêmicas, como a Lei de Hidrocarbonetos, que tinha como objetivo controlar a riqueza do país, a Lei de Terras, que facilitou uma reforma agrária, a Lei de Pescas, que destinou as melhores regiões de pesca para os pequenos pescadores.

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001/2007 teve como referência os princípios da Constituição Bolivariana. O plano procurava diversificar as exportações, para a economia não depender exclusivamente das exportações petrolíferas, e melhorar as condições de vida da população. No discurso oficial, a idéia básica era orientar as políticas públicas segundo as necessidades sociais de melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. O plano constituiu um avanço em termos de política social, uma vez que colocou como centro do debate o problema da equidade e do reconhecimento e aplicação dos direitos dos indivíduos (Chirinos & González, 2006, p. 47).

Outro grande feito do governo Chávez em relação à política social foi a criação das “missões sociais” em 2003. Seu objetivo foi atender aos problemas da exclusão social, basicamente os relacionados com a saúde, emprego e educação. Especificamente, seus objetivos são: a) fornecer uma ocupação produtiva ao povo; b) articular o processo educativo ao processo produtivo; c) orientar os recursos às atividades econômicas com maior capacidade geradora de emprego e potencial de desenvolvimento territorial; d) gerar emprego às pessoas excluídas do mercado formal trabalho; e) acentuar a economia social ⁴⁴ (Barros, 2007, p. 143).

Os recursos para manter o funcionamento dessas missões vêm diretamente da PDVSA, que em maio de 2004 criou o Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (FONDESPA). A empresa transformou-se em um instrumento financeiro dos programas sociais de Chávez. O que preocupa nessa política social é a falta de investimentos na exploração e produção da principal fonte de renda do país, assim como no país como um todo.⁴⁵

⁴⁴ O termo tem sido empregado para designar políticas públicas em áreas como educação, saúde e moradia popular. Segundo Guélin (1998, p.13), economia social envolve organismos produtores de bens e serviços com a participação de trabalhadores desvinculados do poder oriundo do capital e da obtenção de lucros (*apud* Lechat, 2002, p. 125).

⁴⁵ Ricardo Hausmann, falando da *doença holandesa*, disse “que é uma ilusão acreditar que o dinheiro do petróleo poderá ser utilizado em projetos sociais, como o investimento em educação. Esses recursos devem ser poupados,

Não restam dúvidas que o motor da popularidade de Chávez são as suas 17 “missões”. A seguir, citam-se as principais missões criadas pelo governo: a) *Misión Robinson, Misión Ribas e Misión Sucre*: alfabetização de mais de um milhão de venezuelanos e permitido o acesso ao ensino primário, secundário e superior; b) *Misión Barrio Adentro e Misión Milagro*: acesso integral à saúde, com distribuição gratuita de medicamentos; intervenções cirúrgicas de cataratas para pacientes venezuelanos em hospitais cubanos; c) *Misión Deporte*: prática esportiva nos bairros periféricos do país; d) *Misión Mercal*: abastecimento alimentar de comunidades carentes; e) *Misión Zamora*: reforma agrária integral, com terras “improdutivas” desapropriadas; f) *Missão Vuelvan Caras*: geração de empregos; g) *Misión Vivienda e Identidad*: moradia e cidadania a estrangeiros com muitos anos de residência no país.

Na versão oficial, todas as missões foram criadas para combater a pobreza e promover a substituição de um modelo econômico capitalista para um novo modelo de desenvolvimento, endógeno, sustentável e solidário. Essas missões funcionam como cooperativas; elas lutam pelo interesse mútuo e o bem-estar da população. A idéia é promover a substituição do modelo social competitivo e individualista para um novo modelo solidário e coletivista.

O sucesso dessas políticas requer uma completa articulação interinstitucional, envolvendo setores sociais e instituições diversas. A idéia do governo é a que as missões constituam o “socialismo do Século XXI”. Chávez assumiu em seu discurso o pensamento do Libertador Simon Bolívar da defesa da independência nacional, da soberania e da unidade da América Latina.

No contexto do Plano de Desenvolvimento da Nação 2001/2007, o governo criou em 2005 o Ministério de Indústria Básica e Mineração (MIBAM). De acordo com o ministro do MIBAM Víctor Álvarez Rodríguez:

El MIBAM nace para poner todo el potencial que nuestro país posee, el hierro, el aluminio, la madera, el oro y otros minerales metálicos y no metálicos al servicio de un sector transformador nacional. Es decir, el MIBAM nace para impulsar el desarrollo endógeno. (<http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?file=article&name=News&sid=925>, acessado em 20/05/2008).

Cumprindo os seus objetivos, em janeiro de 2006, o MIBAM criou a *Compañia*

ao preço de trazer instabilidade para a economia”.Adiante, afirma que toda a receita das exportações do recurso natural abundante (no caso o petróleo) deverá ficar no exterior em um fundo soberano, para não valorizar a moeda nacional. Isso é o que faz a Noruega e o que deixam de fazer a Venezuela, Irã, Equador e Nigéria, que possuem moedas extremamente voláteis e recebem poucos investimentos produtivos. Conclui ele que “a riqueza do petróleo produz dólares, mas não desenvolvimento instantâneo” (Entrevista à revista *Veja*, edição 2075, ano 41, n. 34, 27/08/2008, páginas amarelas).

Nacional de Industria Básica, responsável por onze subsidiárias, denominadas “empresas de produção social (EPS)”, vinculadas a setores como mineração, tubos sem costura para passagem de petróleo, papel e celulose, entre outras. Essas empresas não têm fins lucrativos; elas são financiadas pelo governo e sua diretoria é indicada pelo executivo nacional.

Hugo Chávez, ao criar as EPS, tinha como meta abandonar o modelo rentista, improdutivo e importador, sustentado pela renda petrolífera, e construir um novo modelo produtivo, dito solidário, fundamentado no desenvolvimento econômico endógeno. Nesse contexto, as EPS têm como objetivo reativar, transformar e consolidar esse modelo.

5.1.2 Centralismo político, produção petrolífera e crescimento econômico

O início do governo Chávez foi bastante difícil, pela herança deixada por Rafael Caldera: quadro econômico instável, com o petróleo valendo apenas US\$ 9,00 por barril, o que impedia a implementação de programas de investimentos. Porém, em seguida, os preços do petróleo aumentaram, e o novo governo decidiu criar um fundo composto pelos excedentes dos ingressos petroleiros, denominado *Fondo de Inversión para la Estabilización Macroeconómica* (FIEM). Além disso, esses recursos serviriam de garantia para uma futura queda dos preços ou exportações petrolíferas. Em 2000, a política econômica expansionista elevou a taxa de crescimento do PIB, conforme vê-se adiante, na análise dos indicadores econômicos.

Em janeiro de 2002, entrou em vigor a nova Lei de Hidrocarbonetos. Essa lei tinha cinco objetivos: a) recuperar o papel central do governo na questão petrolífera, através do Ministério de Energia e Minas; b) aumentar as receitas fiscais, em franca decadência desde os anos de 1970; c) fortalecer a OPEP, com a firme adesão da Venezuela; d) romper com as tendências favoráveis à privatização da PDVSA; e) estimular a participação de empresários petrolíferos nacionais (Severo, 2003, p. 82-83).

A Lei de Hidrocarbonetos marcou o início das divergências entre as forças nacionalistas e as facções ligadas ao cartel petrolífero. Uma das medidas adotadas para reduzir a autonomia da PDVSA em relação ao poder público foi separar a contabilidade da empresa, para mostrar que as atividades internas geravam muitos excedentes, enquanto as atividades externas causavam enormes prejuízos; dessa maneira, deixava-se claro a existência de apropriação dos recursos petrolíferos pela cúpula dos dirigentes da PDVSA. Chávez anunciou em 2002 a desapropriação de latifúndios, a estatização dos direitos de pesca e o

aumento da cobrança sobre permissões de exploração de petróleo.

A partir dessas ações, o governo começou a ser acusado pela mídia, pelo sindicato patronal FEDECAMARAS e por diretores da PDVSA de dividir o país, de atentar contra a propriedade privada e de querer implementar um regime autoritário na Venezuela. Em protesto, a FEDECAMARAS chamou uma greve geral de dois dias em abril daquele ano, que terminou em confrontos violentos. O descontentamento culminou com um golpe de Estado de 11/04/2002: um grupo de oficiais anunciou a renúncia de Chávez e nomeou o presidente da FEDECAMARAS, Pedro Carmona, para o posto. Em resposta, milhares de partidários de Chávez tomaram o centro de Caracas e exigiram sua volta. Eles foram apoiados pelos comandantes militares, que se recusaram a aceitar a tomada de poder pelo sindicato patronal. Sob pressão, Carmona abandonou o palácio, e Chávez retomou o poder em 14 de abril. De imediato, ele deslocou todos os oficiais golpistas para a reserva e demitiu cerca de 18 mil funcionários e diretores da PDVSA que participaram do golpe.

No dia 02/12/2002, funcionários da PDVSA iniciaram o *paro nacional*, uma greve patronal nacional que durou dois meses e provocou uma grande crise econômica, tanto que a produção de petróleo chegou próximo de zero e a moeda se desvalorizou. A resposta do governo foi o controle de preços e o abandono do regime de bandas cambiais, utilizado desde 1996, com a adoção do câmbio flutuante. Assim surgiu a *Comisión de Administración de Divisas* (Cadivi), organismo encarregado de executar a política cambial do governo.

O golpe de 11 de abril de 2002 pôs em evidência o desequilíbrio das instituições (tese enfocada por North, como foi visto na seção 2.1.2.1), pela radicalização ideológica. Esta radicalização pode levar a uma situação de empobrecimento e de violência difícil de reverter, além de elevar os custos de transações e prejudicar o desempenho econômico do país.

O primeiro governo Chávez (1999/2003) pode ser dividido em duas fases: a primeira foi a das reformas eleitorais e políticas, em meio à crise econômica; a segunda, iniciada em 2001, foi a da promulgação de leis dos hidrocarbonetos, das terras e da pesca, que atingiu os interesses das oligarquias, gerando conflitos entre classes e a crise institucional.

O petróleo sempre foi o principal instrumento da política exterior da Venezuela e o governo Chávez, de imediato, nacionalizou sua exploração, beneficiamento e comercialização, através do controle estatal da empresa PDVSA. No seio da OPEP, ele renovou os acordos de cooperação energética e petrolífera e outros convênios. Essa política teve repercussões tanto no plano externo como no doméstico. O governo Chávez tratou de promover a influência e prestígio político venezuelano dentro da OPEP, além de estimular a

coesão entre os filiados. Com esse objetivo, a Venezuela promoveu em Caracas, entre 26/07 e 29/07/2000, o segundo encontro dos membros da OPEP, para fortalecer o controle do preço do barril do petróleo no mercado mundial.

Essa política contribuiu para elevar as receitas petrolíferas em 2000 para cerca de US\$ 27 bilhões, um aumento de US\$ 11,2 bilhões com relação ao ano anterior (González, 2003, p. 75). Esses substanciais aumentos das receitas das exportações de petróleo permitiram a Chávez financiar seus gastos sociais e todo o programa político de seu governo.

Entre 2000 e 2003, a Venezuela firmou acordos petrolíferos com o México, Nigéria, Argélia, China, Rússia e Cuba. O governo Chávez tem sido muito criticado por vender a Cuba 53 mil barris diários de petróleo, os preços abaixo dos de mercado, com transporte gratuito:

La República Bolivariana de Venezuela se compromete a proveer a la República de Cuba a solicitud de ésta y como parte de este Convenio integral de Cooperación, bienes y servicios que comprenden asistencia y asesorías técnicas provenientes de entes públicos y privados, así como El suministro de crudos y derivados de petróleo, hasta por um total de cincuenta y três mil (53.000) barriles diários (González, 2003, p. 78).

Em outubro de 2005, a Venezuela solicitou sua inclusão como membro pleno do Mercosul. Em julho de 2006, foi assinado o protocolo de Adesão, que em fevereiro de 2007 encontrava-se aprovado pelos Congressos dos quatro países membros e da própria Venezuela.

Sete fatores foram determinantes para o crescimento econômico acelerado da Venezuela a partir de 2004: a) modificação da lei de hidrocarbonetos e aumento dos *royalties* cobrados das transnacionais petroleiras pelo governo; b) adoção do “controle de câmbio” no início de 2003, que provocou o aumento das reservas internacionais; c) nova lei do Banco Central e a criação do *Fondo Nacional de Desarrollo* (FONDEN); d) novo enfoque do órgão máximo de arrecadação de tributos, o SENIAT, que aumentou em 60% a arrecadação de impostos; e) ampliação do plano de investimentos públicos na plataforma de indústrias básicas e conseqüente efeito multiplicador e acelerador dos investimentos privados no setor transformador de insumos básicos em produtos de maior valor agregado; f) aporte de US\$ 5 bilhões em 2005 nas missões sociais, como mecanismos de emergência para pagar a imensa dívida social acumulada, diminuir o desemprego e combater a inflação; e g) o trabalho do Ministério da Agricultura e Terras (MAT) para resgatar e ativar produtivamente um milhão e meio de hectares de latifúndios improdutivos, incorporando milhares de trabalhadores ao processo produtivo (Severo, 2003 *apud* Barros, 2006, p. 229).

Os recursos do FONDEN foram utilizados para o financiamento de planos estratégicos de desenvolvimento em setores estratégicos como: indústrias básicas, petróleo, gás, infra-

estrutura, transportes, habitação. Serviram também para a criação de empresas e desenvolvimento de projetos, como a siderurgia venezuelana para produção de aços especiais, uma fábrica de tubos petroleiros sem costura, três novas refinarias de petróleo, fábricas de cimento, de concentração de mineral de ferro, de laminação de alumínio, de papel, e muitos outros. Através do FONDEN, as receitas petroleiras têm servido para dar início a um novo modelo de industrialização.

Em dezembro de 2006, Chávez foi reeleito para um terceiro mandato, com novo recorde de comparecimento às urnas (11,5 milhões de eleitores) e 62,9% dos votos válidos. Em janeiro de 2007, o governo anunciou a nacionalização de duas empresas de serviços públicos: a Eletricidade de Caracas S.A e a Companhia Anônima Nacional de Telefonia de Venezuela (CANTV). Em maio de 2007, a PDVSA assumiu o controle da exploração de petróleo na faixa petrolífera de Orinoco.⁴⁶

Em outubro de 2007, a Assembléia Nacional aprovou o encaminhamento de uma proposta de reforma constitucional, que deveria ser aprovada em plebiscito pela população. A votação popular da proposta ocorreu em 02/12/2007, sendo rejeitada pela população venezuelana. As reformas propostas eram: a) abolição da autonomia do Banco Central; b) extensão da previdência social para os trabalhadores da economia informal; c) proibição de grandes latifúndios; d) redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36; e) permissão do voto aos 16 anos; f) aumento do mandato presidencial de 6 anos para 7 anos; g) permissão ao presidente para declarar de forma ilimitada o estado de emergência; h) reeleição de forma indefinida do Presidente da República.⁴⁷

No discurso de Chávez, o atual governo vem trabalhando para a construção de um *socialismo a la venezuelana*; tratando de aumentar o papel do Estado na economia, para incrementar a produção nacional; combater as especulações e garantir a maior variedade possível de produtos básicos nacionais ou importados nas prateleiras. O que se observa é que o governo Chávez, a sua maneira, tem procurado desenvolver a indústria e a agricultura; transformar o modo rentista de produção em um novo modelo de desenvolvimento endógeno capaz de garantir o desenvolvimento econômico do país.⁴⁸

⁴⁶ Em uma de suas mais emblemáticas atitudes no poder, o Presidente Chávez decidiu, em maio de 2007, não renovar os direitos de transmissão da RCTV, a emissora de televisão mais popular do país.

⁴⁷ (http://en.wikipedia.org/wiki/Venezuelan_constitutional_referendum,_2007). Acessado em 28/08/2008.

⁴⁸ A teoria do crescimento endógeno mostra a importância do “capital humano” e da inovação tecnológica nas empresas privadas como fontes de crescimento econômico (Luzardo, 2001, p. 22).

5.2 Indicadores econômicos e sociais da Venezuela após 1999⁴⁹

Pelas dificuldades de obtenção dos dados necessários, esta seção concentra-se na análise do período Hugo Chávez, ou seja, de 1999 aos dias atuais. Isso, certamente, dificultará comparações com os períodos anteriores, em termos de níveis de desenvolvimento. Contudo, como desenvolvimento econômico é também um processo de mudança social e política, as comparações poderão ser feitas ao longo de todos os períodos aqui apresentados.⁵⁰

5.2.1 Indicadores econômicos da Venezuela após 1999

O ano de 1998 caracterizou-se pela maior recessão econômica da indústria petrolífera nos últimos 40 anos, quando o preço do barril de petróleo atingiu US\$ 10,53 (Tabela 23); a razão principal foi a desaceleração econômica em nível mundial, decorrente da crise financeira de alguns países asiáticos, sobretudo a Coreia do Sul. Essa conjuntura recessiva refletiu-se no governo Chávez, ao assumir o poder em 1999, quando o PIB caiu 6,0%. Em 2000, a política econômica expansionista permitiu a elevação das taxas de crescimento do PIB para 3,7%. Porém, a instabilidade política vigente em dezembro de 2001, seguida pelas greves de abril de 2002, quando Chávez sofreu um golpe militar de 48 horas,⁵¹ derrubaram novamente o PIB venezuelano para 8,9% em 2002.

Além das greves, a fuga de capitais também contribuiu para a recessão que se estendeu a 2003, com o PIB se reduzindo 7,8%. Com a paralisação da produção, caíram as exportações petrolíferas, principal fonte de renda do país. A recuperação econômica começou somente no segundo semestre de 2003, com a retomada das exportações. O crescimento do PIB chegou a 18,3% em 2004 e a mais de 10% nos dois anos seguintes (Tabela 23).

A expansão do PIB em 2004 resultou da recuperação do preço do petróleo, em alta desde 1999, mas com maior expansão em 2003/2004, que se estendeu até o fim do período. Por conseguinte, o superávit da balança comercial tem aumentado significativamente a partir de 2002. Desse modo, o montante das reservas internacionais cresceu rapidamente nos últimos anos, de US\$ 14,8 bilhões em 1998, para US\$ 37,4 bilhões em 2006 (Tabela 23).

⁴⁹ Os indicadores econômicos e sociais utilizados nesta seção foram determinados, em parte, pela disponibilidade dos dados, coletados nos sites oficiais da República Bolivariana da Venezuela.

⁵⁰ Segundo Rostow, desenvolvimento econômico “é um processo deliberado de mudança social, que tem como finalidade a igualação das oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional, como em relação a outras sociedades que possuem padrões de bem-estar material mais elevados” (*apud*, Lluch, 1979, p. 25).

⁵¹ Em dezembro de 2002, promovida pela FEDECAMARAS, ocorreu a greve dos funcionários da PDVSA, que se estendeu a todos os demais trabalhadores da Venezuela (“*el paro nacional*”), durando até fevereiro de 2003.

Tabela 23 - PIB_{pm}, balança comercial e reservas internacionais da Venezuela, 1998/2006

Ano	PIB total ^a	Varição anual do PIB (%)	Exportações ^b	Importações ^b	Balança comercial ^b	Preço do petróleo ^c	Reservas internacionais ^b
1998	42.066	0,3	17,7	16,8	1,0	10,53	14,8
1999	39.555	-6,0	21,0	14,5	6,5	25,08	15,4
2000	41.013	3,7	34,7	21,3	13,4	23,87	20,5
2001	42.405	3,4	26,3	18,7	7,6	19,90	18,5
2002	38.650	-8,9	26,7	13,6	13,0	28,66	14,9
2003	35.653	-7,8	28,1	14,0	14,1	30,17	21,4
2004	42.172	18,3	40,8	21,5	19,3	40,46	24,2
2005	46.524	10,3	56,8	28,9	27,9	58,98	30,4
2006	51.338	10,3	66,7	37,9	28,7	62,45	37,4

Fonte: Banco Central de Venezuela; CEPAL, Anuário estatístico de América Latina e Caribe, 2007

Obs.: ^a bilhões de bolívares de 1997; ^b bilhões de US\$; ^c US\$/barril Brent

Em 1998, as exportações não petrolíferas totalizavam 6,1% do PIB, caindo para 5,3% em 2005 e 3,7% em 2006 (Tabela 24). O aumento da participação das exportações de petróleo no total das exportações deve-se à valorização do preço do barril de petróleo, bem como à incapacidade da economia venezuelana e diversificar suas exportações não tradicionais. No que tange à estrutura das importações, observa-se que as importações petrolíferas continuam em torno de 1,5%. Os saldos comerciais foram altamente significativos a partir de 2003. Somente no ano de 1998, com a desvalorização substancial do preço do petróleo, a Venezuela apresentou saldo em conta corrente negativo e igual a -4,9% do PIB (Tabela 24).

Tabela 24 - Saldo em conta corrente da Venezuela como percentual do PIB, 1998/2006

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Saldo comercial	1,0	6,6	14,3	6,1	14,8	20,2	20,2	22,1	18,0
Exportações (FOB)	19,5	21,5	28,7	21,8	29,6	32,9	35,3	38,9	35,9
- Petrolíferas	13,4	17,2	23,9	17,8	23,8	26,6	29,3	33,6	32,2
- Não petrolíferas	6,1	4,3	4,8	4,0	5,8	6,3	6,1	5,3	3,7
Importações (FOB)	-18,4	-14,9	-14,4	-15,7	-14,8	-12,7	-15,2	-16,8	-17,9
- Petrolíferas	-1,6	-1,5	-1,5	-1,5	-1,4	-1,6	-1,6	-1,7	-1,5
- Não petrolíferas	-16,8	-13,4	-13,0	-14,2	-13,3	-11,0	-13,6	-15,1	-16,4
Saldo dos Serviços	-2,9	-2,9	-2,8	-2,7	-3,2	-3,2	-3,0	-2,8	-2,4
Saldo em conta corrente	-4,9	2,2	10,2	1,6	8,4	14,2	13,8	17,8	14,9

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV); Ministério do Poder Popular para as Finanças (MF), República Bolivariana de Venezuela *apud* Weisbrot & Sandoval, 2008, p. 26

Ainda, em relação ao comércio exterior, é necessário identificar quais são os destinos das exportações venezuelanas e os seus principais produtos, assim como as origens das importações e seus principais produtos. O maior percentual das exportações venezuelanas destina-se aos EUA (7,5%), seguido da Colômbia (2,6%) e México (1,1%). Os principais produtos exportados em 2004 foram: petróleo (83,8% do valor exportado), alumínio (2,8%), ferro e aço (2,6%), minérios (2,4%) e produtos químicos (1%). Em relação às importações, as

principais origens, em 2004, foram: EUA (30,8% do total das importações), Colômbia (10,6%), Brasil (8,4%), México (4,7%), Espanha (3,7%) e Japão (3,6%). Os principais produtos importados pela Venezuela, em 2004, foram: veículos e autopeças (9,7% do total das importações), máquinas e equipamentos (5%), telecomunicações (4,2%), aparelhos elétricos (3,5%), produtos farmacêuticos (3,4%), embarcações (3,2%) e ferro e aço (2,4%).⁵²

Como se pode observar na Tabela 25, a Venezuela tem aproveitado a valorização atual do petróleo e o conseqüente aumento das exportações para reduzir a dívida externa. A dívida total aumentou significativamente durante a crise de 2002/2003, alcançado o pico de 47,7% do PIB em 2003. Em 2006, ela se reduziu para 24,3% do PIB, com grande destaque para a redução da dívida externa. Como tem ocorrido em outros países da América Latina, entre eles, o Brasil, isso se explica tanto pela maior abundância de divisas como por um desejo dos governos de reduzir a dependência financeira ao capitalismo internacional.

Tabela 25 - Dívida Externa da Venezuela como percentual do PIB, 1998/2006

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Externa	25,6	23,2	18,6	18,4	24,9	29,9	24,5	21,8	15,0
Interna	5,1	6,5	9,1	12,4	15,0	17,9	14,0	11,1	9,3
Total	30,7	29,6	27,7	30,7	39,9	47,8	38,5	32,9	24,3

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV); Ministério do Poder Popular para as Finanças (MF), República Bolivariana de Venezuela *apud* Weisbrot & Sandoval, 2008, p. 26

A despeito do aumento das receitas petrolíferas, os investimentos públicos em relação ao PIB têm caído substancialmente na Venezuela desde 1998 (12,2% do PIB para 8,1% do PIB em 2005). Essa perda de participação também ocorreu em relação ao investimento privado, uma vez que as empresas do setor privado também dependem, pelo menos indiretamente, do desempenho do setor exportador (Tabela 26). A abundância de divisas, facilitando as importações, pode estar inibindo os investimentos nas empresas que produzem para o abastecimento do setor de mercado interno. Contudo, é preciso enfatizar que taxa de investimento de 24,7% do PIB em 2006 (ou mesmo 22,6% em 2005) é bastante significativo, visto que, no Brasil, os investimentos em relação ao PIB tem se mantido entre 18 a 19% desde 2003.⁵³

⁵² Venezuela: análise editorial. www.Analisecomercioexterior.com.br.

⁵³ Estimativa otimista do BNDES projeta uma taxa de 21% para a FBKF para o Brasil em 2009 (Acessado em 01/09/2008: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/09/13/materia.2007-09-13.7386953909/view>).

Tabela 26 – Formação bruta de capital da Venezuela como percentual do PIB, 1998/2006

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Público	12,2	8,0	6,1	6,5	9,3	8,3	9,1	8,1	-
Privado	18,5	18,5	18,0	21,0	11,9	6,9	12,7	14,9	-
Total	30,7	26,5	24,2	27,5	21,2	15,2	21,8	22,6	24,7

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV); Ministério do Poder Popular para as Finanças (MF), República Bolivariana de Venezuela *apud* Weisbrot & Sandoval, 2008, p. 26

Em suma, salvo três anos de crescimento negativo nas crises de 1999, 2002 e 2003, pode-se afirmar que, à primeira vista, a Venezuela tem obtido crescimento econômico acelerado nos últimos anos, com alta taxa de formação bruta de capital, o que deverá repercutir na melhoria dos indicadores sociais. Deverá também contribuir para isso a política social do governo Chávez, deliberadamente feita em benefício da população mais pobre.

5.2.2 Indicadores sociais da Venezuela

Um dos objetivos específicos desta tese é verificar se o crescimento econômico da Venezuela tem gerado desenvolvimento, ou seja, se tem melhorado seus indicadores sociais, como os relativos à pobreza, desemprego, mortalidade, expectativa de vida, educação, saúde. Desse modo, a discussão acerca do desenvolvimento econômico envolve a análise de indicadores sociais. Um dos mais importantes indicadores sociais do desenvolvimento é a magnitude da população pobre e miserável. Nesse sentido, é importante a mensuração do nível de pobreza e a quantificação das diversas carências básicas da população de um país.

A excessiva preocupação de políticas econômicas, voltada ao crescimento do PIB e da renda nacional, tem desviado a atenção do objetivo final do desenvolvimento, que é o de assegurar o bem-estar da sociedade (Oliveira, 2001, p. 13).

Na Venezuela de Hugo Chávez, os números demonstram a progressiva conversão do crescimento econômico em desenvolvimento social. Conforme os dados do Instituto Nacional de Estatística da Venezuela (INE), os gastos sociais totais cresceram substancialmente, passando de 8,2% do PIB, em 1998, para 13,6% do PIB em 2006 (Tabela 27). Entre esses gastos, em 2006, a maior participação no gasto total são os gastos com educação (5,1%) e os gastos com Seguridade social (3,6%). Foram esses itens do gasto social que mais cresceram entre 1998 e 2006.

Tabela 27 - Gasto social do governo da Venezuela como percentual do PIB, 1998/2006

Item do gasto público	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Gasto público total	23,7	24,5	29,6	31,6	29,4	31,0	28,4	28,5	31,0
Gasto social total	8,2	9,4	11,0	12,1	11,2	12,1	11,8	11,6	13,6
- Educação	3,4	4,1	4,5	4,8	4,8	4,6	4,8	4,1	5,1
- Saúde	1,4	1,5	1,4	1,5	1,7	1,5	1,6	1,6	1,8
- Moradia	1,0	0,8	1,7	1,0	0,8	1,1	0,6	1,3	1,6
- Seguridade Social	1,4	2,0	2,2	3,4	2,8	3,4	3,1	3,0	3,6
- Desenvolvimento e participação social	0,8	0,9	0,8	0,9	0,8	1,1	1,2	0,9	1,0
- Cultura e comunicação social	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3
- Ciência e tecnologia	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,3	0,3	0,2
Gasto social (% do Gasto público)	34,7	38,5	37,3	38,4	38,2	39,0	41,4	40,6	44,0

Fonte: CEPAL, Anuário estatístico de América Latina e Caribe, 2007

Observa-se nessa tabela que, enquanto os gastos públicos totais passaram de 23,7% para 31%, os gastos sociais praticamente dobraram no período, ao atingirem 13,6% em 2006. Os programas sociais com maior visibilidade são as missões, como a Robinson, de alfabetização, e a Barrio Adentro, que fixa médicos - geralmente cubanos - em comunidades carentes. De acordo com Weisbrot & Sandoval (2008), os gastos com saúde merecem atenção, pois em 1998 havia apenas 1.628 médicos para toda a população venezuelana (23,4 milhões de pessoas). Em 2006, o número de médicos subiu para 19.571, enquanto a população subiu para cerca de 27 milhões de pessoas.

Em relação à educação, o substancial aumento de gastos ocorreu exclusivamente em escolas públicas, cujo número passou de 3.629, em 1999, para 20.873 em 2005. Houve substancial aumento do número de alunos matriculados na rede pública, atestado pela taxa de matrícula, que subiu de 60,1% em 1998, para 72,2 em 2007 (Tabela 30, adiante). No mesmo sentido, o governo tem também ampliando o acesso da população carente a alimentos a preços subsidiados.

Em função dessa política, os índices de pobreza têm se reduzido substancialmente no governo Chávez. Ao assumir o governo em 1999, cerca de ¼ da população total vivia como indigente. Nos dois anos seguintes, esse percentual caiu para menos de 20%, para chegar a 12,9% em 2006 e a 9,4% em 2007 (Tabela 28).

Tabela 28 - Índices de pobreza da Venezuela, 1997/2007 (%)^a

Ano	Domicílios em situação ^b		Pessoas em situação ^b	
	Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza	Extrema pobreza
1997	55,6	25,5	60,9	29,5
1998	49,0	21,0	55,4	24,7
1999	42,8	16,6	50,0	19,9
2000	41,6	16,7	48,3	19,5
2001	39,1	14,2	45,5	17,4
2002	41,5	16,6	48,1	20,1
2003	54,0	25,1	61,0	30,2
2004	53,1	23,5	60,2	28,1
2005	42,4	17,0	48,8	20,3
2006	33,9	10,6	39,7	12,9
2007	27,5	7,6	33,1	9,4

Fonte: Instituto Nacional de Estadística. República Bolivariana de Venezuela *apud* Weisbrot & Sandoval, 2008, p. 15

Obs.: ^a Período de referência: 1º semestre de cada ano; ^b Percentual do total declarado.

Em 2002/2003 o índice de pobreza aumentou, em função da crise social e econômica, atingindo 30,2% em 2003. A partir de então, pela retomada das políticas sociais do governo, esses índices voltaram a cair. A grande redução da pobreza na Venezuela, a partir de então, pode ser explicada pela implementação das missões sociais depois de 2003, a maior parte delas com o apoio de Cuba.

Apesar da grande redução da pobreza extrema, a população pobre ainda perfaz 1/3 da população total, em 2007 (60,9% em 1997). A Tabela 29 complementa a tabela anterior, incluindo os valores absolutos. Do total de 26,7 milhões de habitantes em 2007, a Venezuela possuía 17,7 milhões de pessoas consideradas não-pobres, constituindo considerável mercado consumidor. Cerca de 9 milhões de pessoas são consideradas pobres, número que era de 11,3 milhões em 1999. Houve redução de 2,3 milhões de pessoas pobres. Observa-se que, desse total, apenas 193 mil pessoas eram não-indigentes e que a redução mais expressiva ocorreu em relação à extrema pobreza. Em 1999, havia 4.662.195 pessoas indigentes na Venezuela, número que caiu para 2.559.833 em 2007, uma redução de 2.102.362 pessoas, ou seja, menos 45%. Constata-se que os programas sociais do Governo Chávez privilegiaram as pessoas extremamente necessitadas.

Tabela 29 - Evolução da condição de pobreza da população venezuelana, 1998/2007 (2º semestre)

Ano	População total	População Não-pobre	População pobre (PP)			NP/PT	PP/PT	PNI/PT	PI/PT
			Total PP	Não-indigente (PNI)	Indigentes				
1998	22.246.156	11.033.883	11.212.273	6.687.881	4.524.392	49,6	50,4	30,1	20,3
1999	23.141.333	11.872.752	11.268.581	6.606.386	4.662.195	51,3	48,7	28,5	20,1
2000	23.638.896	12.684.301	10.954.595	6.695.836	4.258.759	53,7	46,3	28,3	18,0
2001	24.086.022	13.155.017	10.931.005	6.849.864	4.081.141	54,6	45,4	28,4	16,9
2002	24.144.558	10.779.195	13.365.363	7.322.375	6.042.988	44,6	55,4	30,3	25,0
2003	24.110.558	9.140.395	14.970.361	7.797.008	7.173.353	37,9	62,1	32,3	29,8
2004	24.569.780	11.318.952	13.250.828	7.710.928	5.539.900	46,1	53,9	31,4	22,5
2005	25.369.501	14.279.212	11.090.289	6.567.832	4.522.457	56,3	43,7	25,9	17,8
2006	25.985.605	16.551.960	9.433.645	6.555.637	2.878.008	63,7	36,3	25,2	11,1
2007	26.676.983	17.704.193	8.972.790	6.412.957	2.559.833	66,4	33,6	24,0	9,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), República Bolivariana de Venezuela.

A política social pró-pobre de Chávez repercutiu na substancial melhoria do índice de desenvolvimento humano (IDH), que subiu de 0,75 em 1999, para 0,88 em 2007. Após 2005, a Venezuela passou a ser enquadrada entre os países de alto desenvolvimento humano. Esse índice já havia atingido 0,82 em 1980, reduzindo-se para 0,69 até 1998.

A Tabela 30 mostra também melhorias nos indicadores de renda *per capita*, expectativa de vida, taxa de alfabetização e taxa de matrícula escolar. Os problemas apontados anteriormente foram responsáveis pela queda da renda *per capita* de mais de US\$ 5 mil (dólares PPC) na década de 1980, para US\$ 2.647 em 1998. Nesse período, a expectativa de vida manteve-se estagnada em 72 anos (dados relativamente elevados para países subdesenvolvidos). O mesmo se pode dizer acerca da taxa de alfabetização (90%). A taxa de matrícula somente conheceu crescimento mais acelerado após 2001. Após a implantação das Missões Sociais, todos os indicadores de desenvolvimento da Tabela 30 cresceram significativamente. O IDH subiu de 0,76 em 2003, para 0,88 em 2006.

Tabela 30 - Evolução de indicadores sociais da Venezuela, 1950/2007

Ano	Renda <i>per capita</i> (US\$ PPC)	Expectativa de vida	Taxa de alfabetização	Taxa de matrícula	IDH
1950	2.520	55,19	50,96	27,59	0,46
1960	3.896	58,06	63,30	45,26	0,61
1970	4.074	63,85	75,92	49,87	0,69
1980	5.349	67,70	84,73	58,23	0,82
1990	5.192	71,20	90,90	58,23	0,82
1995	4.157	72,38	90,90	57,94	0,78
1998	2.647	72,8	90,90	60,12	0,69
1999	3.471	72,94	90,90	63,38	0,75
2000	3.457	73,34	90,90	64,12	0,75
2001	3.735	73,53	93,60	67,25	0,78
2002	3.544	73,72	93,60	69,06	0,77
2003	3.494	72,78	93,60	67,47	0,76
2004	3.905	72,98	93,60	69,09	0,79
2005	4.425	73,19	93,60	70,81	0,83
2006	5.192	73,38	93,60	71,19	0,88
2007	5.223	73,58	93,60	72,24	0,88

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), República Bolivariana de Venezuela.

Os indicadores de mercado de trabalho da Tabela 31 pioraram no período das greves de 2002/2003. A taxa de desemprego subiu de 11,3% em 1998 para 15,3% no ano seguinte, à posse do novo governo. Ela se reduziu nos dois anos seguintes, subindo em 2002 para 15,5% e para 19,2% em 2003. Após o fim das greves referidas, a economia retomou o crescimento, reduzindo a taxa de desemprego gradativamente, para chegar a 10,6% em 2006 e a 9,3% em 2007.

Assim, o pessoal ocupado foi mantido estagnado entre 1998 e 2000 no nível de 8,6 milhões de pessoas, tendo subido gradativamente após 2001 (exceto em 2003, com pequena queda), para atingir mais de 11 milhões em 2007. Entre 1998/2003, enquanto o setor privado empregou mais 950 mil pessoas, o setor público demitiu 32 mil pessoas; isso ocorreu no primeiro ano do governo Chávez, e em 2002/2003, em razão das greves. Entre 2003/2007, o pessoal ocupado aumentou em 555 mil no setor público (+40,5%) e em um milhão no setor privado (+12,3%). A participação do setor público na população economicamente ativa (PEA) subiu de 14,5% em 1998, para 15,8% em 2007 (11,6% em 2003); a participação do setor privado na PEA manteve-se em torno de 75%, com queda para 69,1% em 2003, depois recuperando gradativamente a participação perdida (Tabela 31).

Tabela 31 - Indicadores do mercado de trabalho da Venezuela, 1998/2007^a

Variáveis	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População economicamente ativa	9.699	10.259	10.164	10.576	11.369	11.794	12.036	11.937	12.057	12.212
Pessoal ocupado	8.605	8.691	8.683	9.124	9.612	9.525	10.036	10.344	10.783	11.080
- Setor público	1.403	1.348	1.353	1.378	1.365	1.371	1.492	1.634	1.805	1.926
- Setor privado	7.203	7.343	7.330	7.745	8.247	8.153	8.544	8.711	8.978	9.154
Pessoal ocupado/PEA (%)	88,7	84,7	85,4	86,3	84,5	80,8	83,4	86,7	89,4	90,7
Setor formal	4.404	4.254	4.111	4.492	4.753	4.529	4.923	5.387	5.853	6.174
Setor informal	4.147	4.435	4.566	4.630	4.856	4.988	5.109	4.924	4.930	4.803
Setor formal/PEA (%)	45,4	41,5	40,4	42,5	41,8	38,4	40,9	45,1	48,5	50,6
Setor informal/PEA (%)	42,8	43,2	44,9	43,8	42,7	42,3	42,4	41,3	40,9	39,3
Setor público/PEA (%)	14,5	13,1	13,3	13,0	12,0	11,6	12,4	13,7	15,0	15,8
Setor privado/PEA (%)	74,3	71,6	72,1	73,2	72,5	69,1	71,0	73,0	74,5	75,0
Taxa de desemprego	11,3	15,3	14,6	13,7	15,5	19,2	16,6	13,3	10,6	9,3

Fonte: Instituto Nacional de Estadística, República Bolivariana de Venezuela *apud* Weisbrot & Sandoval, 2008, p. 16;

Obs.: ^a Milhões de pessoas, correspondentes ao primeiro semestre de cada ano e percentual para as relações.

Havendo a crise econômica, o setor informal tende a aumentar em relação ao setor formal da economia. Isso ocorreu na Venezuela entre 1998 e 2000 e em 2003, quando houve queda de empregos formais. Inversamente, observa-se o crescimento contínuo do setor informal, que passou de 4,1 milhões de pessoas ocupadas em 1998, para 4,8 milhões em 2007 (+656 mil pessoas). O emprego no setor formal subiu de 4,4 milhões para 6,2 milhões, no mesmo período (+ 1.770 mil pessoas). Observa-se, portanto, ao longo de todo o período, um importante indicador de desenvolvimento da economia venezuelana.

Tabela 32 – Taxa de natalidade e de mortalidade da Venezuela, Brasil e América Latina por quinquênios, 1995/2020 (%)

Ano	Taxa de natalidade			Taxa de mortalidade		
	Venezuela	Brasil	A.Latina	Venezuela	Brasil	A.Latina
1995/2000	2,45	2,16	2,33	0,50	0,65	0,62
2000/2005	2,29	2,07	2,16	0,51	0,64	0,61
2005/2010	2,15	1,92	2,00	0,52	0,64	0,60
2010/2015	1,99	1,75	1,84	0,53	0,65	0,61
2015/2020	1,83	1,61	1,70	0,55	0,67	0,62

Fonte: CEPAL, Anuário estatístico de América Latina e Caribe, 2007

As melhorias dos indicadores sociais da Venezuela só não são mais rápidas porque esse país ainda mantém um crescimento demográfico acima da média da América Latina (Tabela 32). Projeções feitas pela CEPAL indicam que, entre 2005/2010, a população da Venezuela crescerá anualmente a uma média de 1,63% ao ano, contra 1,28% para o Brasil.

Isso decorre da maior taxa de natalidade (2,15%, sendo 1,92% no Brasil), visto que a taxa de mortalidade é uma das mais baixas da América Latina.

A Tabela 33 mostra que a população mais pobre obteve maior participação na renda desde 1998, em detrimento das classes de mais alta renda. Isso ocorreu até os 80% mais pobres, contra os 20% mais ricos. Em 1999, os 20% mais ricos detinham 51,9% da renda total, percentual que se reduziu para 47,7% em 2007. Os 20% mais pobres e os 20% menos pobres subiram, respectivamente, de 4,4% e 9,1% para 5,1% e 10,4%.

Tabela 33 – Distribuição de renda entre as classes sociais e coeficiente de Gini da Venezuela
1998/2007 (%)

Anos	20% mais pobres	20% menos pobres	Quintil intermediário	20% menos ricos	20% mais ricos	Coeficiente de Gini
1998	4,1	8,5	13,0	21,1	53,4	0,4865
1999	4,4	9,1	13,2	21,4	51,9	0,4693
2000	4,0	8,6	13,5	21,6	52,3	0,4772
2001	4,5	9,9	13,1	23,0	49,6	0,4573
2002	4,4	7,9	12,6	20,9	54,1	0,4938
2003	4,0	8,8	13,0	21,4	52,8	0,4811
2004	3,5	7,6	12,9	21,2	54,8	0,4559
2005	4,6	8,4	15,9	18,8	52,4	0,4748
2006	4,7	9,4	14,5	22,1	49,4	0,4422
2007	5,1	10,4	14,2	22,6	47,7	0,4237

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), República Bolivariana de Venezuela.

O coeficiente de Gini reduziu-se no período, principalmente após 2005. Porém, aumentou a desigualdade em períodos de crise econômica, como no início do Governo Chávez e em 2002/2003. Certamente, os efeitos das políticas sociais estão se fazendo sentir mais amplamente nos últimos anos, pela consolidação das mesmas junto à população.

5.3 Indicativos de *doença holandesa* na Venezuela

Como foi visto ao longo deste trabalho, a atividade petrolífera exerce uma grande influência sobre toda a economia venezuelana. As divisas provenientes das exportações petrolíferas alimentam as importações e os gastos públicos. De um lado, importações em massa tendem a inibir as atividades de mercado interno, de outro, os gastos do governo estimulam tanto as importações, como as atividades industriais e comerciais internas, bem como os serviços. Até que ponto o excesso de divisas do petróleo inibe o crescimento das indústrias de mercado interno, via valorização cambial é uma questão ainda não respondida.

As divisas do petróleo permitem manter crescentes os gastos públicos, tanto na demanda de bens e serviços, como no pagamento de salários para o funcionalismo e no atendimento da população de um modo geral, ou seja, na área social. O que se pode dizer é que a atividade petrolífera exerce uma grande influência sobre os indicadores macroeconômicos da Venezuela.

A grande dependência das economias em relação às divisas geradas por um grande recurso natural, como o petróleo, pode gerar o que se convencionou denominar de *doença holandesa*. Entre as causas de uma possível *doença holandesa* existente na economia venezuelana, os autores destacam: a) a valorização cambial, ao baratear as importações, tem afetado negativamente o setor de mercado interno, sobretudo a indústria; b) o grande volume de renda petrolífera causa uma falsa idéia de riqueza e rendas que são dissipadas por atividades de *rent-seeking*;⁵⁴ e c) aumento do preço do petróleo no mercado internacional, principal produto de exportação, inibe ainda mais a atividade produtiva de mercado interno (Shliesser & Silva, 2000).

Existem estudos que revelaram a presença de *doença holandesa* na Venezuela, em determinados períodos, e outros afirmam que não existe. Corden & Neary (1982) *apud* Barros (2007) identificaram *doença holandesa* na Venezuela entre 1973 a 1982. Segundo eles, o impacto do petróleo sobre a economia passou a ser negativo pela valorização da moeda. O barateamento das importações teria deslocado a demanda das atividades de mercado interno por importações de bens de consumo, prejudicando a industrialização interna. O estudo de Bourguignon (1988) *apud* Ahmed (2008), para o mesmo período, também confirma a presença de *doença holandesa* na Venezuela. A renda petrolífera teria sido desastrosa, como observa:

A imagem global que emerge é aquela de um fracasso dramático da política econômica em condições excepcionalmente favoráveis. Nada parece ter sido retirado dos ganhos consideráveis obtidos em termos de PNB não petroleiro durante o período 1973/1982. O consumo foi o único ganhador, e mesmo conquista é provavelmente temporária (Bourguignon, 1988, p. 322, *apud* Ahmed, 2008, p. 165).

Nesse período, o Bolívar sobrevalorizou-se, e as importações cresceram, entretendo a industrialização e o desenvolvimento do setor de mercado interno.

El problema central de dicha economía radicaría en la sobreinversión de la renta petrolera, lo cual en algún momento induciría el desequilibrio entre la oferta potencial y la demanda efectiva de bienes.... Sin embargo, una vez que el mercado haya establecido los límites a la inversión adicional de la renta petrolera, es de esperarse que el sector manufacturero sea perjudicado por la sobrevaluación de la moneda doméstica (López, 2001, p. 78).

⁵⁴ Para maiores detalhes acerca do tema *rent-seeking*, ver Souza, 2005, cap. 10.

A sobrevalorização da moeda desse período constituiu um obstáculo às exportações não petrolíferas, impedindo, portanto, crescimento mais harmônico do conjunto da economia.

Fora desse período, não teria havido influência de *doença holandesa*. Em períodos mais longos, isso não foi constatado. Estudo realizado por Souza, Souza & Alvim (2008), abrangendo o período de 1950 e 1998, envolvendo variáveis determinantes do crescimento econômico venezuelano, não comprovou a presença de *doença holandesa*. As variáveis explicativas relevantes do crescimento econômico foram as taxas de crescimento das exportações, dos gastos do governo e da formação bruta do capital fixo. A taxa de crescimento das exportações mostrou-se altamente correlacionada com a taxa de crescimento do PIB no período. A análise indicou que o aumento de 1% das exportações aumenta o PIB em 0,39%. Esse impacto seria superior ao exercido pelos gastos públicos e pela formação bruta de capital fixo, que elevariam o PIB, respectivamente, em 0,29% e 0,22%, o que é significativo. Portanto, a renda petrolífera pode continuar estimulando ainda mais desenvolvimento econômico, através de programas específicos nas áreas de infra-estrutura, estímulo direto à atividade produtiva e à área social.

Entre 2004 e 2006, no governo Hugo Chávez, os preços do petróleo subiram de US\$ 19,3 para US\$ 28,7. A economia industrial venezuelana apresentou aspectos positivos, pois o governo passou a controlar a saída de capitais e adotou taxa de câmbio flutuante. Com isso, o aumento da renda petrolífera não exerceu influência negativa sobre a economia; isso pode ser constatado porque a Venezuela apresentou taxas de crescimentos positivas após 2000, exceto em 2002 e 2003 em razão da greve geral. Nesse período, portanto, o país não sofreu da *doença holandesa* e a renda petrolífera influenciou positivamente a economia.

No longo prazo, no entanto, se os recursos petrolíferos não forem usados para a implantação e a consolidação da indústria nacional, o país poderá vir a sofrer do mal holandês. É preciso investir em infra-estruturas, em novas indústrias e na educação geral e profissionalizante, a fim de diversificar a economia ao longo do tempo. Esse aspecto continua importante para a Venezuela, país em que mais de 80% das exportações são compostas por petróleo e seus derivados, setor que constitui a maior parte da economia desse país.

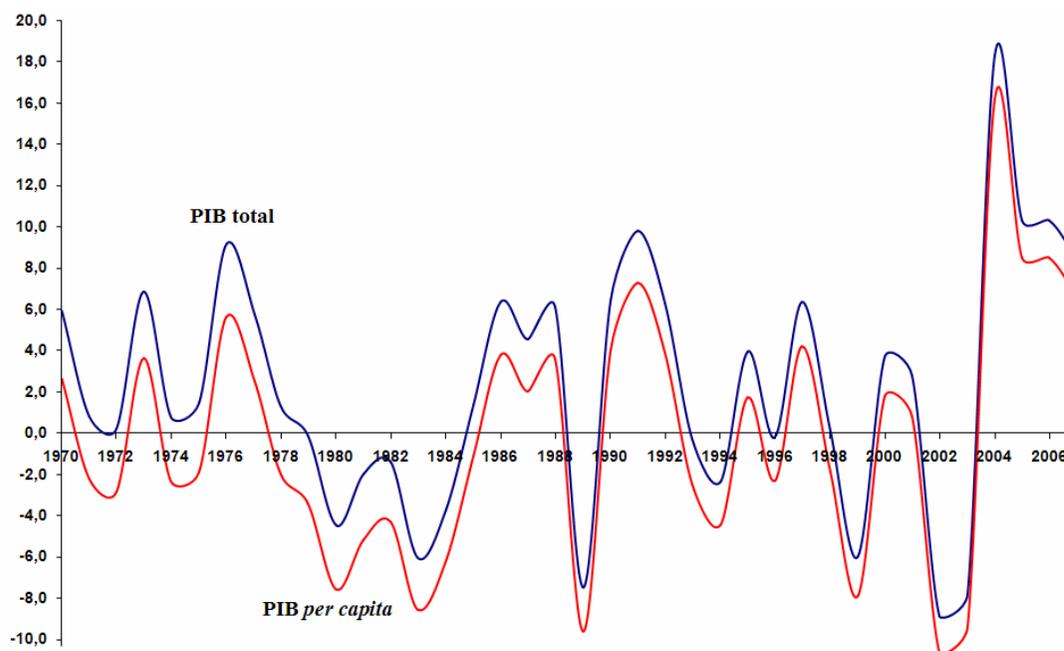
5.4 Comparativo da economia do período Hugo Chávez com o período 1974/1998

Na década de 1970, a política econômica do governo continuava rentista, ou seja,

altamente depende da renda petrolífera; da mesma forma, predominava o modelo de crescimento voltado para dentro, com industrialização por substituição de importações. A nacionalização do petróleo em 1976 resultou de políticas antigas, que concebiam o Estado como o agente encarregado do desenvolvimento econômico.

O auge econômico dessa década derivou da expansão da própria economia internacional; nos anos 1980 houve recessão econômica, o que estimulou políticas monetárias expansionistas e gastos públicos elevados. No início dos anos 1990, tentativas de estabilizar a economia por planos ortodoxos geraram recessão e crises políticas, culminando com a chegada de Chávez ao poder em 1999.

O Gráfico 5 mostra a grande flutuação das taxas de crescimento do PIB venezuelano entre 1970 e 2007. Entre 1970/78 ocorreu o auge econômico; a partir de 1979 e até 1984 a elevação dos juros internacionais causou recessão e derrubou o PIB total e o PIB *per capita*. Entre 1985/1988 políticas fiscais expansionistas contribuíram para manter a economia aquecida. Em 1989 houve nova deterioração econômica, com desemprego em alta, aumento da vulnerabilidade externa, ficando a economia mais dependente do petróleo. Nesse ano, ocorreram protestos populares contra as reformas neoliberais do governo Pérez (*Caracazo*).



Fontes: Baptista, Asdrúbal *Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002*, 2006, apud Baptista, 2005, p. 78-80; Banco Central de Venezuela.

Gráfico 5 – Taxa de crescimento do PIB total e do PIB *per capita* da Venezuela, 1970/2007

Em 1990, o governo estabeleceu negociações para reestruturar a dívida externa. Seguindo instruções do FMI e Banco Mundial, o governo adotou políticas econômicas ortodoxas; controlou os gastos públicos e iniciou as privatizações de empresas públicas. O crescimento do desemprego gerou descontentamento da população. Apesar de a economia estar em crescimento entre 1990/1992, neste último ano ocorreu o golpe militar liderado pelo Coronel Hugo Chávez, que afastou o presidente Pérez e gerou instabilidade política e econômica; desse modo, a economia voltou à situação de recessão em 1993. Em 1994, com a implantação de um novo plano econômico neoliberal por Rafael Caldera (*Agenda Venezuela*), a recessão se aprofundou em um primeiro momento (-2,3%), para a economia voltar a crescer no ano seguinte (+4%). Caldera continuou com as privatizações iniciadas no governo Pérez.

A recessão de 1998 e 1999 decorreu dos efeitos da crise asiática, russa e brasileira. Neste último ano, já com Chávez no poder, a queda do PIB total foi de 6% e de 7,9% do PIB *per capita*. Em 2000, o PIB voltou a crescer graças às políticas expansionistas do novo governo; porém, em dezembro de 2001 ocorreu uma greve geral, que voltou em abril e dezembro de 2002 e essa última se estendeu até fevereiro de 2003. Diante desse fato, ocorreu a maior recessão da Venezuela depois de 1942,⁵⁵ com a economia encolhendo 8,9% em 2002 e 7,7% em 2003, e o PIB *per capita* caindo mais de 10% nesses dois anos. Após 2004, a economia venezuelana vem crescendo a altas taxas, beneficiada pela conjuntura internacional favorável e pela política chavista de gastos sociais elevados e estímulos ao setor de mercado interno.

O desempenho da economia venezuelana, como foi visto, depende muito das divisas provenientes das exportações de petróleo, ou seja, das quantidades exportadas e do preço do barril de petróleo. A Tabela 34 mostra que nem sempre o crescimento das exportações de petróleo seguiu o mesmo ritmo do aumento dos preços do petróleo. Entre 1950 e 1970, o preço do barril de petróleo manteve-se em torno de US\$ 2, enquanto as exportações desse mineral dobraram, atingindo 1,3 milhão de barris anuais em 1970. Três anos depois, os preços haviam duplicado, com redução do volume exportado. Isso indica a disposição do país em explorar o seu principal recurso, muitas vezes independentemente dos preços de mercado, o que configura uma atitude rentista.

⁵⁵ No ano de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, o PIB venezuelano caiu 20,7% e o PIB *per capita* 22,2%. Nesse ano, as exportações petrolíferas caíram 63,3%.

Tabela 34 - Exportações de petróleo, demanda interna e demanda total de petróleo da Venezuela em milhões de barris anuais, 1940/1989

Ano	Exportações de petróleo	Demanda interna de petróleo	Demanda total de petróleo	Exportações/demanda total	Preço do barril
1940	157	3	160	98,4	0,9
1941	223	3	226	98,7	1,0
1942	141	3	144	98,1	1,0
1943	174	3	177	98,3	1,0
1944	247	4	251	98,4	1,1
1945	318	5	322	98,6	1,1
1950	520	19	539	96,5	2,1
1955	739	39	777	95,0	2,3
1960	983	47	1.029	95,5	2,1
1965	1.182	64	1.246	94,8	1,9
1970	1.264	73	1.337	94,5	1,8
1973	1.149	96	1.245	92,3	3,7
1974	1.005	94	1.099	91,4	10,5
1978	709	117	825	85,9	12,0
1980	679	141	820	82,8	26,4
1981	635	149	784	81,0	29,7
1982	560	149	710	79,0	27,5
1983	542	146	688	78,8	25,3
1984	549	136	685	80,2	26,7
1985	495	135	630	78,6	25,9
1986	555	415	970	57,3	12,8
1987	549	143	692	79,4	16,3
1988	584	149	733	79,7	13,5
1989	586	142	727	80,5	16,9

Fonte: Asdrúbal Baptista. *Bases Cuantitativas de la Economía Venezolana*. Pp. 67-68 *apud* Franceschi, 1998.

No ano seguinte, o preço do barril havia triplicado e a produção reduzida. O mesmo se verificou nos anos seguintes, com os preços passando de US\$ 12 em 1978, para US\$ 25,9 em 1985, enquanto o volume exportado se reduziu de 709 mil barris, para 495 mil barris. Surpreendentemente, com a redução dos preços após 1986 o volume exportado aumentou.

A principal explicação para a redução das exportações de petróleo pode ser a retração da demanda mundial, tendo em vista as dificuldades dos países importadores, em função da escassez de divisas. Também havia por parte da OPEP uma política de reduzir a oferta para manter os preços altos. Uma terceira explicação para a queda do volume exportado pode ser encontrada no fato de que a valorização do preço do petróleo tornou rentável a exploração de petróleo em águas profundas, como no Mar do Norte e na costa brasileira.

Após 1978 e até 1985 houve recessão, com crescimento negativo do PIB total e do PIB *per capita* (Gráfico 5). Percebe-se, desse modo, uma grande conexão entre o crescimento das exportações de petróleo e o crescimento da economia. Até 1974, mais de 90% da demanda total pelo petróleo venezuelano era composta pela demanda externa. Após 1978 e

até 1989, esse percentual ficou em torno de 80%, exceto em 1986, que ele caiu para 57,3%.

A Tabela 35 indica que a participação das exportações de petróleo no PIB venezuelano vem crescendo desde 1990. Essa participação oscilou entre 21% e 25% entre 1990 e 2003. Após esse ano, com o crescimento dos preços internacionais do petróleo a participação subiu gradativamente até 2006. No período, a participação do petróleo nas exportações totais oscilava em torno de 80%, atingindo 83,3% em 2000 e quase 90% em 2006.

Tabela 35 – PIB e exportações da Venezuela e preço do petróleo, 1990/2006

Anos	PIB total	Exportações totais	Exportações de petróleo	Exportações totais/PIB	Export. de petróleo/PIB	Export.petróleo/Export.totais	Preço do barril
1990	59.384	15.947	12.582	26,9	21,2	78,9	28,3
1993	69.472	17.586	11.712	25,3	16,9	66,6	13,3
1995	70.642	20.753	14.818	29,4	21,0	71,4	18,3
1996	70.650	22.481	16.524	31,8	23,4	73,5	23,8
1997	75.503	24.311	18.889	32,2	25,0	77,7	16,6
1998	75.959	25.315	17.391	33,3	22,9	68,7	10,5
1999	71.793	22.632	18.106	31,5	25,2	80,0	25,1
2000	74.501	24.240	20.192	32,5	27,1	83,3	23,9
2001	77.091	24.123	19.709	31,3	25,6	81,7	19,9
2002	70.157	22.280	17.914	31,8	25,5	80,4	28,7
2003	101.836	28.277	22.876	27,8	22,5	80,9	30,2
2004	120.458	40.706	33.786	33,8	28,0	83,0	40,4
2005	132.905	57.475	49.658	43,2	37,4	86,4	59,0
2006	146.638	66.609	59.748	45,4	40,7	89,7	62,5

Fonte: CEPAL. Cuadernos Estadísticos, 1950/2002 e Anuário Estadístico de América Latina y Caribe, 2007.

FGV-RJ para os preços do petróleo (preço do último dia útil do ano)

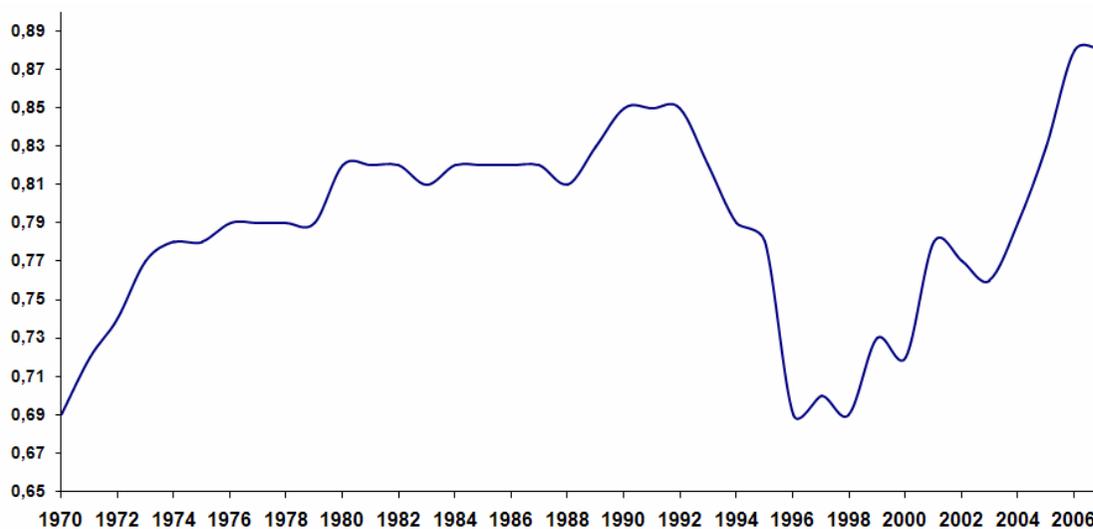
Obs.: PIB e exportações em US\$ milhões a preços de 1995 (1990 a 2002) e a preços de 2000 (2003 a 2006).

Comparando-se o período de Chávez (1999 em diante) com o período 1974/1998, observa-se que, salvo nos anos de turbulência social e de crise econômica, o aumento dos preços internacionais do barril de petróleo tem ajudado a economia venezuelana nos últimos anos. Entre 1974 e 1998, o PIB da Venezuela passou por períodos de crescimento e períodos de recessão. No início do período Chávez, a crise internacional e as greves derrubaram o PIB, mas a conjuntura internacional favorável após 2003/2004 trouxe novo período de forte crescimento econômico.

Quanto ao preço do petróleo, sua elevação no final dos anos de 1970 e até 1985 não conseguiu provocar o arranco da economia e a melhoria dos indicadores de desenvolvimento devido à crise da dívida externa e à inflação acelerada. Após 1985, os preços do barril se reduziram de US\$ 25,9, para US\$ 10,53 em 1998. Nesse último ano, a participação das exportações de petróleo no PIB caiu para 22,9% e as exportações de petróleo nas exportações totais atingiram um dos níveis mais baixos de todo o período (68,7%). No ano seguinte, o

barril de petróleo subiu para US\$ 25,1, oscilando em torno desse valor até 2003, quando atingiu US\$ 30,2; a partir desse ano, o petróleo só tem aumentado no mercado externo, chegando a US\$ 62,5 em 2006 e a US\$ 102,6 em 10/09/2008 (mercado de Nova Iorque).

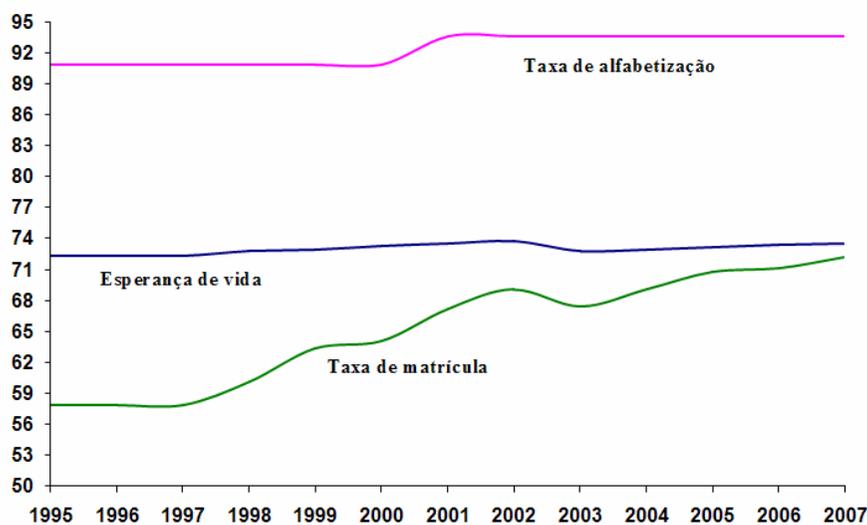
As oscilações econômicas advindas de turbulências dos mercados internacionais e por problemas políticos internos afetam o desenvolvimento econômico de qualquer país. No Gráfico 6, observa-se que o IDH da Venezuela vinha crescendo sistematicamente nos anos de 1970, com estagnação nos anos 1980 e grande declínio na primeira metade dos anos 1990, quando perdeu praticamente todos os ganhos obtidos desde 1970. Seu crescimento ocorreu após 1998 e, sobretudo, no período de Hugo Chávez, em função de seus programas sociais e pela conjuntura internacional favorável.



Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), República Bolivariana de Venezuela.

Gráfico 6 – Índice de desenvolvimento humano da Venezuela, 1970/2006

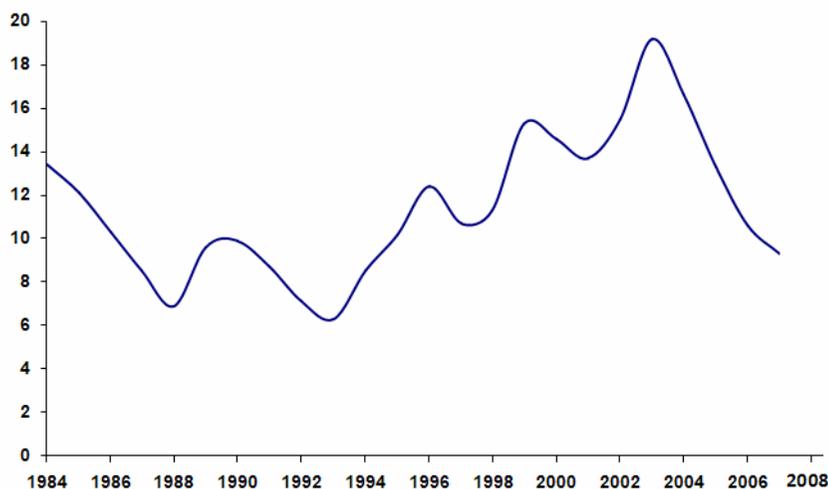
O gráfico 7 mostra que a recuperação de alguns indicadores sociais começou antes de 1998. Entre 1995 e 2000 a taxa de alfabetismo manteve-se relativamente constante, melhorando lentamente a partir de então. Já a esperança de vida apresentou crescimento sistemático após 1995, apenas com pequeno declínio entre 2002/2003 e crescimento mais lento após esse período. A taxa de matrícula escolar, por seu turno, só tende a crescer após 1995, com velocidade maior ainda após 2000.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), República Bolivariana de Venezuela.

Gráfico 7 – Taxa de alfabetização, taxa de matrícula e esperança de vida da Venezuela, 1995/2007

A melhoria dos indicadores sociais está fortemente vinculada com ao aumento do nível de emprego. A taxa de desemprego teve fortes reduções nos períodos de 1984/1988, 1990/1993 e após o início de 2004 (Gráfico 8). Entre 2004/2008, depois da implantação dos programas do Governo Chávez, com destaque para as Missões, a taxa de desemprego teve uma redução bem mais acelerada. O desemprego cresceu substancialmente no período de 1993/2003, por vários problemas econômicos e sociais, como foi relatado ao longo deste trabalho, envolvendo tanto parte do período Chávez como parte do período anterior.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), República Bolivariana de Venezuela.

Gráfico 8 – Taxa de desemprego da Venezuela, 1984/2007

5.5 Balanço dos principais resultados econômicos do período Hugo Chávez

O governo de Hugo Chávez possuiu quatro fases distintas: a primeira iniciou em 1999, ao assumir o poder, compreendendo as reformas institucionais, sintetizadas em uma nova Constituição. Essa fase caracterizou-se, também, pela recessão econômica, provocada pelos baixos preços do barril de petróleo desde 1993 e pelas mudanças constitucionais, situação que gerou a fuga de capitais. Apesar das dificuldades enfrentadas no primeiro ano de governo, Chávez fortaleceu sua popularidade perante o povo venezuelano. Ao finalizar o ano de 1999, o governo conseguiu a estabilização macroeconômica, que permitiu alcançar resultados positivos em matéria de desaceleração do ritmo inflacionário, estabilidade monetária e cambial, com tendência de queda das taxas de juros.

As políticas fiscais e monetárias expansionistas do governo marcaram o início da segunda etapa, no ano de 2000, pela recuperação dos preços do petróleo, queda do desemprego, redução das taxas de juros, com o conseqüente aumento do crédito, do consumo e do PIB *per capita*.

Em 2001, começou a terceira fase, que se entendeu até 2003; ela foi marcada pela insatisfação popular contra o governo. Isso decorreu de um conjunto de leis que buscavam implementar profundas transformações estruturais nos principais setores da economia, com ênfase na PDVSA: leis dos hidrocarbonetos, das terras, da pesca, do sistema financeiro, do imposto de renda e das cooperativas. Nesse período, ocorreu uma série de eventos importantes na Venezuela: greve patronal em dezembro de 2001; Golpe de Estado promovido pela PDVSA em abril de 2002; conspirações e sabotagem petroleira entre o último trimestre de 2002 e fevereiro de 2003. Como resultado, o PIB caiu 8,9% em 2002 e 7,8% em 2003.

No terceiro trimestre de 2003, iniciou-se a quarta e atual fase da economia venezuelana, sob a presidência de Hugo Chávez. Esta foi a fase da “reativação econômica”, com o fortalecimento do governo. Essa reativação tem como principal fator a expansão dos preços do barril de petróleo, que subiu sistematicamente de US\$ 28,7 em 2002, para US\$ 62,5 em 2006, com a adoção de políticas públicas distributivas em favor da população mais pobre, destacando-se os programas denominados *Missões sociais*. Os indicadores sociais melhoraram, como foi visto no Capítulo 4. Percebe-se, pois, que os hidrocarbonetos continuam sendo um poderoso instrumento de suporte para o crescimento dessa economia.

Para reverter as conseqüências negativas da greve dos empresários privados e do setor petrolífero, o governo adotou estratégias para diversificar a economia, através de grandes

investimentos nos setores produtivos, além da criação das missões sociais; esta última é a expressão de uma política social mais bem estruturada, dirigida à inclusão de grandes contingentes populacionais pobres às atividades produtivas.

Essas políticas econômicas e sociais contribuíram para a recuperação do PIB, que no ano de 2004 cresceu expressivos 18,3%; essa tendência de crescimento acelerado se mantém em 10,3% nos anos de 2005 e 2006. A taxa de desemprego decresceu de 19,2% em 2003, para 16,6% em 2004 e 9,3% em 2007.

Após a crise econômica de 2002/2003, a Venezuela voltou a crescer de modo sustentado em 2004. O aumento da renda petrolífera permitiu a realização de gastos em atividades produtivas e na área social. Isso acentua, por outro lado, a enorme dependência da economia do país às receitas do petróleo. Desse modo, ela fica em posição vulnerável diante das flutuações dos preços internacionais do petróleo. O governo aplica políticas expansionistas se esses preços são elevados, ou medidas restritivas de gastos em caso de queda dos preços do petróleo, o que produz grandes oscilações do nível da atividade econômica interna.

Em janeiro de 1996, a cotação do dólar em termos de bolívares estava em 290 Bs/US\$, taxa que subiu gradualmente para 577 Bs/US\$ no início do governo Chávez. No último dia útil de março de 2005 ele havia atingido 2.150 Bs/US\$. Essa situação fez o governo adotar câmbio fixo, de sorte que a taxa de câmbio se manteve até agosto de 2008 nesse patamar.

6 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi avaliar a contribuição do petróleo no desenvolvimento econômico da Venezuela entre 1950 e 2006, com ênfase após o ano de 1973, quando houve o primeiro choque do petróleo. Desde as origens da exploração de petróleo na Venezuela e até meados da década de 1920 esse produto não apresentava relevância na pauta exportadora do país. Leis federais, como a Lei dos Hidrocarbonetos de 1922, contribuíram para que a Venezuela se tornasse o maior exportador mundial de petróleo em 1928.

Nos anos 1930 houve grande queda das exportações pela recessão mundial, com a recuperação ocorrendo lentamente até 1936. Somente então o petróleo atingiu sua importância econômica na Venezuela, demarcando o auge das exportações petrolíferas e a decadência da agricultura exportadora. Desde então, o país transformou-se em uma economia rentista e importadora de bens industrializados, o que tem inibido a industrialização interna.

No final dos anos 1930, a economia venezuelana deixava de ter uma estrutura agrário-exportadora, passando para uma economia mineral exportadora; o petróleo aumentou gradativamente sua participação nas exportações totais, atingindo mais de 80% já em 1935.

A intervenção do Estado foi importante para desenvolver a produção petrolífera, destacando-se a legislação petrolífera do *fifty-fifty* (1948). Trata-se de um imposto, segundo o qual os lucros da exploração petrolífera passaram a ser divididos em partes iguais entre o Estado e as companhias estrangeiras. Isso proporcionou a realização de elevados gastos públicos na criação de infra-estruturas e na expansão da burocracia estatal.

Após esse período, alternaram-se governos ditatoriais e democráticos, com os grupos sociais lutando entre si para obter a hegemonia do poder, podendo, portanto, lançar mão sobre a renda petrolífera. Nos períodos de alta dos preços do petróleo, como nos anos de 1950, o governo pôde manter uma política populista, ao mesmo tempo em que investia em obras públicas.

Nos anos 1960, o modelo petróleo-exportador continuou, mas a visão dos agentes econômicos era rentista e o governo, na maior parte dos casos, paternalista e populista. Essa visão dificultava até mesmo a implementação das idéias cepalinas, que passavam pelo aumento do ritmo dos investimentos no setor de mercado interno, ou seja, no setor não petrolífero.

As altas rendas do petróleo, alternadas por períodos de crise, face à redução dos preços internacionais do petróleo, ou por elevação dos preços internos, déficits públicos, dívida externa, entre outros problemas, dificultavam o desenvolvimento da indústria nacional. A Venezuela não alcançou o nível de industrialização de outros países latino-americanos, como Brasil, México e Argentina, embora tivesse uma base exportadora dinâmica, porém extremamente concentrada em um produto apenas.

A ação do Estado continuou com a criação da Corporação Venezuelana de Petróleo (CPV), em 1960, extinguindo-se várias concessões estrangeiras, com a Venezuela sugerindo a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Até 1973, apesar dos baixos preços do petróleo, a economia venezuelana vinha crescendo rapidamente, pois, além do petróleo, eram elevados os fluxos dos investimentos diretos estrangeiros no país. Tais investimentos concentravam-se na área petrolífera e nos serviços urbanos. Legitimados pelo modelo cepalino, os controles estatais sobre a economia eram excessivos; havia altos subsídios e protecionismo estatal, que geravam muita ineficiência e terminaram impondo um elevado custo à sociedade. As rendas provenientes do petróleo eram distribuídas pelo Estado às diferentes classes sociais de modo paternalista. Os funcionários públicos e a população também recebiam a sua parte pelas políticas populistas do governo.⁵⁶ Apesar disso, entre os membros da classe dominante continuava sempre a luta pelo poder. Esse modelo do “capitalismo rentístico” funcionou bem desde 1930, mas rompeu-se justamente no final dos anos 1970, após os dois choques do petróleo, quando a renda do petróleo subiu astronomicamente. A elevação dos salários dos funcionários públicos, permitida pelas altas rendas petrolíferas, difundiu-se entre os demais trabalhadores da economia, reduzindo, por conseguinte, a rentabilidade dos investimentos, ocasionando a estagnação nos anos 1980.⁵⁷

Apesar das divisas petrolíferas, há uma tendência ao aumento da dívida externa venezuelana pela valorização da moeda e repressão financeira, que provoca evasão de capitais. Isso obriga o governo efetuar empréstimos para pagar importações crescentes, principalmente em períodos de elevação do preço do petróleo. A situação se agrava pelo déficit público, provocado pelo populismo. Essa situação foi aguda no final dos anos de 1970 e anos 1980, período considerado como de presença de *doença holandesa* na Venezuela.

⁵⁶ O baixo preço dos combustíveis na Venezuela (o equivalente a centavos de reais por litro) é um indicativo dessa política paternalista e de que o povo também recebe a sua parte.

⁵⁷ Segundo Barros (2007, p. 44), o grande afluxo de renda petrolífera gerou conjuntamente a *doença holandesa* e o colapso do “capitalismo rentístico”. A explicação está no grande aumento da capacidade produtiva, não acompanhada pela expansão do mercado interno, em função da má distribuição de renda.

A elevação do preço do petróleo causou uma crise mundial e aumento da extração de óleo em outros países, notadamente em águas profundas, acarretando uma grande queda das exportações físicas de petróleo a partir de 1978, continuando em níveis 40 a 50% mais baixos do que os volumes exportados entre 1965 e 1974. Entre 1985 e 1989 houve redução similar nos preços do barril de petróleo.

Isso gerou grande crise nos anos de 1980, e a economia venezuelana começou a sofrer dois problemas estruturais. O primeiro foi o estancamento do investimento privado, que vinha caindo desde 1980; o segundo refere-se à volatilidade dos preços do petróleo, numa economia extremamente dependente das exportações desse produto, estas sujeitas às altas e baixas cíclicas das cotações internacionais. Logo, quando o mercado internacional entra em baixa, o país enfrenta períodos de crise econômica.

Na década de 1980, a Venezuela encerrou o sistema político construído a partir de 1958. O modelo de substituição de importações, motorizado pela renda petrolífera, mostrou os primeiros sintomas de um declínio irreversível, devido às crises da dívida externa que envolvia toda a América Latina.

Na década de 1990, os preços do barril de petróleo oscilaram significativamente, acarretando crises periódicas em países como a Venezuela. A queda das receitas vindas das exportações petrolíferas reduziu as receitas públicas e o crescimento econômico, afetando, por conseguinte, o setor de mercado interno e as populações mais pobres. Somente os grupos sociais mais próximos à PDVSA e a burocracia estatal continuaram se beneficiando da renda petrolífera.

Nos anos 1990, o país adotou uma agenda de abertura e liberalização da economia, cuja essência foi a desvinculação da estatal PDVSA do Estado. Essa década foi marcada pelo governo Andrés Pérez (1989/1993) e pelo segundo governo Rafael Caldera (1994/1998). O primeiro caracterizou-se pelas reformas neoliberais, que incluía o fim de vários subsídios, aumento de tributos e tarifas públicas, liberalização das taxas de juros, flexibilização do câmbio, abertura comercial e privatizações. Houve poucos resultados positivos, com um dos eventos mais dramáticos e expressivos de frustração do povo venezuelano: o *Caracazo* de 1989 foi a primeira ação das classes populares desde 1935. Esse movimento foi o símbolo da resistência do povo venezuelano às reformas neoliberais. Um *impeachment* por corrupção marcou o fim do governo Pérez, com o retorno de Rafael Caldera ao poder.

O segundo governo de Rafael Caldera foi marcado pelas dificuldades de reverter as privatizações do governo anterior. O pacto político do *Punto Fijo* encontrava-se esgotado em

1998, após quarenta anos de alternância no poder. Nesse mesmo ano, os preços internacionais do petróleo encontravam-se muito baixos, situação que não ocorria desde o primeiro choque em 1973, o que comprometeu a economia venezuelana. A deterioração da economia e das condições de vida do povo venezuelano, o retrocesso de um país rico em petróleo em que o Estado é o responsável pela distribuição dessa riqueza, foi o suficiente para conceder a Hugo Chávez a base política para ganhar as eleições presidenciais de 1998.

Avaliando o período Hugo Chávez, constata-se, em primeiro lugar, que as reservas internacionais da Venezuela passaram de US\$ 15,4 bilhões, em 1999, para US\$ 37,4 bilhões em 2006, com redução da dívida externa, no mesmo período, de 23,2% do PIB para 15% do PIB. Isso, em tese, daria maior credibilidade aos investidores internacionais, mas o problema tem sido a pouca receptividade do governo aos capitais de risco, com evidentes prejuízos para a industrialização e a diversificação da economia. A taxa de desemprego, no entanto, caiu nesse período de 15,3% para 9,3%.

Em relação ao percentual de pessoas pobres na população total, observa-se, como era de se esperar, tendo em vista as políticas sociais adotadas, uma grande melhoria. Houve queda de 50% do total, em 1999, para 33,1% do total, em 2007; nesse mesmo período, o índice de pessoas em estado de extrema pobreza caiu de 19,9% do total, para 9,4%.⁵⁸

A melhoria dos indicadores sociais de desenvolvimento fica mais bem evidenciada pelo comportamento do IDH, que subiu de 0,75 em 1999, para 0,88 em 2007. Isso se deve tanto à elevação da renda *per capita* PPC (US\$ 3.471 para US\$ 5.223) como ao aumento da expectativa de vida (72,9 para 73,6), à taxa de alfabetização (90,9% para 93,6%) e à taxa de matrícula escolar (63,4% para 72,2%). A conclusão é a de que o governo Chávez está conseguindo aproveitar a conjuntura internacional favorável, em termos de aumento dos preços internacionais do petróleo, para aumentar os níveis de desenvolvimento de seu país.

Contudo, para os críticos do regime político venezuelano, a situação está piorando pela redução das liberdades políticas e individuais. A Venezuela está submetida, atualmente, a um grande controle por parte do Estado, tanto sobre a economia como sobre as instituições como um todo. Vive-se um período de nacionalizações de empresas de eletricidade, telecomunicações, alimentos, aço e petróleo. Com essas ações, o Estado tornou-se o grande empregador da economia nacional. Essas estatizações fizeram sumir os investidores estrangeiros do país, sendo o risco Venezuela um dos mais altos dentre os mercados emergentes. Há também compras de equipamentos militares (aviões da China e Brasil,

⁵⁸ Em 2002 e 2003, em função da crise econômica e das turbulências sociais internas, os indicadores econômicos e sociais pioraram: os índices de pobreza total e absoluta atingiram em 2003, respectivamente, 61% e 30,2%.

tanques militares da Rússia, entre outros armamentos), o que vem inquietando os Estados Unidos e os meios militares da América Latina.

O governo Chávez praticamente não investe as receitas oriundas do petróleo em obras de infra-estrutura e em capacitação profissional. Há escassez cada vez maior de mão-de-obra especializada no país. Praticamente toda a renda petrolífera é destinada a programas assistencialistas do governo e a gastos militares. Esses recursos, oriundos da PDVSA, aplicados em programas sociais, são dois terços maiores do que os investimentos na exploração e produção de combustível fóssil.

Com o dinheiro da venda de petróleo, o governo importa e subsidia produtos básicos, muitos dos quais a Venezuela é incapaz de produzir; ele controla o câmbio e acaba provocando inflação.⁵⁹ Os altíssimos gastos públicos de Chávez (alta recorde de 124% apenas entre 2005 e 2006) e a disposição em distribuir renda entre a população pobre aumentaram o dinheiro em circulação no país. O excesso de bolívares estimulou o consumo e fez crescer os depósitos bancários. O empresariado privado ainda não se sente estimulado e com disposição para assumir riscos, tomando empréstimos para projetos de longo prazo. Em suma, todo aumento do poder de compra do público destina-se ao consumo.⁶⁰

A elevação da demanda agregada resulta em tendência inflacionária. Este seria um sintoma da volta da economia rentística e não um problema de *doença holandesa*, visto que há uma tendência sistemática à desvalorização da moeda nacional e não o contrário. A adoção de câmbio fixo em março de 2005, no nível de 2.150 Bs/US\$ teve como mérito de neutralizar os efeitos da doença holandesa no país, ao evitar valorização cambial.

A produção e a exportação de petróleo constituem, dessa forma, a mola-mestra da economia venezuelana, que depende das receitas petrolíferas e, portanto, dos níveis dos preços externos. Em anos de baixa de preços, a renda petrolífera perde forças, afetando as finanças públicas e o ritmo de acumulação de capital e as transferências de renda; como consequência, reduz-se a taxa de crescimento do setor de mercado interno e do PIB em seu conjunto. Isso mostra a grande dependência da economia venezuelana à atividade petrolífera.

Independentemente da presença ou não de *doença holandesa*, ou de capitalismo

⁵⁹ Tendo como base dezembro de 2007, em agosto de 2008 o INPC havia atingido 119,4 (alimentos e bebidas, 124,6; bens não duráveis, 122,9; saúde, 120,5; transportes, 122,6). Os salários aumentaram 1,6% no primeiro trimestre de 2008 e 16% no segundo trimestre deste ano. Como se observa, a inflação venezuelana deverá atingir 30% no ano de 2008 (<http://www.bcv.org.ve/index.asp>, acessado em 23/09/2008).

⁶⁰ O índice da produção física de petróleo subiu apenas 2,1% nos seis primeiros meses de 2008 (o índice da produção física de derivados de petróleo subiu 15,1%). Alimentos básicos, como leite e carnes, desaparecem das prateleiras venezuelanas por causa da política gastadora do governo, fato constatado em visita aquele país, em julho de 2008. Muitos ramos da indústria venezuelana estão com elevado grau de capacidade ociosa (<http://www.bcv.org.ve/index.asp>. Acessado em 23/09/2008).

rentístico, não resta dúvida de que a Venezuela poderia alocar parcelas maiores da renda petrolífera em projetos de desenvolvimento. Programas de industrialização poderiam ser implementados em parceria com o setor privado, na implantação de novas indústrias e em infra-estruturas. O setor privado internacional poderia trazer a tecnologia, um dos fatores mais escassos nos países em desenvolvimento. As indústrias necessitam de novas ferrovias, portos mais ágeis e de menor custo, assim como de mão-de-obra especializada. O ensino técnico profissionalizante é uma necessidade, tanto de nível médio como superior, principalmente para áreas novas, como setor elétrico, eletrônico, de telecomunicações, químico e petroquímico.

O crescimento industrial e urbano necessita de oferta crescente de alimentos, para o atendimento da população. O desenvolvimento agrícola necessita também de projetos de irrigação e de correção de solos. Novas agroindústrias podem estimular tanto a grande produção agrícola como a pequena e média. Investimentos em saneamento básico e na construção civil nas cidades onde se localizarão os novos empreendimentos tornam-se uma necessidade decorrente. Isso exige recursos financeiros e, sobretudo, uma grande capacidade de mobilização e de gerenciamento por parte do setor público e do setor privado.

A manutenção do ritmo acelerado do crescimento econômico da economia venezuelana dos últimos anos dependerá das condições do mercado internacional do petróleo. Isso se explica pela grande dependência da Venezuela ao petróleo. Os impactos sobre a economia venezuelana, induzidos pelo petróleo e os programas de desenvolvimento acima descritos tenderiam a melhorar ainda mais os indicadores de desenvolvimento do país. Tendo em vista que o mercado não distribui renda diretamente, seria necessário manter políticas sociais em benefício das populações mais pobres, principalmente através de investimentos em saúde, educação, saneamento e moradias populares.

O grande desafio é manter os encadeamentos do setor exportador petrolífero sobre o setor de mercado interno. Isso é uma necessidade imperiosa, tendo em vista que o petróleo é um recurso exaurível, cujos preços sofrem flutuações periódicas no mercado internacional. Nesse sentido, as políticas econômicas e sociais do governo devem ser menos paternalistas e distributivistas e mais vinculadas ao desenvolvimento econômico. Esta é uma questão de vontade política e de bom gerenciamento da economia.

Como todo país em desenvolvimento, a Venezuela depende de investimentos estrangeiros com aporte de novas tecnologias. As constantes desavenças do Presidente Chávez com a maior potência econômica do mundo, os EUA, não é positivo para a economia

da Venezuela, visto que 75% de suas exportações de petróleo se destinam a esse país, como pelos investimentos que deixam de serem efetuados na sua economia, ajudando sua industrialização.

Na atualidade, apesar do crescimento econômico acelerado, o país enfrenta o problema de inflação alta e de déficit fiscal. Pela visão socializante do governo atual, a tendência é aumentar o controle do Estado sobre a economia, tornando-se o grande empregador. Isso tende a inibir o crescimento do setor privado e, portanto, a industrialização nacional. A alternativa de privatização não parece ser a opção do atual governo. Um caminho alternativo seriam as parceiras público-privadas, a exemplo do que se busca fazer no Brasil. Isso parece ser promissor, tendo em vista que faltam ao Estado, em qualquer país, os recursos humanos e tecnológicos necessários para um “ataque frontal” em todas as áreas. Além das quedas periódicas dos preços do petróleo, existe evasão das receitas petrolíferas pelas demandas dos vários grupos sociais internos e pelos gastos públicos muitas vezes desvinculados do setor diretamente produtivo. Essa situação tende a inibir o desenvolvimento do setor de mercado interno.

Estímulos ao desenvolvimento do setor privado são importantes para criar capacidade produtiva além daquela existente no setor de mercado externo. Instrumentos importantes são os que geram aumento de produtividade e diversificam a economia, através do aumento do número de empresas nos setores econômicos, principalmente no setor industrial. Assim, aos poucos, o país deixaria de ser tão dependente do setor petrolífero.

Algumas sugestões para transformar o país em uma economia mais consistente poderiam ser:

a) processar maior quantidade de matéria-prima possível no país, elaborando produtos intermediários e acabados para assim exportar os bens com o máximo de valor agregado. Nesse sentido, destaca-se a elaboração de produtos petroquímicos e de produtos agrícolas, sobretudo os vinculados ao complexo agroindustrial;

b) investir a maior parte das receitas petrolíferas em obras de infra-estrutura que conduzam ao desenvolvimento da economia, reduzindo custos e aumentando a produtividade. Destacam-se, nesse sentido, os investimentos em transportes, como ferrovias, portos, construção naval e serviços públicos básicos, como segurança pública;

c) investir os recursos do petróleo em educação, saúde e inclusão social e cultural, de modo a criar as bases para um sólido desenvolvimento de uma massa crítica de capital humano que possibilite o aumento da produtividade, o desenvolvimento de novas fronteiras

de produção e, assim, garantir o desenvolvimento sustentável;

d) investir no setor agrícola, com o objetivo de aumentar a produção de alimentos e empregos, evitando a concentração demográfica nas grandes cidades e diminuindo, assim, a dependência de importações de gêneros de primeira necessidade.

Nos últimos três a quatro anos, a conjuntura internacional foi bastante favorável para as economias em desenvolvimento com a elevação dos preços das *commodities*. Atualmente (outubro de 2008), a situação é de crise financeira internacional, trazendo instabilidades para o conjunto das economias em desenvolvimento. A fuga de capitais pode aumentar ainda mais a crise econômica nos países em desenvolvimento. Porém, alguns desses países, como a Venezuela, apresentam aspectos positivos, como dívida externa baixa e reservas internacionais expressivas. A grande questão é saber se esse país será capaz de seguir um processo de desenvolvimento mais vinculado ao setor de mercado interno.

Na linha deste estudo, um trabalho que poderia ser efetuado seria um levantamento dos principais projetos existentes nas principais áreas governamentais e junto às grandes empresas da Venezuela, para ver o que está sendo projetado e o que poderia ser feito no sentido de diversificar a base exportadora e desenvolver o setor de mercado interno. Nesse sentido, seria importante identificar pontos de estrangulamentos e potencialidades de crescimento de novos setores da economia venezuelana.

REFERÊNCIAS

ADRIANI, Alberto. La crisis, los câmbios y nosotros. **La Economía Contemporânea de Venezuela**, Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo I. p. 1931. p. 19-42.

AHMED, Abdelkader S. Celso Furtado e o desenvolvimento a partir da exportação de recursos naturais não renováveis. IN: FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008. p. 157-170.

Associação Latino Americana de Integração. **Estadísticas- indicadores socioeconômicos**. Disponível em: <http://www.aladi.org>. Acesso em: 23 jan. 2007.

AZEREDO, Mauro M. A crise da democracia venezuelana. Relações com os Estados Unidos. IN: GUIMARÃES, Samuel P & CARDIM, Carlos H. **Venezuela: Visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003. p.111-155.

BALASSA, Bela. Outward orientation: IN: CHENERY, Hollis; SRINIVASAN, T.N (ed). **Handbook of development economics**. Amsterdam: North Holland, 1989. V.2, cap. 31, p.1645-1689.

BALASSA, Bela. Trade liberalization and revealed comparative advantage. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, n. 33, May 1965.

BALDWIN, Robert E. Padrões de desenvolvimento nas regiões de colonização recente. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p.345-362.

BAPTISTA, Asdrúbal. **Bases cuantitativas de la economía venezolana: 1830-2002**, Caracas: Comunicaciones Corporativas, 2006.

BAPTISTA, Asdrúbal. **La distribución del ingreso em Venezuela**. Caracas, 2005.

BAPTISTA, Asdrúbal. **El relevo del capitalismo rentístico: hacia um nuevo balance de poder**. Caracas: Fundación Polar, 2004.

BAPTISTA, Asdrúbal; MOMMER, Bernand. **El petróleo em el pensamiento econômico**

venezolano. Caracas: IESA, 1999.

BAPTISTA, Asdrúbal. **Teoría econômica del capitalismo rentístico**: economía, petróleo y renta. Caracas: IESA Ediciones, 1997.

BALL, Luís Henrique. Venezuela: a caminho da servidão, Expediente Banco de Idéias, a **Revista da Livre – Iniciativa**, Ano 10, n. 38, mar/abr/mai. 2007.

Banco Central de Venezuela. **Información estadística**. Disponível em: <http://www.bcv.org.ve>. Acesso em: 12 jan. 2007.

Banco Central de Venezuela. Series **Estadísticas de Venezuela**. Tomo I-A. Cuentas Nacionales (Serie 1950-1998). Coordinador y compilador: Ignacio Antivero. Disponível em: <http://www.bcv.org.ve/cuadros/series/series.asp?id=115>. Acesso em: 20 de julh. 2006.

BANKO, Catalina. Industrialización y políticas econômicas em Venezuela. **Cadernos PROLAM/USP**, ano 6, Vol. 1, 2007. p.129-147.

BARROS, Pedro S. **Governo Chávez e desenvolvimento econômico**: a política econômica em processo. Dissertação de Mestrado (Economia Política). Pontífica Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2007. Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-06-21T10:47:57Z-3594/Publico/PEDRO%20SILVA%20BARROS.pdf. Acesso em: 12 abr. 2008.

BARROS, Pedro S. Venezuela: mudanças e perspectivas – a razão Chavista. In: CARMO, Corival Alves; BARROS, Pedro S; MONTEIRO, Leonardo V.M. **Prêmio América do Sul 2007**: Venezuela: mudanças e perspectivas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 57-111.

BATALHA, Tomás Enrique C. La dinámica del desarrollo econômico venezolano. **La Economía Contemporânea de Venezuela**, Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo I. 1965. p- 299-317.

BELLO, Heraclio E.A. (org). **Sembrando el petróleo**: 100 años de historia. Caracas: Fundación Venezuela Positiva, 2001.

BETANCOURT, Rômulo. Venezuela, factoria petrolera. **La Economía Contemporânea de Venezuela**, Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo I. 1956. p. 109-162.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal** (Org). Rio de Janeiro: Record, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. **Revista Economia Política**. Vol, 9. n. 4, out/dez, 1989. p. 38-55.

BOND, Ricardo V. **Lecciones aprendidas de política econômica en Venezuela: 1936-2004**. Caracas, Venezuela, nov. 2005. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/03830.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2008.

BUXTON, Julia. Política econômica y ascenso de Hugo Chávez al poder. In: ELLENER, Steve; HELLINGER, Daniel (ed). **La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. Editorial Nueva Sociedad, Primeira edición, 2003. p.145-166.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da estagnação**. São Paulo: Editora 34, 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio N. **50 Anos do ISEB**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005. p.1-28.

CAMPOS, Adriana F. **A reestruturação da indústria de petróleo sul americana nos anos 90**. Tese (COPPE/UFRJ), Planejamento Energético. Rio de Janeiro, 2005.

CANELAS, André L.S. **Investimentos em exploração e produção após a abertura da indústria petrolífera do Brasil: impactos econômicos**. Monografia (Bacharelado em Economia). UFRJ. Instituto de Economia, 2004.

CANO, Wilson. Venezuela: limites para uma nova política econômica. In: GUIMARÃES, Samuel P & CARDIM, Carlos H. **Venezuela: Visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003. p.183-220.

CALDERÓN, Álvaro S. Trayectoria de la Nacionalización Petrolera, **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**,. ano/vol 12, n. 001, enero-abril. 2006. p. 109-123.

CARO, Ariela R. **Tendências recientes del mercado internacional del petróleo**. Santiago do Chile: Publicación de las Naciones Unidas, dic. 2003.

CARTAY, Rafael. Las crisis económicas y sus repercusiones en la economía venezolana. **Revista Economía**, n. 11. 1996. p. 37-45.

CERVO, Amado Luiz. A Venezuela e seus vizinhos. In: GUIMARÃES, Samuel P & CARDIM, Carlos H. Venezuela: **Visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003. p.157-179.

CEPAL. **Cuadernos estadísticos**, 1950/2002. Disponível em: <http://www.eclac.deype/cuaderno32>. Acesso em: 06 julh. 2008.

CEPAL. **Anuário estatístico de América Latina y Caribe 2007**. Disponível em <http://www.eclac.org/cgibin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/8/32598/P32598.xml&xsl=/deype/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>. Acesso em: 18 jun. 2008.

CHIRINOS, Norbis M; GONZÁLEZ, Sorayda R. Caracterización de la política social y la política económica del actual gobierno venezolano: 1999-2004. **Rev Venez. de Econ. Y Ciências Sociales**, Vol.12, n. 1, ene-abr. 2006. p.31-57.

CLEMENTE, R. Crecimiento económico y productividad en Venezuela, 1950-2000. **Revista del Banco Central de Venezuela**, Vol. 17, N° 1 .Enero-Junio. Caracas. 2004. p. 13-40.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. **Economica**, s/n. Nov. 1937. p. 386-405.

COLISTETE, Renato P. O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, n. 15 (41). 2001. p.21-34.

CONDURÚ, Marise T; PEREIRA, José Almir R. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**: normas, critérios e procedimentos. 3.ed.rev.ampl. e atual. Belém, 2007.

CÓRDOVA, Armando. La estructura económica tradicional y el impacto petrolero en Venezuela. **La Economía Contemporânea de Venezuela**. Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo I. 1963. p. 243-268.

CORAND, Jon M. **Resources Economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

CUPULO, Marco. **Petróleo y política en México y Venezuela**. Centro de Estudios Norteamericanos, Universidad Simon Bolivar,1996.

DAMAS, German C. **La necesaria reforma democratica del Estado**. 1 edição, GRIJALBO, Caracas, 1988.

DORFMAN, Robert. Economic development from the beginning to Rostow. **Journal of Economic Literature**, v.XXIX, June. 1991. p. 573-591.

ESPINASA, Ramón. El auge y el colapso de PDVSA a los treinta años de la nacionalización. **Rev. Venez. de Econ. y Ciências Sociales**, Vol.12. n. 1. Ene-abr. 2006. p.147-182.

ESTEVEZ A, José Tomas. **Temas de historia econômica mundial y venezolana**. Editorial Panapo de Venezuela, C.A, Caracas, 1995.

FRANCESCHI G, Napoleon. **Venezuela Petrolera**. Ediciones Piedra Azul, Caracas, 1998.

FRANCÉS, Antonio. **Venezuela posible siglo XXI**. Caracas: Ediciones IESA, 1994.

FERRER, Aldo. América latina y la globalización, **Revista de la Cepal**, numero extraordinario, octubre, 1998. p.155-168.

FERRER, Aldo. Desarrollo y subdesarrollo em um mundo global: los problemas de la América Latina. **El Trimestre Economico**. VLXIII (4), n. 252, México, out-dez.1996. p.1367-1374.

FGVDADOS: **Cotação diária do Petróleo tipo Brent**: Disponível em: http://fgvdados.fgv.br/dsp_frs_pai_ferramentas.asp. Acesso em: 23 nov. 2006.

FIGUEROA, Federico Brito. **Historia economica y social de Venezuela**: uma estrutura para su estudio. Ediciones de la Biblioteca, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1984.

FITZGERALD, Valp. La Cepal y la teoria de la industrialización. **Revista de la Cepal**, numero extraordinario, octubre, 1998.

FONSECA, Pedro.C.Dutra. O processo de substituição de importações. **Formação econômica do Brasil**. Org: José Márcio Rego; Rosa Maria Marques. Saraiva: São Paulo, 2003.

FRÍAS, Hugo Chávez. **El golpe fascista contra Venezuela**, aqui está em juego la vida de la pátria. Discursos e intervenciones, Ediciones Plaza La Habana, 2003.

FURTADO, Celso. El desarrollo reciente de la economia venezolana. **La Economía Contemporânea de Venezuela**. Caracas: Banco Central de Venezuela. T. I. 1957. p.163-206.

GALA, Paulo. A Retórica na economia institucional de Douglas North. **Revista de Economia Política**. Vol. 23. n. 2 (90). abril-junho. 2003.

GALENSON, Walter; LIEBENSTEIN, Harvey. **Criterios de inversión, productividad y desarrollo económico**. Disponível em: <http://www.edu.ar>. Acesso em: 26 agos. 2008.

GÓMEZ, Alfredo Machado. El desarrollo econômico de Venezuela. **La Economía Contemporânea de Venezuela**. Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo I. 1966. p. 339-372.

GONZÁLEZ, Franklin. A um año de la agenda Venezuela. Evaluacion de uma ilusion. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**. Vol 3, n. 2 . jul-dic. 1997. p. 183-219.

GONZÁLEZ. Milko S. El petróleo como instrumento de política exterior en el gobierno del presidente Hugo Chávez Frias. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**. vol 9, n. 2 , jul-dic. 2003. p. 59-87.

GUANIPA, Ronald B. **Cambio institucional, ideologia y desempeno econômico em Venezuela: 1958 a 2002**. Disponível em http://www.accessmylibrary.com/coms2/summary_0286-4138572_ITM. Acesso em: 15 fev. 2008.

GUÉDEZ, Dario C. **Pensamiento Político de un Venezolano Inconforme**. 1 edição, Universidad de Carabobo, Valencia, 1995.

HAFER, Jacqueline A. Hernández. **CEPAL: uma perspectiva de desenvolvimento latino-americano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HARDY, José Toro. **Fundamentos de Teoria Económica: um análisis de la política económica venezolana**. Editorial Panapo, 5ª reimpresión, Caracas, 2003.

HERNÁNDEZ, Luis E. La renta petrolera y su impacto em el crecimiento econômico de Venezuela. Problema Del Desarrollo – **Revista Latinoamericana de Economía**. Vol 37. n. 145. Abril-junio. 2006. p. 135-151.

HIRCHMAN, Albert O. La economia política de la industrialización através de la substitución de importaciones em América Latina. **El Trimestre Económico**. VLXIII (2). Abril-junho. 1996. p. 881-919.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editores Fundos de Cultura, 1961.

HAUSMANN, Ricardo; MÁRQUEZ, Gustavo. La crisis económica de Venezuela. **La Economía Contemporánea de Venezuela**. Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo III. 1983. p. 335-376.

Instituto Nacional de Estadística. República Bolivariana de Venezuela. **Índice de desarrollo humano**. Disponível em: <http://www.ine.gob.ve/>. Acesso em: 23 jun. 2008.

KAFKA, Alexandre. **Interpretação teórica do desenvolvimento econômico latino-americano**. 1961 LATIN-FOCUS Consensus Forecast. Disponível em: <http://www.latinfocus.com/spanish/countries/venezuela/veneisum.htm>. Acesso em: 30 nov. 2006.

LECHAT, Noëlle M.P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? Civitas – **Revista de Ciências Sociais**. Ano 2. n. 1. junho. 2002. p.123-140.

LENZ, Maria Heloísa. **Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a belle époque**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Sigfried Heuser, 2004.

LEWIS, Arthur. The roots of development theory. In: CHENERY, H; SRINIVASAN, T.N. **Handbook of development economics**. North Holland, Amsterdam, v.1. cap 2. 1998. p. 27-37.

LÓPEZ, O. La enfermedad holandesa y la economía venezolana em el período: 1973-1982 y el colapso Del ‘capitalismo rentístico’. **Rev.Venez.de.Econ.y Ciências Sociales**. Vol 7. n. 2 may.agos. 2001. p. 67-107.

LOSS, Mônica V. **Os condicionantes econômicos e políticos no relacionamento Brasil-Venezuela de 1990/1998**. Dissertação de mestrado (Relações Internacionais UFRGS). Porto Alegre. 2007.

LLUCH, Ernest. **O desenvolvimento econômico**. Entrevista com Walt Whitman Rostow. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

LUONGO, Luis José S. De **Cipriano Castro a Carlos Andrés Pérez (1899-1979): Hechos, vivencias y apreciaciones**. Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2ª edición, 2005.

LUZARDO, Gastón P. **Condiciones y perspectivas del crecimiento económico en Venezuela**. Caracas: Central Bank of Venezuela, 2001.

MACHER, Jeffrey ; RICHMAN, Barak . **Transaction cost economics: an assessment of empirical research in the social sciences**. Disponível em: <http://faculty.msb.edu/jtm4/Papers/MR.JEL.2006.pdf>. Acesso em: 19 abri. 2007.

MARCANO, Cristina; TYSZKA, Alberto B. **Hugo Chávez sem uniforme**: uma história pessoal. Editora Gryphus, Rio de Janeiro, 2006.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa**: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MAYOBRE, José Antonio. La paridad del bolívar. **La Economía Contemporânea de Venezuela**. Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo I. 1944. p.43-84.

MARINHO JÚNIOR, Ilmar P. **Petróleo: política e poder** (um novo choque do petróleo). Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MATA, Héctor Malavé. **La trama estéril del petróleo**: petróleo y economía em el septenio perdido de Hugo Chávez. Rayuela Taller Ediciones C.A. Caracas, noviembre 2006.

MEDEIROS, Carlos A. Celso Furtado na Venezuela. In: FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008. p. 137-156.

MEIER, Gerald M. The old generation of development economists and the new. In: MEIER, Gerald M.; STIGLITZ, Joseph E. (ed.) **Frontiers of development economics, Washington-New York**: World Bank/Oxford University Press, p.13-60, 2001.

MICHELENA, Héctor S. El pensamiento econômico em Venezuela. **Revista BCV**, Foros 7, 2002. p. 55-115.

Ministerio del Poder Popular para la Planificación y Desarrollo. **Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007**. Caracas. Disponível em <http://mdp.gob.ve>. Acesso em: 16 mai. 2008.

MOMMER, Bernand. La distribución de la renta petrolera- El desarrollo Del capitalismo rentístico venezolano. **La Economía Contemporânea de Venezuela**. Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo IV. 1987. p. 155-234.

MORÓN, Guilherme. **Breve história contemporânea de Venezuela**. Fundo de Cultura Econômica, S.A, México, 1994.

NETO, Octavio A. **De João Goulart a Hugo Chávez: a política Venezuelana à luz da experiência brasileira**. Instituto de pesquisa de relações internacionais. Fundação Alexandre Gusmão. 1999.

NORTH, Douglas. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 152 págs, 1990.

NORTH, Douglas. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p.291-313.

NURKE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OCAMPO, José A. Más allá del consenso de Washington: una visión desde la Cepal. **Revista de la Cepal** , n. 66, dic. 1998. p.7-28.

OLIVEIRA, Julio César. **Desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza nos conselhos regionais e municípios do Rio Grande do Sul entre 1970/1991**. Tese (Doutorado em Economia: UFGRS). Porto Alegre 2001.

OLIVEIRA, Lívio L.S. **Economia dos recursos naturais, desenvolvimento sustentável e teoria do crescimento econômico** : uma aplicação para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia UFRGS). Porto Alegre: 2004.

PENN WORLD TABLE. **Dados sobre Crescimento Econômico para 118 Países**. Disponível em: [http:// pwt.econ.upenn.edu/php_ site/pwt61_form.php](http://pwt.econ.upenn.edu/php_site/pwt61_form.php). Acesso em: 25 jun. 2006.

PETERSON, Luzitiana L. **A relação entre o crescimento econômico e a produção de petróleo:1980/1995**. Monografia (Economia: PUCRS). Porto Alegre. 2004.

POLESEL, Eddo. **La influencia del petróleo en la sociedad venezolana. Petróleo e iniciativa privada.** Fundación Estudios del futuro. Ediciones Cavendes. Caracas. 1992.

PREBISCH, Raul. **A dinâmica do desenvolvimento latino-americano.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

PURROY, Miguel Ignacio. Crecimiento económico y bienestar social, comentario. **Revista BCV.** foros 6. 2001, p.213-215.

RAMÍREZ, Gehard Cartay. **Orígenes ocultos del chavismo: militares, guerrilleros y civiles.** Editorial Libros Xmarcados, Primeira edición: Julio 2006.

RIBES, María Ramírez. (Org). **Venezuela repeticiones y rupturas: la reconquista de la convivencia democrática.** Informe del capítulo Venezolano del Club de Roma, Impreso los talleres de Corpográfica, S.A, Primeira edición: Caracas, marzo 2003.

RODRIGUES, Gisele.M.S. **Integração vertical e inovações organizacionais: o caso da petróleo de Venezuela (PVSA),** Dissertação (Mestrado Instituto de Economia) UFRJ. 1995.

RODRÍGUEZ, Miguel. El verdadero origen del endeudamiento externo. **La Economía Contemporánea de Venezuela.** Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo III. 1984. p. 377-417.

RODRÍGUEZ. Octavio. O pensamento da Cepal síntese & crítica. **Novos estudos.** N. 16. dez 1986. p. 8-28.

RODRÍGUEZ, Policarpo A. **Petróleo em Venezuela ayer, hoy y mañana:** Cinco décadas de historia económica venezolana. Los Libros de El Nacional, Colección Minerca nº 46, Caracas, 2006.

ROSA, Luiz Pinguelli. A política de energia elétrica da Venezuela. IN: GUIMARÃES, Samuel P & CARDIM, Carlos H. **Venezuela: Visões brasileiras.** Brasília. 2003. p. 13-22.

ROSENTEIN-RODAN, P.N. Problemas da industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A.N.; SINGER, S.P. **A economia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento excludente, sustentável, sustentado.** Garamond, Rio de Janeiro, p. 151, 2004.

SACHS, Jeffrey D.; WARNER, Andrew M. **Natural abundance and economic growth**. NBER, Working Paper 5398, Dec. 1995.

SACHS, Jeffrey D.; WARNER, Andrew M. The big-push, natural resource booms and growth. **Journal of Development Economics**, V. 59, p. 43-76, 1999.

SANDOVAL, Luis; WEISBROT, Mark. **Actualización: la economía venezolana em tiempos de Chávez**. Center for Economic and Policy Research. Febrero, 2008 Disponível em: www.sivov.mpd.gob.ve/estudios. Acesso em: 17 abril. 2008.

SCHERER, Catarina de M. **Caracterização do ambiente institucional e sua mudança no Brasil entre 1889 e 1945**. Dissertação (Mestrado em Economia). UFRGS. Porto Alegre. 2007.

SEN, Amartya. The concept of development. Im: CHENERY, H;SRINIVASAN, T.N. **Handbook of development economics**. North Holland, Amsterdam, V.1. Cap 1. 1988. p.9-26.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento econômico como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERO, Luciano. **Petróleo e Venezuela: 1920-2002**. Monografia (Bacharelado em Economia). PUC/SP. 2003.

SEVERO, Luciano W. **A política econômica do governo Chávez (2004)**. República Bolivariana de Venezuela. Ministerio de Finanzas: Disponível em: www.alternativabolivariana.org/pdf/politicaeconomica.pdf. Acesso em: 16 nov. 2006.

SHLIESSER, Reinier; SILVA, José I. **La renta petrolera y el crecimiento económico de Venezuela**. Análisi del período 1913/1995. Caracas: Central Bank of Venezuela, Abr. 2000.

SHLIESSER, Reinier; SILVA, José I. **A new approach to the natural resource curse, growth ou income effects?** Caracas: Central Bank do Venezuela, Jul. 2004.

SHUMPETER, Josep A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: McGraw-Hill, 2004.

SOUZA, Romina B.L, SOUZA, Nali de J, ALVIM, Augusto. Fatores do crescimento econômico da Venezuela, 1950/1998. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre. Ano 26, n. 49, mar. 2008. p. 65-86.

SOUZA, Romina B.L, SOUZA, Nali de J, FLORISSI, Stefano. A indústria petrolífera na visão da Nova Economia Institucional: o caso da Petróleos de Venezuela PDVSA. **Revista de Economia**. V. 34, n. 1 (ano 31), jan./jun. . Editora UFPR 101, 2007.p. 101-117.

SOUZA, Nali J. **Economia Básica**. São Paulo. Atlas, 2007.

SOUZA, Nali de J, KOHLER, R. Simulações Acerca da Relação Entre Oferta de Moeda e Crescimento de Pequenas Economias Locais Abertas. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 36, n. 2, abr/jun. 2005.

SOUZA, Nali de J. **Desenvolvimento econômico**. 5ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Nali J. Globalização, crescimento e pobreza. A visão do Banco Mundial sobre os efeitos da globalização. **Análise Econômica**. Ano 22. nº 42. setembro, 2004. p. 279-282.

SOUZA, Nali de J. Exportações e crescimento econômico do RS-1951-01. **Ensaio da FEE**. V.23, Número Especial. Porto Alegre. 2002. p.565-602.

SOUZA, Nali de J, YOON, Taek Dong. Uma análise empírica sobre os fatores do desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: 1961-1990. **Estudos Econômicos**. Vol.31, n.2, 2001. p.321-367.

SOUZA. Nali J. **Curso de Economia**. São Paulo. Atlas, 2000.

SOUZA. Nali J. **Desenvolvimento econômico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Nali J (coordenador). **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, Nali J. **O papel da agricultura na integração intersetorial brasileira**. Tese (Doutorado em Economia) Faculdade de Economia e Administração. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

SOUZA, Nali J. **A teoria da base econômica regional**: uma verificação empírica. Dissertação (Mestrado em Economia). UFRGS, Porto Alegre, IEPE, p. 133,1982.

SOUZA, Nali J. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo: Unisinos, V.10, nº 25, mar.1980.

STERN, Nicholas. The economics of development a survey. **The Economic Journal**, V.99, nº 397. sept. 1989. p.597-685.

STIGLITZ, Joseph E. **The new development economics**. World Development, vol.14, nº 2, 1986.

STELA, Ana Maria A. Crisis econômica y manejo de la deuda externa em Venezuela. **La Economía Contemporânea de Venezuela**. Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo IV. 1988. p. 353-402.

TAVARES, MC. Auge e declínio do processo de substituição de importações na América Latina. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. TAVARES, MC. RJ: Zahar Editora, 1978.

TEIXEIRA, Francisco L.C. **Desenvolvimento industrial e tecnologia: revisão da literatura e uma proposta de abordagem**. Disponível em:http://www.adm.ufba.br/teixeira/desenvolv_ind_tec.pdf. Acesso em: 17 abri. 2007.

TIEBOUT, Charles M. As exportações e o crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 315-323.

TIEBOUT, Charles M. Regional and Interregional Input-Output Models: Na Appraisal. **Sourtern Economic Journal**. Stillwater (E.U.A): Sourtern Economic Association, V.24. out/1957. p.140-147.

WATKINS, Melville H. Teoria do crescimento econômico baseado no produto primário.In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**. Textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 255-280.

WEISBROT, Mark. **Una agenda de investigación vacía**: la creación de mitos sobre la actualidad venezolana. Center for Economic and Policy Research. Febrero, 2008 Disponível em: www.sivov.mpd.gob.ve/estudios. Acesso em: 17abr. 2008.

WILLIAMSON, John. **A economia aberta e a economia mundial**: um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WILLIAMSON, John. "Transaction Cost Economics." In: SCHMALENSEE, R.; WILLIG, R. (Ed.). **Handbook of Industrial Organization**. Amsterdam: North Holland. V.1. 1989. p. 135-82.

YOON, Jaek D. **Desenvolvimento econômico comparado**: Coréia do Sul e Brasil. Tese (Doutorado em Economia). UFRGS: PPGE, Porto Alegre, 1999.

VELÁZQUEZ, Efraín J.; GUTIÉRREZ, Alejandro. **Crecimiento económico y desarrollo humano em Venezuela**: una evaluación de su posible doble causalidad. Consejo de Economía Nacional, Primeira edición, 2006.

VIEIRA, José G. Gerencia y política social: análisis de su relación, desarrollo y evolución com énfasis em el gobierno de Rafael Caldera (1993/1998). **Revista venezolana de Análisis de Coyuntura**, Vol 10, nº 2. 2004. p. 131-160.

VILLALOBOS, Carlos Luis. Crecimiento económico y bienestar social. **Revista BCV**, foros 6, 2001, p. 187-208.

VIZENTINI, Paulo F. A política externa da Venezuela frente a globalização (1989/2001). IN: GUIMARÃES, Samuel P & CARDIM, Carlos H. **Venezuela**: Visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003. p.57-84.

ZÁRRAGA, José G; ERASO, Guillermo R. **1976/1985 diez años de la industria petrolera nacional**. Série Décimo Aniversario, Caracas, 1986.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.